

Anexo ao Processo nº:
246/92 - CM

Depose: 05/03/2001

APARECIDA MARCIANINHA PINTO

GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS EXIGÊNCIAS
À EDUCAÇÃO

MARÍLIA

2001



APARECIDA MARCIANINHA PINTO

1410001198



GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS EXIGÊNCIAS À EDUCAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Área de Concentração em Ensino na Educação Brasileira, da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, da Universidade Estadual Paulista, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Dr.^o Jayme Wanderley Gasparotto.

MARÍLIA

2001



APARECIDA MARCIANINHA PINTO

1410001196



GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS EXIGÊNCIAS À EDUCAÇÃO

**Tese apresentada ao Programa de Pós -
Graduação em Educação - Área de
Concentração em Ensino na Educação Brasileira,
da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília,
da Universidade Estadual Paulista, como
requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Educação.**

Orientador: Dr.º Jayme Wanderley Gasparotto.

MARÍLIA

2001

Nº cham 370.19
P659 g

Imp Tombo 1196

Aquisição D

Preço 5,00

Data 20/06/01

Proced. Autor

Pinto, Aparecida Marcianinha
Globalização e as novas exigências à educação/
Aparecida Marcianinha Pinto. - 2001.
218 p. ; 30cm.

Tese(doutorado)Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2001.
Bibliografia: p. 200 - 209.

1.Trabalho - educação. 2.Globalização.3.Neoliberalismo.
I. Autor. II. Título.

CDD 370.19



APARECIDA MARCIANINHA PINTO

APARECIDA MARCIANINHA PINTO

NASCIMENTO: 28 de agosto de 1959 - Marilva - Paraná

FILIAÇÃO: José Teodoro Pinto (In Memoriam)

GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS EXIGÊNCIAS À EDUCAÇÃO

1986/1989 Curso de Graduação - Pedagogia

Universidade Estadual de Maringá

1990 Curso de Especialização em História dos Movimentos Sociais
no Brasil, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Arapongas

COMISSÃO JULGADORA

1991 Professor Colaborador do Departamento de Fundamentos da
Educação, da Universidade Estadual de Maringá

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR

1992 Professora Auxiliar do Departamento de Fundamentos da
Educação, da Universidade Estadual de Maringá

1992/1996 Curso de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado, na
Universidade Estadual de Maringá

1996/2001 Professora Assistente, TIDE, do Departamento de Fundamentos
da Educação da Universidade Estadual de Maringá

1997/2001 Curso de Pós-Graduação em Educação - Área de Concentração
Ensino na Educação Brasileira, nível de Doutorado, na
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Marília

Presidente e Orientador.....
2.º Examinador.....
3.º Examinador.....
4.º Examinador.....
5.º Examinador.....

Marília, de 2001



DADOS CURRICULARES

APARECIDA MARCIANINHA PINTO

NASCIMENTO: 28 de agosto de 1959 - Marialva - Paraná

FILIAÇÃO : José Teodoro Pinto (In Memoriam)

Antonia Marcianinha Pinto

1986/1989: Curso de Graduação – Pedagogia
Universidade Estadual de Maringá

1990: Curso de Especialização em História dos Movimentos Sociais
no Brasil, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Arapongas

1991: Professor Colaborador do Departamento de Fundamentos da
Educação, da Universidade Estadual de Maringá

1992: Professora Auxiliar do Departamento de Fundamentos da
Educação, da Universidade Estadual de Maringá

1992/1996: Curso de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado, na
Universidade Estadual de Maringá

1996/2001: Professora Assistente, TIDE, do Departamento de Fundamentos
da Educação da Universidade Estadual de Maringá

1997/2001: Curso de Pós-Graduação em Educação – Área de Concentração:
Ensino na Educação Brasileira, nível de Doutorado, na
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Marília

AGRADECIMENTOS

A todos que, de uma ou outra maneira, contribuíram para a concretização deste trabalho. Agradeço especialmente ao Professor Doutor Jayme Wanderley Gasparotto, meu orientador, pela compreensão e amizade com que acompanhou o trabalho, dando a nossa relação um caráter democrático e franco.

Aos meus vizinhos marilienses, Sr. José e D. Lidia e Sr. Francisco e D. Aparecida, que, nas minhas ausências, velaram do Hana, Xuxu, Gelinho e Preinha; todos, também, cuidaram de mim como de uma filha.

Aos professores da pós-graduação em Educação da Unesp-Marília, aos colegas de curso e às secretárias da pós-graduação: Marlene, Vilma e Edna.

Aos meus amigos e familiares, aqui ocultos, pelo apoio em todos os momentos, sem pedir explicações pelas minhas "ausências espirituais", quando o corpo estava presente.

A Maria Valéria Barbosa Verissimo, pela acolhida em sua casa, quando

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, ontem como hoje, foram impedidas de terem um futuro melhor.

Estudar e escrever não é apenas uma tarefa solitária, principalmente quando ocorre ao longo de um período de quatro anos. Na minha caminhada, cruzei com outros caminhantes - alguns que se consideram no fim do caminho - e outros, como eu, que consideram que a estrada não tem fim. Com todos contrai dívidas impagáveis. Não conseguiria nomeá-los neste espaço. Porém, meus interlocutores, numerosos, foram os livros, objetivações humanas que mostram a grandeza, mas também, a miséria do mundo.

AGRADECIMENTOS

A todos que, de uma ou outra maneira, contribuíram para a concretização deste trabalho. Agradeço especialmente ao Professor Doutor Jayme Wanderley Gasparotto, meu orientador, pela compreensão e amizade com que acompanhou o trabalho, dando a nossa relação um caráter democrático e franco.

Aos meus vizinhos marilienses, Sr. José e D. Lídia e Sr. Francisco e D. Aparecida, que, nas minhas ausências, zelaram do Hans, Xuxu, Gelinho e Pretinha; todos, também, cuidaram de mim como de uma filha.

Aos professores da pós-graduação em Educação da Unesp-Marília, aos colegas de curso e às secretárias da pós-graduação: Marinês, Vilma e Edna.

Aos meus amigos e familiares, aqui ocultos, pelo apoio em todos os momentos, sem pedir explicações pelas minhas “ausências espirituais”, quando o corpo estava presente.

A Maria Valéria Barbosa Veríssimo, pela acolhida em sua casa, quando iniciei o curso e ao Prof. Dr. Paschoal Quaglio, que foi meu avalista num momento em que me sentia desamparada. Kawano, obrigada...

À Universidade Estadual de Maringá e à Capes pela bolsa de estudos que me possibilitou a dedicação integral à pesquisa.

Agradeço, em especial, aos companheiros do Grupo de Pesquisa "Política Educacional e Organização do Trabalho na Escola Pública", coordenado pelo Professor Doutor Celestino Alves da Silva Junior. Em nossas atividades, aprendi muito. Tive a oportunidade de trocas fecundas com todos.

PINTO, Aparecida Marcianinha. Globalização e as novas exigências à educação. Marília, 2001, 218 p. Tese (doutorado em Educação – Área de Concentração: Ensino na Educação Brasileira) Faculdade de Filosofia e Ciências, Câmpus de Marília, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

RESUMO

A preocupação da pesquisa é o estudo do processo da internacionalização do capital possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico, bem como as transformações do mundo do trabalho com as novas exigências postas ao trabalhador e, conseqüentemente, à educação. Os diversos estudos que enfocam o processo de globalização nos seus diversos aspectos, como o econômico, o político e cultural e as conseqüências sociais das atuais inovações tecnológicas e organizacionais introduzidas nos processos de trabalho, nos possibilita traçar um novo perfil de trabalhador para atender as necessidades do mercado neste contexto. A tese desenvolvida é a de que o processo de internacionalização do capital, capitaneada pelo chamado “Consenso de Washington”, disseminou um novo ideário – o neoliberalismo – e resultou na reorganização dos Estados, a reestruturação produtiva, impondo novas exigências à formação da força de trabalho desencadeando o processo de reforma educacional em todos os níveis. Este encaminhamento articula novas funções para a escola e contribui para o seu potencial auto-transformador; pois estas exigências trazem em si o seu lado antagônico, porque ao exigir mais educação e de melhor qualidade, permite que a formação do indivíduo seja elevada a patamares superiores de conscientização. Mostramos que, no Brasil, pretende-se reconstruir, em todos os aspectos da realidade, a sociedade, tendo como modelo a junção do otimismo tecnológico e as novas exigências do mercado embasadas no pensamento econômico-empresarial alinhado com as idéias dos Organismos Internacionais. O encaminhamento do estudo foi no sentido de entender o processo de globalização econômica, as mudanças no mundo do trabalho que trazem como conseqüência as reformas no processo de formação e qualificação humana.

Palavras-chave: Formação profissional, Educação e legislação, Trabalho-
educação, globalização, neoliberalismo



SUMÁRIO

Considerações Iniciais	13
1. Globalização: historicizando o tema	18
1.1. Globalização ou Mundialização?.....	29
1.2. As principais características do Processo de Globalização	37
1.3. Neoliberalismo: gênese e expansão.....	41
2. O Brasil no Contexto da Globalização	62
2.1. Os Organismos Internacionais e sua influência no Brasil.....	63
2.2. O Brasil e as mudanças no Mundo do Trabalho.....	80
3. Globalização, Trabalho e Desemprego.....	87
3.1. Reestruturação Produtiva: a nova forma de organização do trabalho.....	89
3.2. O Mundo do Trabalho na Globalização	97
3.3. As Metamorfoses no Mundo do Trabalho e o Desemprego	102
4. Globalização e as Novas Exigências à Educação	125
4.1. As Novas Exigências do Mundo do Trabalho	128
4.2. Trabalho e Educação: o discurso dos atores	140
4.2.1. O Discurso Empresarial	142
4.2.2. O Discurso dos Trabalhadores	151
4.2.3. O Discurso Governamental e os Programas implementados.....	155
4.3. Os Planos Nacionais de Educação: um jogo de forças entre	

progressistas e conservadores.....	162
4.4. A Proposta para a Educação Profissional – o Parecer 16/99.....	172
5. Uma educação para além das relações humano-sociais do capital: é possível?.....	183
Considerações Finais	195
Referências Bibliográficas	200
Anexo	210
Abstract.....	218

ROL DE SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Banco Mundial
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CONED – Congresso Nacional de Educação
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
DCNEP – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional
EUA – Estados Unidos da América
FAT – Fundo de Amparo ao trabalhador
FED – Federal Reserve
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIS – Fundos de Investimento Social
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT – Acordo Geral de Comércio e Tarifas
GEF – Fundo Mundial para o Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSID – centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos
IDA – Associação Internacional de Desenvolvimento
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social
IFC – Corporação Financeira Internacional
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MIGA – Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais
MTb – Ministério do Trabalho
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NEBAS – Necessidades Básicas de Aprendizagem
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial de Comércio

ONGs – Organizações não-governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAES – Programas de Ajuste Estruturais
PACTI – Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria
PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PEA – População Economicamente Ativa
PNE – SB – Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira
PNE – MEC – Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação
PEQ – Planos Estaduais de Qualificação
PIB – Produto Interno Bruto
PICE – Política Industrial e de Comércio Exterior
PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PROEP – Programa de Reforma e Expansão da Educação Profissional
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEFOR – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
SEMTEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINE – Sistema Nacional de Emprego
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De modo geral, esta pesquisa fundamenta-se em preocupações geradas durante minha trajetória de discente da graduação, pós-graduação e docência, respectivamente nos cursos de Pedagogia e Mestrado em Educação, na Universidade Estadual de Maringá.

Durante os estudos de pós-graduação, ou seja, na elaboração da dissertação de mestrado, o objetivo foi procurar diminuir a carência de entendimento sobre um determinado período da História da Educação Brasileira, precisamente a transição do Período Imperial para o Período Republicano, com o intuito de, em estudos posteriores, estudar a problemática da educação atual, tendo em vista o processo da globalização econômica a caminho.

Enquanto docente pesquisadora, percebemos que há uma falta de entendimento, de nossa parte, das últimas discussões sobre as questões das práticas educativas atuais, da relação entre trabalho e educação; enfim, de acompanhar as transformações pelas quais passa a sociedade brasileira.

Neste sentido, considerando a necessidade de estudar o impacto causado na educação pela nova ordem mundial e a função da escola diante dessas transformações, é que propomos a pesquisa que culmina com a sistematização, análise dos dados e elaboração da tese, contribuindo, dessa forma, para o debate que o tema tem suscitado nos últimos anos.

O mundo, neste final de século XX, assiste a grandes transformações que o sacodem com novas tecnologias. O ponto culminante dessas transformações é a revolução nas informações, com a globalização da economia e as novas formas de organização do trabalho.

Neste momento histórico em profunda transformação, o progresso técnico tem um papel crucial; porém, se de um lado atende as necessidades da reprodução do capital, por outro se confronta com as múltiplas necessidades humanas.

O progresso técnico tem a capacidade de aumentar o nível de satisfação das necessidades humanas e, neste sentido, propiciar maior liberdade ao ser humano, ao contrário, tem ampliado a exclusão social; porém, é o resultado do desenvolvimento humano, é algo produzido historicamente.

Diante da reorganização do capital e do trabalho no mundo todo, a questão da educação, no aspecto da formação humana, tem se constituído em uma problemática no sentido de definir sua natureza e função social. Atualmente, estão em voga teses sobre o fim da sociedade do trabalho e da categoria trabalho para se explicar a sociedade atual.

Isto se deve ao fato de o capitalismo estar passando por transformações na sua forma de reprodução. O impacto das mesmas sobre a sociedade, em todos os aspectos, a extensão e a profundidade da crise experimentada pela sociedade burguesa com o avanço do desenvolvimento tecnológico, surpreendem até os teóricos de várias áreas de conhecimento.

Assim, relacionando a categoria trabalho à questão educacional, procurou-se responder a seguinte indagação: com o avanço tecnológico, com a globalização da economia e o crescente desemprego, qual a função da escola, hoje? Preparar para o trabalho? “Requalificar” o trabalhador?

O presente trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira parte – Globalização: historicizando o tema, Globalização ou mundialização? E as principais características do processo de globalização – objetiva focar o conceito de globalização presente no trabalho que, de antemão, entendemos ser amplo e polêmico. Antes de explicitarmos o que entendemos por globalização,

apresentamos as diversas interpretações ou apreensão do termo na literatura, principalmente artigos de jornais e revistas desde 1995.

A globalização econômica, a cada dia que passa mais estudada, já fora abordada por inúmeros autores com outras denominações, mas apontando para a mesma característica que é a internacionalização dos capitais, com ênfase nos investimentos diretos do capital internacional que representam a nova face do processo de interligação das economias, alicerçado tanto no deslocamento das atividades produtivas para fora das fronteiras dos países, quanto na aplicação do capital nas Bolsas de Valores, ou seja, *nas atividades* não produtivas.

Neste sentido, a expressão globalização do capital é utilizada para mostrar que “o capital não tem Pátria” e que agora ele está num contexto de liberalidade para se reproduzir e rompe a cada momento com os entraves e limitações a ele impostos após a Segunda Guerra Mundial.

Não se pode negar que o capitalismo é uma força revolucionaria e só sobrevive com esta revolução constante; mas, ao mesmo tempo, cria condições para a sua superação. No contexto atual, nova é a fase em que o capitalismo mundial chegou a seus limites; para continuar se desenvolvendo, necessita envolver todas as formas sociais objetivas e subjetivas no processo de sua reprodução; ou seja, o capital rompe as barreiras, custe o que custar.

Na segunda parte – O Brasil no contexto da Globalização – objetiva apresentar a inserção do país na globalização. Esta inserção está ocorrendo de forma subordinada, sendo o país alvo da política neoliberal implementada pelos EUA e expandida para os países do globo com o objetivo de hegemonia por parte dos Estados Unidos.

A intervenção dos organismos internacionais, consentida pelo Brasil, significa uma forma particular de expansão do centro capitalista no qual as



instituições de Bretton Woods terão um importante papel, não só na área econômica e política como na área educacional. Neste sentido, e para uma melhor compreensão dessas agências e sua influência no Brasil e no resto do mundo, nesta parte do trabalho, há uma introdução à criação dessas agências, mostrando o seu papel no direcionamento das políticas em andamento no país.

Na sequência, avaliamos os efeitos da inserção do Brasil no processo de globalização e as medidas colocadas em prática pelos governos brasileiros após 1990, que são a abertura comercial, as privatizações, a desregulamentação das leis trabalhistas, a liberalização financeira, a redução dos gastos públicos para o equilíbrio do orçamento, entre outros.

O terceiro capítulo é dedicado ao estudo da questão do Mundo do Trabalho no contexto do processo da internacionalização do capital, tendo em vista que o trabalho tem sofrido a maior ofensiva já vista desde a gênese do capitalismo.

Mostramos que o trabalho está passando por mutações em todo o mundo; presenciamos um conjunto de tendências que, no todo, forma um quadro crítico, tendo como principal característica o desemprego estrutural, precário, fragmentado; ou seja, há, hoje, não só no Brasil, como no mundo todo, um contingente crescente de trabalhadores em condições “precarizadas”, degradação contínua das condições de vida conduzida pela lógica da sociedade que prioriza a produção de mercadorias e a obtenção do lucro.

Na quarta parte, discutimos as exigências sobre o trabalhador necessário e, conseqüentemente, a educação, considerada atualmente como de suma importância para a inserção do indivíduo e do país na roda global. Pois, na órbita do capital internacional e das diretrizes dos países ricos e de seus órgãos, o Brasil dispõe-se a gerar um mercado de trabalho e de consumo segundo os padrões da globalização que objetiva, entre outras coisas, o controle da qualidade e a

flexibilização das relações de trabalho, para fazer frente à competitividade internacional.

Pela Globalização da economia, da política, da abertura dos mercados e reforma educacional, afirma-se, teremos melhores condições de inserção, atendendo, antes de tudo, a interesses externos, ao mercado internacional, onde está sendo encaminhado um processo geral de reestruturação do capitalismo e da produção visando a um novo padrão de desenvolvimento.

O Brasil e outros países latino-americanos propuseram-se a realizar a reforma educacional em todos os níveis de ensino, visando a atender às exigências do trabalhador de “novo tipo”, requisitado pelo mercado.

A análise do discurso dos atores – governo, empresários e trabalhadores – mostra que as propostas do governo são no sentido de atender às exigências de preparação da mão-de-obra para os novos processos produtivos. Os trabalhadores, por outro lado, com um nível baixo de escolaridade, portanto, sem condições de fazer uma leitura crítica do processo de internacionalização do capital e situar-se diante das exigências do mercado excludente, não têm clareza suficiente para reivindicar uma educação que venha ao encontro de seus interesses.

No quinto capítulo, apesar do panorama incerto do Mundo do Trabalho, traçamos em linhas gerais, o que consideramos uma educação que avance para além das relações humano-sociais capitalistas, que desenvolva o omnilateralidade e não apenas que forme o homem-trabalho, mas o ser humano, do qual faz parte integrante da formação, o trabalho.

¹ Lançada no Brasil em maio de 99. Com Karen Reeves, Laurence Fishburne e Carrie-Anne Moss. Direção de Larry e Andy Wachowski.

² Hacker – são os chamados piratas do computador. Conseguem furar os mecanismos de segurança dos sistemas computacionais de empresas, bancos, órgãos governamentais e assim, ter acesso aos seus documentos.

1. GLOBALIZAÇÃO: HISTORICIZANDO O TEMA

Um filme que tem levado muitos espectadores ao cinema é Matrix¹. “Neo”, o personagem principal, questiona a origem das coisas e, para conseguir as respostas, pesquisa na rede mundial de computadores. Ou seja, ele é um “hacker”². Apanhado pelos inimigos, que são as máquinas (seres que se fazem passar por humanos), é recapturado pelos últimos humanos que restaram; então é informado de que sempre vivera numa realidade irreal, ou seja, que tudo que conhecia era, na verdade, uma realidade virtual. Destaca-se no filme a busca dos jovens para compreenderem a realidade e, como em Blade Runner – o caçador de andróides –, o temor do futuro e a esperança de que apareça um “messias” ou “prometido” para salvar a humanidade.

Por que começar a falar de globalização com um comentário como esse? É uma história que remonta a 1995, quando ainda estávamos no mestrado e o objeto de estudo era Rui Barbosa e sua proposta de educação para o Brasil. Entretanto, objetivávamos estudar questões contemporâneas que foram deixadas para o passo seguinte: o doutorado. Assim, iniciamos um trabalho de arquivo de reportagens, textos, notícias e qualquer informação sobre um tema então polêmico que era e, ainda é, a globalização.

A dependência de outras fontes, à época inexistentes, também foi um dos motivos que me levaram a trabalhar com jornais e artigos de revistas. Como afirma Hobsbawm,

À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fontes: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos periódicos

¹ Lançado no Brasil em maio de 99. Com Keanu Reeves, Laurence Fishburne e Carrie-Anne Moss. Direção de Larry e Andy Wachowski.

² Hacker- são os chamados piratas de computador. Conseguem furar os mecanismos de segurança dos sistemas computacionais de empresas, bancos, órgãos governamentais e, assim, tem acesso aos seus documentos.

e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e internacionais. (Hobsbawm, 1995: 9).

Acrescenta o autor que é difícil a história das transformações sociais e econômicas ocorridas, e que estão ocorrendo, ser escrita e estudada sem o uso dessas fontes.

Terminei o mestrado em 1996 e em 1997 comecei o doutorado. Iniciando o trabalho, retomei meu arquivo, selecionei os textos que haviam chamado mais a minha atenção, os quais classifiquei por mês e ano; o primeiro deles, intitulado “A realidade irreal: simulação monetária inviabiliza o futuro do imaginário capitalista”, de Robert Kurz³, transportou minha lembrança ao filme “Matrix”, que acabara de assistir.

Nesse artigo, Kurz discute a polêmica quanto à realidade da existência, que já fora tema da ficção científica e afirma: “A inquietante sensação de que a realidade pode ser interrompida a qualquer momento, como se alguém retirasse o plugue da tomada, penetrou abertamente até mesmo na consciência cotidiana”. (Kurz, F.S.P., 03/09/95).

A ameaça do “bug” do fim do milênio retrata bem a situação e tem a ver com a questão de que a revolução microeletrônica e a nova mídia contribuem para o fortalecimento da tendência social que apaga as fronteiras entre a existência e a aparência, entre a realidade e a simulação.

Kurz, no referido artigo, chama a atenção para o fato de que as ocorrências no mundo contemporâneo giram em torno da economia especulativa, iniciada na década de 80, nascimento do capitalismo cassino e que tem seu apogeu nos dias atuais.

³ Esse artigo foi publicado na *Folha de São Paulo*, Caderno Mais (5-14), de 03/09/1995. O filme é de maio de 1999.



Fiori⁴ (1995) historiciza o processo de desenvolvimento dos países da América Latina e suas denominações e chama a atenção para o fato de as bolsas de valores, na primeira metade dos anos 90, mudarem o nosso conceito de país e incluir o Brasil no grupo mundial dos *emerging markets*, ou seja, dos mercados emergentes. Nesta mesma época o “Financial Times” publicava que,

...uma revolução intelectual ocorrida no continente latino-americano permitira aos economistas locais vencerem resistências dos “populistas” e dos “corporativistas” e conceber uma nova safra de planos de estabilização, cujo sucesso imediato seria resultado da combinação eficaz de algum tipo de âncora cambial e de uma rigorosa política fiscal e monetária com a implementação simultânea do conhecido tripé do reformismo liberal: desregulação, abertura econômica e privatizações. (Fiori, F.S.P., 01/10/95).

Assim, nestes primeiros artigos coletados percebemos que se dava início à propagação das maravilhas e, também, das mazelas que a globalização traria a todos em todos os lugares. O assunto teve contribuições das várias áreas e de inúmeros autores e, se hoje ainda há divergências profundas em torno do que seja globalização e mesmo alguns na atualidade considerando o assunto esgotado, naquela época ele não ficava claro. Porém, já se apontava que,

A partir da década de 80, um novo sistema de coordenadas surgiu com uma rapidez impressionante, impulsionado pelos satélites, a microeletrônica, a nova tecnologia em comunicação e em transportes e pela queda dos custos energéticos: para além dos limites nacionais, surgiu um mercado único e global. Tudo passou a ser negociado a qualquer momento e em toda parte: dívidas do Terceiro Mundo (brady bonds), autopeças, mão-de-obra barata, órgãos humanos. A globalização produziu novos fatos, mas tanto a política quanto a ciência econômica permaneceram apegadas a seus velhos conceitos e teorias: o estudo da “economia mundial” ainda não faz parte do currículo universitário. (Kurz, F. S. P., 01/10/95)⁵.

⁴ Em busca do dissenso perdido – José Luis Fiori. Neste artigo o autor coloca que a “ilusão de que os países latino-americanos revivem o “milagre econômico” fabrica a impressão de consenso”.

⁵ Artigo publicado na F. S. P., no dia 01/10/95, no Caderno Mais, 5-9, cujo título é “O futuro da Economia: Perdedores Globais”. Entre outras questões o autor afirma que a internacionalização econômica está criando uma “guerra civil mundial”.

Nesta citação, se confirma a idéia de que a globalização traz fatos novos, porém, a própria academia não se dá conta da importância de se entender o processo que está ocorrendo; o autor chama a atenção para o fato de que não se questiona, em nenhuma instância, o sistema econômico global. O que se tornou evidente é que a visível racionalidade do sistema esconde, camufla sua irracionalidade, que se manifesta através do fundamentalismo⁶ religioso. Assim,

Os fanáticos religiosos tomam a ofensiva por toda parte. De onde eles vêm? Com certeza não de outros planetas. Vêm justamente do interior do próprio mundo dominado pela economia de mercado. O "realismo" neoliberal, na verdade, conhece muito mal as pessoas. Ninguém mais pode negar que no mundo do liberalismo econômico a miséria social se alastra como um incêndio de vastas proporções. (Kurz, F. S. P., 05/11/95)⁷.

Infelizmente, não se tem resposta para a questão alarmante da miséria social, que foi banalizada. Parece que se tornou comum ver alguém morrer de fome e frio. A miséria, portanto, é de sentimentos; é das relações humanas, pois ambas estão sendo orientadas pela racionalização econômica.

O sociólogo alemão Alexander Schuller, citado por Kurz, assim afirma,

Não é mais o progresso e a razão que povoam o nosso cotidiano e nossa fantasia, mas sim o mal. Desde a queda do socialismo, é possível verificar um aumento empírico da crueldade, e por toda parte impera uma maldade incompreensível. (Schuller, citado por Kurz, F. S. P., 05/11/95).

⁶ Sobre isto, ver o comentado atentado a bomba em Oklahoma City por uma facção ideológica cristã e o atentado com gás Sarin no Japão por um movimento radical que prega o final dos tempos.

⁷ Caderno Mais. Artigo publicado com o título "A síndrome do obscurantismo: avanço do irracionalismo ameaça transformar o século 21 em uma época de guerras religiosas". P. 5-12.

Isto porque impera a lei do mercado; a lei do lucro. O capital projeta sua racionalidade visando ganho, não importando as consequências que é o seu outro lado: a irracionalidade.

Siqueira (1996) afirma que as mudanças atuais estão produzindo a maior transformação vivida pelo mundo nos últimos 500 anos. O uso das novas tecnologias da informação, computadores e das redes interligadas ultrapassam o impacto que a máquina a vapor e a eletricidade provocaram na economia mundial.

Pfaff (1996) interroga sobre o porquê de outros países terem que imitar a economia americana; arrisca a resposta e diz: é para que se tornem competitivos. Para alcançar esta meta é preciso que as empresas sejam enxugadas, os salários reduzidos e as estruturas de assistência social desmontadas; assim, conseguirão concorrer com os EUA, que já tomaram essas providências e já estão globalizados; sendo que os EUA entendem a globalização como aumento de exportações.

Entretanto, continua Pfaff, Alan Blinder, ex-presidente do Banco Central dos EUA, afirma que o aumento das exportações americanas ocorreu em um período em que o dólar perdeu 50% do seu valor em relação ao iene e ao marco alemão desde 1985; mesmo período em que a economia americana atravessou o processo de enxugamento e globalização.

Globalização, para Mesquita,

... de certa forma é consequência dos avanços das tecnologias emergentes de comunicação. Custo e sofisticação só permitiram que entrassem nesta dança as megaempresas transnacionais e o topo do mercado financeiro. Este, o primeiro mercado mundial a se interligar interativamente e em tempo real. A apreensão foi consequência da constatação de que este processo não significou, neste primeiro round, um correlato movimento de uma melhor

distribuição de riqueza. (Mesquita, O Est. de São Paulo, 31/03/96, D7)⁸.

O autor aponta, mesmo que de forma resumida, a questão da interligação do mercado financeiro mundial via Internet e o seu lado negativo, que é a crescente exclusão e miséria social. As mega-empresas adquirem velocidade e conseguem chegar na frente; assim, não é mais o grande que engole o pequeno, e sim, o rápido que ultrapassa o lerdo, ou seja, a capacidade de utilização da tecnologia possibilita a rapidez nos negócios.

A revista *Veja*, em três de abril de 1996, dedicou treze páginas ao assunto da globalização, intitulado "A roda global", onde conceituava o que seria globalização, porque provocava tanto medo e o que se podia esperar dela. Entre outras coisas, destacava a questão da maciça demissão nas empresas americanas e as transferências das mesmas para países com mão-de-obra barata. Constata que os trabalhadores brasileiros estão em desespero, em vista de as empresas estarem defendendo a reengenharia, o programa de qualidade total e mudanças gerenciais.

Nesse artigo, a opinião do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a globalização é otimista,

A globalização está multiplicando a riqueza e desencadeando forças produtivas numa escala sem precedentes. Tornou universais valores como a democracia e a liberdade. Envolve diversos processos simultâneos: a difusão internacional da notícia, redes como a Internet, o tratamento internacional de temas como meio ambiente e direitos humanos e a integração econômica global. (Veja, 03/04/96).

Assim, afinado com a ideologia do momento, foi um dos dirigentes da América Latina a propor e implantar medidas que considerava necessárias para

⁸ Nesse artigo, intitulado "Clique no futuro", o autor entrevista Nicholas Negroponte, diretor do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) e Média Lab (Laboratório de Meios de Comunicação).



que o Brasil alcançasse o nível do Primeiro Mundo, se tornasse competitivo e “participasse” da globalização.

O autor do artigo, Antenor Nascimento Neto, ao conceituar globalização, é mais realista. Afirma que é um processo de aceleração capitalista que não teve precedentes e cuja principal característica é o intercâmbio comercial global e que as empresas, no afã de obter o lucro, deslocam-se para locais cuja mão-de-obra é barata. Assim, acrescenta que, a globalização, “ao lado de seu tremendo potencial para criar soluções e riquezas num ritmo alucinante, pode causar dor” (p. 82), no caso, a maior dor é o desemprego de milhões de pessoas.

Entre desempregados e pessoas em subempregos precários, existe no mundo um contingente de 800 milhões de trabalhadores. Esse total de pessoas sem emprego ou subempregada seria o resultado do processo de globalização. Afirma-se que, para conseguir preços melhores e qualidade melhor na guerra contra os concorrentes, as empresas, os bancos, cortam os custos, ou seja, os empregos, aumentam os índices de automação⁹, ocasionando mais perda de postos de trabalho. A esta tendência dá-se o nome de desemprego estrutural.

O capitalismo, com a queda do Muro de Berlim, teve a oportunidade de pôr em práticas suas virtudes, difundidas por longo tempo: que a alavanca do progresso é a livre iniciativa, que o consumidor é beneficiado com a concorrência, a fonte da prosperidade é o mercado, a igualdade de oportunidade premia o esforço individual, que a forma de acabar com a miséria do mundo é a competência e o trabalho. Ou seja, a ameaça e as restrições saíram de cena; assim, o capitalismo estava em condições de reinar sozinho.

⁹ No Caderno empregos da *Folha de São Paulo*, 22/09/96, p. 6, afirma-se que as funções de bancário, digitador, estoquista e tesoureiro são funções que serão extintas até o ano 2000. Segundo Dorival Carreira, professor da FGV, “o motivo é a informática, que está eliminando a necessidade de mão-de-obra”.

Estas são as palavras de Araújo¹⁰, resumidas pela autora, que acrescenta,

Instalou-se, de forma aparentemente irreversível, uma nova realidade econômica internacional. A hegemonia neoliberal elegeu o mercado como o altar diante do qual dobram-se todas as crenças e interesses e como a instância criadora dos valores que passaram a reger todas as relações – a ética do mercado, a moral do mercado, a justiça do mercado, etc. Aplaudiu-se o capital sem pátria, sem cara e sem princípios, cuja única aspiração é se multiplicar. Custe o que custar. (Araújo, 1996, O Est. de S. P., 20/04/96, D8).

Portanto, o Estado neoliberal passa a ser um mero regulador e normatizador do mercado. A educação, a saúde e a segurança, também são jogados na esfera do mercado, ou seja, de preferência deverão ser privatizados. Isto porque os investimentos, a tecnologia, a produção e o mercado devem ser viáveis; em outros termos, o resultado deve ser o lucro.

O Brasil, neste contexto, deve ter claro os efeitos dessas tendências, identificar as oportunidades e as suas conseqüências, para que maximize as oportunidades e consiga diminuir os efeitos das conseqüências. Dessa forma a inserção do país no processo de globalização ocorrerá de forma positiva, segundo Araújo.

Braga¹¹ afirma que, para se compreender a globalização, “é crucial examiná-la como culminância e paroxismo do fetiche da mercadoria plena que é o capital” (1996: 3). Segundo ele, o movimento do capital é o centro da globalização financeira e esta questão preocupa o Fundo Monetário Internacional e o G-7 (sete países mais desenvolvidos).

¹⁰ Alcione Araújo é escritor. O texto “Para onde vamos?” publicado no *O Estado de São Paulo*, Caderno 2, em 20/04/96, foi uma conferência proferida pelo autor na abertura do Seminário Internacional sobre Participação e Desenvolvimento na América Latina e no Caribe, realizado no México, neste período, e organizado pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pela Unesco.

¹¹ José Carlos de Souza Braga é professor do Instituto de Economia da Unicamp. Fez pós-doutorado pela Universidade da Califórnia. Redigiu o artigo “O aspecto que ronda o capitalismo”, publicado no Caderno Mais, p. 3, *F. S. P.*, em 01/09/96.

Essas duas instituições reconhecem a instabilidade estrutural do sistema, a importância da regulamentação dos mercados financeiros globalizados, que os bancos serão o próximo epicentro da crise e que as consequências serão maléficas.

Há mais de dez anos que os críticos do capitalismo prevêem, segundo o autor, um colapso como o da década de 30. Porém, a perversidade da instabilidade atual é conseguir – desde 1971, período em que o dólar não mais foi convertido em ouro – combinar a especulação financeira com crescimento mínimo, evitando assim o colapso, garantindo assim, apoiado pelos tesouros nacionais e pelos bancos centrais, os lucros de toda espécie, esfacelando as periferias sociais e geográficas; esse “é o espectro da globalização: nem colapso, nem desenvolvimento” (Braga, 1996:3).

Acrescenta que a globalização não pode ser entendida como um fenômeno antigo. A internacionalização dos mercados domésticos é que é antiga; e ela se metamorfoseou em globalização.

A globalização é o ápice - visível neste tempo histórico – do desenvolvimento capitalista e da sua irracionalidade. Irracional, porque ao projetar um deslocamento crescente dos valores mercantis diante dos fundamentos econômicos, registra uma sociabilidade cada vez mais problemática e transforma as noções articuladas de território-patrimônio e Estado-Nação. É, contudo, uma irracionalidade inteligível desde a lógica mesma do capital e de seu movimento histórico por libertar-se dos controles que a sociedade tenta lhe impor, e inteligível, “ça va sans dire”, pela política pensada amplamente como antídoto ao economicismo. (Braga, 01/09/96, F. S. P., Caderno Mais, p. 3).

O autor, portanto, mostra a fragmentação dos territórios, dos Estados e Nações; porém afirma que a lógica do capital é romper as barreiras que o oprimem e isto é o que ocorre com o processo de globalização: o capital “navega”

sem freios, sem controle; o termo circula, torna-se antiquado, pois a transferência de capital, de valores, se dá via Internet.

Um paradoxo em tempos de “globalização” é a criação dos mercados regionais, como o Mercosul; isto porque, atualmente, estão postas as possibilidades tanto de unificação quanto de fragmentação; ou seja, nada está claro, tudo é possível. Um claro exemplo de fragmentação é a guerra da Iugoslávia (Kosovo) e de unificação, a União Européia, composta por 15 países. Zini Jr¹² afirma que:

...o mundo vem passando pela globalização que representa o crescimento acelerado do intercâmbio econômico, político e cultural via instituições da economia de mercado. (Caderno Dinheiro, F. S. P., 29/09/96).

Acrescenta que o processo é irrefreável, desregulamenta os mercados e é uma ameaça às culturas nacionais devido à exclusão que ocasiona. Coloca que a criação dos blocos regionais, como o Mercosul, é uma das formas de conservar certa margem de manobra no capitalismo global.

A lógica do capitalismo, da comercialização, é usar o mercado global. Porém, segundo Vigevani¹³, os mercados regionais são instrumentos de proteção caso a globalização fracasse e que as incertezas da globalização é que impedem um processo que pode ser revertido.

Nos dias 20 e 21/11/96 ocorreu no Rio de Janeiro, promovido pela Souza Cruz, o Seminário “A globalização, o Estado e o Indivíduo”. Neste, Claude Lefort, filósofo francês, afirmou que o período atual traz grandes ameaças, como

¹² Álvaro Antônio Zini Jr. é professor titular de Economia Internacional da Faculdade de Economia e Administração da USP e pesquisador visitante da Universidade de Roma. No caderno Dinheiro da F. S. P., de 29/09/96, escreveu o artigo “Mercosul e Globalização”.

¹³ Tullo Vigevani é professor Doutor da Unesp - Marília. O conteúdo acima foi exposto no seminário “Globalização, regionalização e relações internacionais: o caso do Mercosul”, no dia 15/06/99 na Unesp - Marília.

o desmonte das conquistas sociais, mas as mais sérias são o surgimento das alternativas políticas regressivas e antidemocráticas, como o fascismo e o nacionalismo populista. Acrescentou que a globalização é inescapável para qualquer país e que ninguém ainda tem condições de mostrar onde o processo vai parar.

Giannetti, outro conferencista, afirmou que, na economia globalizada, perdeu a vez,

...o Estado nacional soberano, o ativismo macroeconômico de tipo Keynesiano e a necessidade de mão-de-obra barata e de recursos naturais abundantes, tornados quase descartáveis pela terceira revolução tecnológica. (Fonseca, F. S. P., 24/11/96, p. 17, Caderno I).

Liberal, em sua fala conseguiu desconcertar os ouvintes ao afirmar que a preponderância do valor econômico sobre a conduta humana é uma aberração inexplicável e defendeu o ócio. Também colocou que a decadência do estado de bem-estar social ocorreu devido a sua disfuncionalidade e seu equívoco.

Como pode se perceber, a questão da globalização, em inúmeras discussões, adquiriu um sentido jornalístico e poucos com um caráter científico, o que acaba confundindo as pessoas que procuram estudar o assunto; mesmo porque, devido às transformações e a rapidez com que ocorrem, o objeto de investigação está indefinido.

O mesmo ocorre com a discussão sobre o imperialismo. A época em que se iniciaram as tentativas de explicá-lo o mesmo ocorreu e, no entanto, as questões sobre ele continuam inexplicadas pois estão interrelacionadas com as questões sobre a globalização. Assim, apesar do esforço dos teóricos comprometidos com o desvelamento do real, da situação caótica que vivemos em todos os aspectos da vida humana, é possível que este processo também não seja entendido em toda a sua extensão.



Uma pesquisa do Datafolha (maio/97) apurou que 57% dos brasileiros não conhecem a “palavra da moda” (Globalização); eles estão incluídos no setor que pós-60 ficaram mais pobres: os 20% mais ricos do mundo em 1994 tinham uma renda 78 vezes superior à dos 20 % mais pobres; em 1998, a riqueza mundial estava nas mãos de 200 famílias.

1.1 - Globalização ou Mundialização?

Hirst e Thompson (1998) afirmam que: a) poucos estudiosos da globalização desenvolvem um conceito correto da economia mundial em que forças e agentes supranacionais sejam decisivos; b) só indicar a evidência da intensificação da internacionalização das relações econômicas a partir de 1970 não comprova o surgimento de uma estrutura econômica global; c) a economia mundial passou por mais transformações no século passado, entre 1870 e 1914, período em que houve internacionalização do comércio, de fluxos de capital e do sistema monetário; d) as transnacionais que são globais são poucas e a maioria das corporações multinacionais com mercado mundial operam dentro de suas bases nacionais e, e) não se esgotaram as perspectivas de regulação por meio da cooperação internacional, a formação de blocos comerciais e o desenvolvimento de novas estratégias nacionais que levem em conta a internacionalização.

Os autores¹⁴ apontam cinco características da economia internacional, que aqui resumo.

- 1- No contexto da economia internacional contemporânea, as relações ainda são realizadas entre as economias desenvolvidas,

¹⁴ Argumentam, ainda, que a União Européia e a colaboração do G3 tem potencial emergente para governabilidade da economia mundial.

principalmente entre os países membros da OCDE. 80 % do comércio mundial, no começo dos anos 90 era realizado entre as economias da OCDE e aumenta para 85% se forem incluídas as economias da Europa Oriental e da União Soviética.

- 2- Ocorreu uma crescente internacionalização do dinheiro e dos mercados de capitais desde 1970, mudança clara do período pós-guerra. Porém, a penetração financeira internacional do Reino Unido e outras economias, em relação à abertura dos fluxos de capital, foi mais intensa no período de 1900 e 1914 que no fim da década de 80,

Os mercados financeiros e outros importantes foram estreitamente integrados a partir do momento em que o sistema de cabos telegráficos submarinos internacionais foi instalado e, de uma forma bem semelhante, a partir dos mercados atuais ligados por satélites e controlados por computadores. (Hirst e Thompson, 1998:305).

Além de que, afirmam, outros fatores contribuíram para o crescimento recente dos mercados financeiros, que são: a) flutuação das taxas de câmbio; b) a questão da dívida do 3º. Mundo e o problema do preço do petróleo; c) o surgimento dos fundos amplos e móveis da OPEP; d) a crise recessiva internacional e o aumento das dívidas dos governos nos anos 70; e) a desestruturação nos pagamentos de várias grandes economias e, f) os governos nacionais liberaram e desregulamentaram seus mercados financeiros e abandonaram o controle do capital.

Essas mudanças ainda trouxeram outras consequências, como o enfraquecimento do controle do capital e a integração do comércio com os mercados de moedas e ações. Segundo os autores, algumas dessas mudanças podem ser temporárias e reversíveis, pois,

...após um abraço entusiasta da liberalização e da desregulamentação do mercado, as autoridades estão reconhecendo que isso trouxe conseqüências indesejáveis, e a tendência, agora, é uma nova regulação. (ibidem, p. 306).

3- Cresceu o volume de comércio de mercadorias semifaturadas e manufaturadas entre as economias industrializadas, porém, a União Européia, como um todo, e outros blocos econômicos exportam uma parcela pequena do seu PIB.

4- Houve um grande desenvolvimento das empresas internacionais, porém, elas operam regionalmente ou quando muito em poucos países. Afirmam os autores que a multinacional é a forma dominante e que "a maior parte das empresas multinacionais adapta-se passivamente à política governamental, mais do que tenta, constantemente, enfraquecê-la" (p. 307).

As multinacionais, continuam, estão centradas em seus mercados nacionais e comprometidas com fornecedores e distribuidores locais. Dá o exemplo do capital financeiro da Alemanha e Japão, que continuam nacionalistas, ao contrário do anglo-americano. O capital desses dois países, Alemanha e Japão, é comprometido com o setor industrial interno, com a força de trabalho qualificada e motivada e que a negociação¹⁵ nacional entre o capital e o trabalho, pós-1945, foi uma parte do acordo político-econômico para sustentar a prosperidade dos dois países.

5- O mais significativo e duradouro desenvolvimento, após 70, é a formação

¹⁵ Porém, há os que entendem esta questão de outra forma, como Antunes, que afirma: "A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e "envolvimento" da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), experimentados no Japão – em realidade uma apropriação do fazer e saber do trabalho, sob o comando manipulatório do capital dos nossos dias, (...), tudo isso, feito sob um "inquestionável" domínio da "produtividade" e da "modernidade social", acabou afetando a forma de ser do proletariado fabril tradicional". (Ver Ricardo Antunes, **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do trabalho**. Cortez, 1997:148).

dos blocos comerciais e econômicos supranacionais, que, em contrapartida, acarreta problemas como o de sentimentos protecionistas. Se esta tendência se consolidar ela ameaça ou enfraquece as tendências de internacionalização. Assim, Hirst e Thompson acreditam no desenvolvimento de economias internacionais regionalizadas, que podem ser liberadas pelo trilateralismo dos Estados Unidos/NAFTA, União Européia e Japão (com ou sem aliados do pacífico). Isto, para os autores, não é globalização, pois, conceituam-na “como uma economia internacional aberta, com grandes e crescentes fluxos de comércio e de investimento de capital entre países”. (idem, p. 338).

Hirst e Thompson crêem que o domínio, mesmo que seja regional, é dos blocos econômicos; assim, apreendem que não existe globalização. Assim, a internacionalização relativa dos princípios dos mercados financeiros, da tecnologia e de alguns setores da indústria e dos serviços, após-70, está longe de fragmentar as economias nacionais nos países com industrialização avançada ou de impedir que se desenvolvam novas formas de governabilidade econômica em nível nacional e internacional.

O termo globalização, segundo Chesnais, faz referência à economia de forma imprecisa, assim, considera ser preferível designar o processo em curso por “globalização do capital”, tanto para a forma do capital produtivo aplicado na indústria e serviços quanto do capital que valoriza a si mesmo, ou seja, que conservando a forma “dinheiro” dá renda sem produzir mercadorias.

Mapa elaborado pela CIA retrata os países em tamanho proporcional ao do seu mercado

Mapa elaborado pela CIA retrata os países em tamanho proporcional ao do seu mercado



Fonte: F.S.P. – Caderno Especial: Globalização – p.11 – 02/11/97

Com isso Chesnais¹⁶ justifica o uso do termo mundialização para se referir a esse processo em que o capital financeiro adquire uma autonomia preponderante sobre as outras frações do capital (industrial, mercadoria...). Assim,

...percebe-se que o conteúdo efetivo da globalização é dado, não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira. Avalia-se que as empresas transnacionais (como matrizes, filiais ou demandantes em contratos de subcontratação transfronteiras) respondem por dois terços do intercâmbio internacional de "bens e serviços". Aproximadamente 40% do comércio mundial pertence à categoria "intragrupo". Por outro lado, como mostrado pelos próprios dados estatísticos oficiais, no decorrer dos anos 80 e 90, o ritmo de crescimento das trocas de mercadorias e serviços foi bastante lento. O crescimento foi bem inferior àquele dos anos 60 e 74 e, sobretudo, àquele dos investimentos diretos e dos rendimentos do capital, sem mencionar os investimentos de portfólio realizados nos mercados financeiros internacionalizados. (Chesnais, 1995: 4).

A expressão mundialização¹⁷ do capital é utilizada para mostrar que, atualmente, mais do que nunca, "o capital não tem pátria"; ele está num contexto

¹⁶ François Chesnais é professor da Universidade de Paris, especialista em Economia Internacional e da Inovação Tecnológica. Coloca que o termo global surgiu no início dos anos 80 nas escolas americanas de "Business Management" em Harvard, Columbia, Stanford, etc, antes de ser popularizado através das obras e artigos dos consultores em estratégia e marketing surgidos nessas escolas, como Olhmer e Porter. Na perspectiva de Administração de Empresas, o termo foi utilizado para dar aos grandes grupos o recado de que: "os obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades em qualquer lugar onde exista a possibilidade de realizar lucros estão sendo derrubados graças à liberalização e à desregulamentação; a teleinformática (ou telematics) e os satélites de comunicação colocam a sua disposição ferramentas de controle; vocês devem reorganizar-se e reformular suas estratégias conseqüentemente". Isto confirma a idéia de que se trata realmente do movimento do capital, porém, a visão das "Business Schools" é restrita, tornando a globalização um processo microeconômico, ao contrário da globalização financeira que surge como um fenômeno distinto dos investimentos diretos estrangeiros e das novas formas de organização e administração das operações internacionais dos grupos. (Chesnais, 1995:5).

quase total de liberdade para se reproduzir¹⁷; rompe a cada momento com os “entraves e limitações” a ele imposto pós-1945. Isto não significa que presenciemos um novo capitalismo que “reencontrou os interesses de classe sobre os quais está fundado”. (Chesnais, 1997: 8).

O capitalismo é uma força revolucionadora e só sobrevive com esta revolução constante, mas, ao mesmo tempo, cria as condições para sua superação. No contexto atual, nova é a fase em que o capitalismo mundial chegou a seus limites e que para continuar se desenvolvendo necessita envolver todas as formas sociais objetivas e subjetivas no processo de sua reprodução, ou seja, o capital rompe as barreiras, custe o que custar.

De acordo com Chesnais (1995), o processo de mundialização do capital teve duas fases: 1) uma de constituição do mercado mundial, que foi um processo longo e, 2) a fase de internacionalização do capital, esta também com duas fases distintas: 1) sob a forma financeira e, 2) sob a forma de produção no exterior.

A primeira fase, a de constituição do mercado mundial, é o período em que a internacionalização capitalista se dá pela globalização das trocas. A segunda fase consiste na globalização do capital, que é a fase dos investimentos e da produção; ela compreende tanto o capital aplicado que se valoriza conservando a forma dinheiro ($D-D^1$) quanto o capital que é aplicado na produção de mercadorias ($D-M-D^1$) e tem rentabilidade.

¹⁷ Porém, Chesnais em outro texto, afirma que: “A utilização do termo mundialização, de origem francesa, ao invés do termo globalização, de origem inglesa, não deve ocultar o convite feito ao pesquisador de se considerar diante de um fenômeno global”. (A mundialização do capital, 1997: 16). Portanto, o uso de um ou de outro termo é uma questão de origem da palavra, tanto que o próprio autor utiliza ambas. A diferença consiste no próprio conceito do que seja globalização.

¹⁸ Segundo a revista *Veja*, 27/01/99, na p. 50, só no mercado de câmbio, circulam diariamente 1 e 3 trilhões de dólares e que os bancos tradicionais perderam campo para os fundos de risco, que buscam os países onde o lucro é maior. Dessa forma, criou-se um mercado financeiro global de tamanho e volatilidade sem paralelo na história do capitalismo.

Sendo assim, o processo, como afirma o autor, se expressa da seguinte forma:

A mundialização do capital apresenta-se portanto como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob a forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior. (Chesnais, 1995:6).

Uma característica do processo de internacionalização do capital é a crescente centralização e concentração do capital industrial; 80% dos investimentos diretos, na década de 80, se deu entre países capitalistas avançados e três quartos das operações foram de compra ou fusão com empresas consolidadas, ou seja, com mercado garantido.

Portanto, é uma mudança de propriedade e não do surgimento de um novo meio de produção; a concorrência entre grupos fortes, a quebra dos empecilhos, as facilidades proporcionadas pelas políticas de liberalização, desregulamentação e privatizações leva-os a comprar firmas e/ou fundirem-se, absorvendo sua parcela do mercado; daí ocorre a reestruturação e racionalização da capacidade produtiva das empresas, ocasionando desemprego, exclusão e o discurso de que a mão-de-obra não está preparada para o desenvolvimento que a globalização proporciona.

É neste sentido que o termo globalização está carregado de ideologia. É uma palavra utilizada para justificar as mazelas provocadas pelo novo padrão de acumulação, que é excludente. Serve para explicar as coisas boas, que são poucas, quanto as ruins. Leva as pessoas a acreditarem que não há opções ou escolhas políticas a serem feitas; que a competição, a globalização, o desemprego são fatos

da vida; pois, como já foi afirmado por Marx¹⁹, “as idéias dominantes de uma época, são as idéias da classe dominante”.

Os detentores do capital, para esconder as verdadeiras causas da pobreza e das injustiças utilizam seu discurso, colocando a culpa no indivíduo; para os detentores do capital é preciso que a grande maioria aceite a sociedade do jeito como ela está; tentam, assim, convencer a sociedade de que o único modo de organizar a produção, de viver e de pensar é este e tentam fazer com que pensemos que os seus interesses são os interesses de todos.

No Brasil, além do Presidente Fernando Henrique Cardoso, Roberto Campos²⁰, político, afirma que o Brasil está passando, ou seja, alcançou o ideal de sociedade, que é a união da “Democracia Política” com “Capitalismo de Mercado”. Portanto,

A visão dominante do social, mesmo que nos seja apresentada como “a” realidade, é, ainda, apenas isso: a visão dominante. Aquilo que passa por “realidade” da globalização, do mercado, da competição, não passa de uma forma específica, particular, de construí-la. (Silva, 1998:7).

Assim, se faz necessário desmistificar a visão dominante, que tornou o termo globalização cheio e vazio de sentido ao mesmo tempo; que quer nos levar a aceitar os fatos sem questioná-los; sem mostrar resistência em nenhum plano: político, social, cultural, educacional...É, aqui, o objetivo.

1.2 - As principais características do Processo de Mundialização

¹⁹ “As idéias (GEDANKEN) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. (Marx, 1986:72).

Como mostramos na segunda parte do capítulo um, o processo de mundialização é histórico e de longa duração. Atualmente, este processo apresenta, entre outras, as seguintes características:

- crescimento baixo, em alguns lugares chegando à estagnação, tanto nos países centrais quanto nos periféricos;
- aumento do desemprego e, conseqüentemente, racionalização das empresas, o que significa um alinhamento dos salários e a flexibilização dos contratos de trabalho, principalmente nos países em que a mão-de-obra é superexplorada;
- crescente desigualdade entre os países, ou seja, os países ricos se tornam mais ricos e os pobres mais pobres;
- concorrência elevada entre os países do G3²¹, o que gera vários conflitos comerciais;
- ✓ predomínio do investimento do capital financeiro na bolsa e não na produção²²;

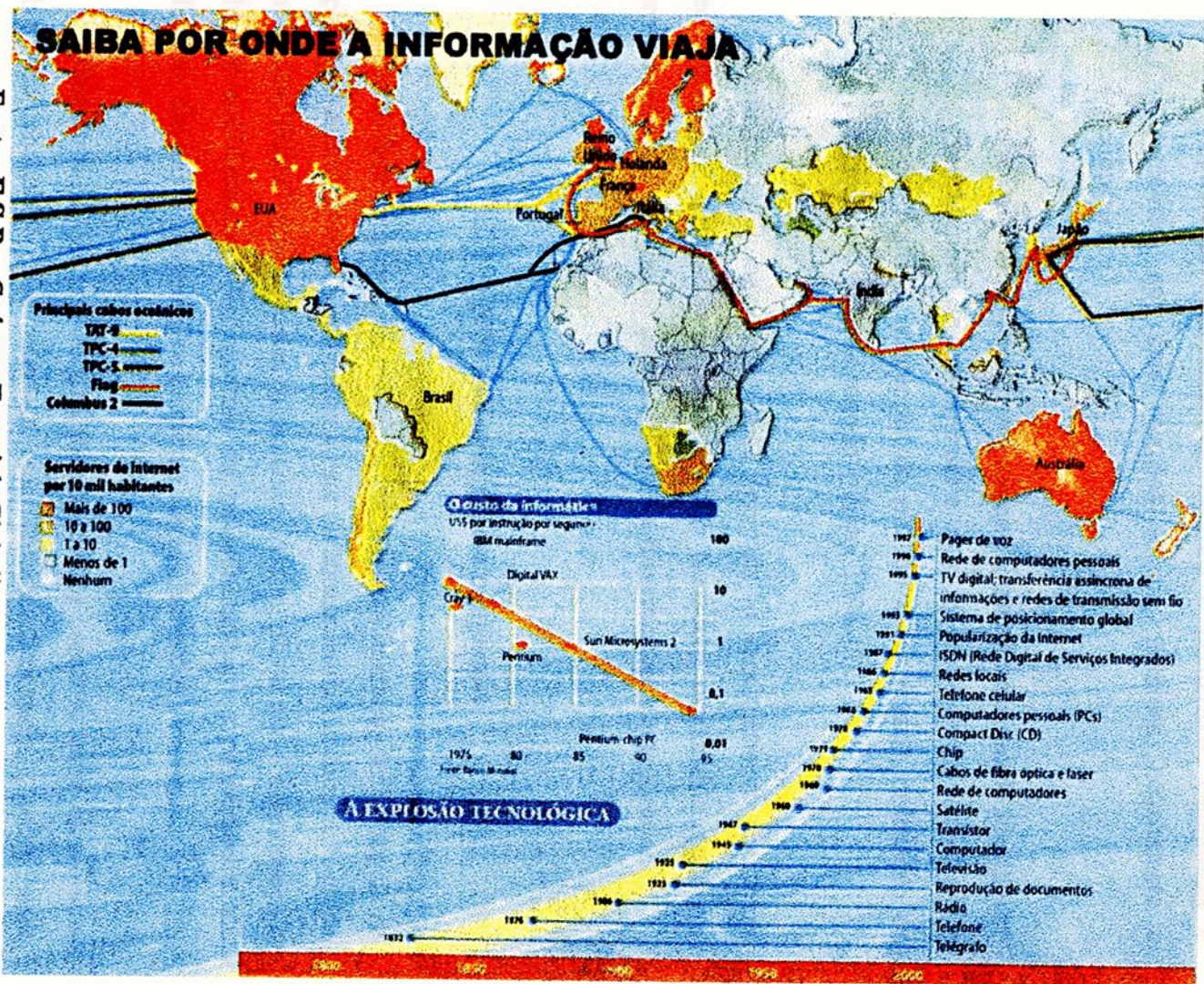
²⁰ Em entrevista no "Bom dia Brasil", de 24/06/99.

²¹ Grupo dos três mais desenvolvidos formado pelos Estados Unidos, Japão e Europa.

²² A revista norte-americana Forbes afirma que: "Os ricos estão cada vez mais ricos e se enriquecem mais rápido do que nunca graças à alta da bolsa e a Internet". O aumento da fortuna de Bill Gates (90 bilhões de dólares), que já liderava a lista de 98, se deve em grande parte ao aumento da ação da Microsoft, que no período considerado (98 a 99), passou de 42 dólares a mais e 95 dólares na bolsa eletrônica norte-americana Nasdaq. Ver Gazeta do Povo, Internacional, 21/06/99, p. 22

- a mais poderosa técnica de guerra é a energia nuclear, hoje à disposição não só das grandes potências, mas das de segundo e terceiro escalões;
- a revolução informática propicia aos donos do poder uma extraordinária capacidade de informação;
- é organizado um sistema financeiro internacional, de acordo com as exigências da economia capitalista mundial e das determinações dos países dominantes, como os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha, bem como a comunidade Econômica Européia, o Grupo dos 7, as determinações do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial);
- as relações econômicas globais, que compreendem a dinâmica dos meios de produção, das forças produtivas, da tecnologia, da divisão internacional do trabalho e do mercado mundial, são influenciadas pelas exigências das empresas, corporações ou conglomerados multinacionais, transnacionais, mundiais, globais e planetários;
- a reprodução ampliada do capital, compreendendo a concentração e a centralização de capitais, universaliza-se em nova escala, recriando relações nos quatro cantos do mundo, pressionando as nações socialistas, influenciando, bloqueando ou rompendo os seus sistemas econômicos;
- o inglês²³ se transforma na língua universal; através da língua se

²³ Um dos exemplos é a rede mundial de computadores que utiliza este idioma, sobre esta questão está havendo manifestação dos franceses. Luiz Carlos Cabrera, professor da Fundação Getúlio Vargas, afirma que: "O brasileiro decidiu mesmo se tornar mais internacional nos últimos anos. É



Fonte: F.S.P. – Caderno Especial: Globalização, p.5 – 02/11/97

(Reelaborado pela autora)

brutal o esforço da classe média para que o filho saiba usar computador e fale inglês.” (...) No Brasil, “já são 20 milhões os brasileiros que estudam o idioma”. Revista *Veja*, 27/01/99, p. 49.

articulam e expressam indivíduos, grupos e classes, em países dominantes e dependentes, centrais e periféricos, capitalistas e socialistas em suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais;

- o ideário do neoliberalismo adquire força mundial, como ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão e mercado e poder político, concepção do público e do privado, ordenação da sociedade e visão do mundo. (Pinto, 1998:48).

Partindo da última característica apontada, o ressurgimento das idéias (neo)liberais, considero ser necessário discutir o assunto, procurando mostrar o que é o neoliberalismo, como surgiu e forma de disseminação desse ideário.

1.2.1- Neoliberalismo: gênese e expansão

Nesta fase de grandes transformações, existem inúmeras tentativas de se explicarem as ocorrências e se imputa a esta ou àquela teoria ou doutrina a culpa tanto pelos 'males' quanto pelas coisas boas. Assim, diz-se que o desemprego é culpa do neoliberalismo; o controle da inflação também é consequência da aplicação das idéias neoliberais e inúmeras outras afirmações.

Entretanto, o que é o neoliberalismo? Existe consenso entre os teóricos sobre seu conceito? Está esgotada sua leitura? Discussão sobre suas consequências e influência encontramos em quase todo livro que trata de questões atuais. Porém, é difícil encontrar textos que discutam a gênese do neoliberalismo, sua aplicação e o alcance das suas idéias, bem como a possibilidade de concretização e manutenção de sua doutrina. Neste sentido é que pretendemos fazer um breve histórico da gênese do neoliberalismo, no qual tentaremos apontar as respostas para as questões acima.

Friedrich Hayek escreveu, em 1944, "O Caminho da Servidão". Nele faz severas críticas ao Estado intervencionista e de bem-estar. Hayek condena toda e qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado; considera o intervencionismo uma ameaça à liberdade, tanto a econômica, quanto a política.

Este livro de Hayek é que dá origem ao ideário neoliberal; e, também, é por isso que se afirma que o neoliberalismo surge após a II Guerra Mundial, onde imperava o capitalismo em regiões da Europa e América do Norte, principalmente onde estava em construção o estado de bem-estar.

Em 1947, quando estava havendo a reconstrução do pós-guerra, Hayek organizou uma reunião em Mont Pèlerin (Suíça) para a qual convidou aqueles que concordavam com sua orientação ideológica. Os participantes – Milton Friedman²⁴, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga e outros – combatiam o Estado de bem-estar na Europa e o "New Deal" norte-americano.

Na reunião de 1947 foi fundada a Sociedade de Mont Pèlerin; bem organizada e com reuniões a cada dois anos. O objetivo principal era combater as idéias keynesianas, bem como preparar as bases para uma nova forma de ser do capitalismo: o capitalismo sem regras. A argumentação dos membros da Sociedade Mont Pèlerin é que o igualitarismo, neste momento mais pretendido que concretizado, promovido pelo estado de bem-estar, acabava com a liberdade e a concorrência; entediavam que a liberdade e a concorrência são necessárias para a prosperidade de todos.

O opositor, Keynes, defendia uma política econômica que, além de incentivar o crescimento econômico e aumentar o nível de emprego, atuasse sobre

²⁴ Economista americano; conhecido por seu trabalho de análise do consumo e teoria monetária; defensor dos princípios do liberalismo professor da Universidade de Chicago de 1948-77. Recebeu em 1976 o Prêmio Nobel por seu livro "Capitalismo e Liberdade" e por sua influência nas práticas atuais de economia.

as variáveis independentes do sistema econômico, possibilitando alcançar o estado de bem-estar. Segundo Keynes, era possível, com a aplicação de suas idéias sobre:

- 1- política fiscal – através das funções de dotação de serviços, distribuição e regulação, possibilitaria as condições gerais da acumulação e favoreceria um processo de distribuição da renda, à qual incrementaria a propensão ao consumo; o planejamento dos gastos públicos, que seria resolvido em parceria com o capital privado, possibilitaria a aplicação de recursos em investimentos rentáveis, ocasionando o crescimento do capital de forma eficaz, sustentada e duradoura;
- 2- política monetária: consubstanciada nas políticas de oferta monetária, taxas de juros, tipo de câmbio e financiamento do desenvolvimento objetivava alcançar a socialização do dinheiro e pôr a taxa de juros abaixo da eficácia marginal do capital, durante a vida útil dos bens de investimento. A dificuldade foi manter a taxa de juros num patamar que permitisse a captação de capital (via poupança) a ser aplicado em investimento através da intermediação financeira.²⁵

As idéias de Hayek e seus seguidores ficaram por vinte anos como mais uma teoria. Porém, com a crise do modelo econômico consubstanciado nas idéias da reunião de Bretton Woods e implementado após a II Guerra Mundial, crise que combinou baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, as idéias neoliberais deixam de ser vistas apenas como mais uma teoria.

Hayek e seus seguidores já haviam afirmado que as raízes da crise localizavam-se no poder dos sindicatos e no movimento operário; estes haviam

²⁵ Keynes dedicou anos refletindo sobre esta questão. O objetivo era propor uma taxa de juros compatível com a idéia do pleno emprego. Posteriormente reconheceu que sua idéia era ambiciosa e inútil.

estagnado as bases de acumulação capitalista com as crescentes reivindicações salariais e pressão sobre o Estado para que aumentasse os gastos sociais. Esses dois fatos, segundo Hayek, corroeram os níveis de lucros das empresas e iniciaram processos inflacionários que culminaram na crise generalizada das economias de mercado.

A proposta neoliberal de Hayek é a manutenção de um Estado forte com o objetivo de romper o poder dos sindicatos e controlar o dinheiro e, no mínimo, nos gastos sociais e nas intervenções econômicas. Defendeu a estabilidade monetária como meta de todo governo. Para atingi-la seria preciso a disciplina orçamentária que contivesse os gastos com bem-estar, bem como a restauração da taxa “normal” de desemprego; ou seja, o exército de reserva de trabalhadores seria uma necessidade na luta contra os sindicatos.

As reformas fiscais, que pregava, incentivariam os agentes econômicos; ou seja, o objetivo seria reduzir os impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. De acordo com essa premissa, o crescimento retornaria na medida em que a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido alcançados.

Entretanto, a teoria de Hayek não foi aplicada neste momento (1970) da grande crise. A Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento a enfrentava aplicando a receita keynesiana. O agravamento da crise econômica e a ineficiência das medidas para aplacá-la permite o ressurgimento revigorado do ideário liberal, agora chamado de neoliberalismo.

A ascensão política de Margareth Thatcher (1979), na Inglaterra, e Ronald Reagan (1980) nos Estados Unidos, dá início às políticas neoliberais. Seguem-se os governos de Kohl (1982) na Alemanha; Schluler (1983) na Dinamarca – que era o modelo de bem-estar europeu –; ficou de fora desse ideário a Suécia e a

Austria. Assim, nos anos 80, a ideologia neoliberal triunfou nessas duas regiões do capitalismo avançado: a Europa e a América do Norte.

Os governos neoliberais, nesta sua primeira fase, aplicaram o novo modelo(neoliberalismo) de forma diversa. Na Inglaterra, ele foi implantado e concretizado em sua forma pura.

O governo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contrairam a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, (...) se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústria básica como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. (Anderson, 1998:12)

Nos Estados Unidos, como não havia, tal qual na Europa, um Estado de bem-estar a ser desmantelado, a prioridade neoliberal de Reagan foi a competição militar com a União Soviética; desta forma se atingiriam dois objetivos: quebrar a economia soviética e acabar com o regime comunista na URSS.

Na política interna Reagan reduziu os impostos (dos ricos). Elevou as taxas de juros e reprimiu uma greve (única) em sua gestão. Não implementou a disciplina orçamentária; na corrida armamentista, pelo contrário, fez gastos militares, criando o maior déficit público da história americana.

Na Europa, os demais governos, colocaram em prática um neoliberalismo “fraco”: a ênfase foi mais na disciplina orçamentária e reformas fiscais do que nos cortes de gastos sociais ou enfrentamento com sindicatos.

A contradição, no mesmo período, foi a chegada ao poder, na Europa, dos governos de esquerda, como Mitterrand (França); González (Espanha); Soares (Portugal); Papandreu (Grécia) e Craxi (Itália). A tradição desses governos eram os movimentos operários ou populares e representavam uma alternativa progressista.

Porém, apenas Mitterrand e Papandreu fizeram esforços para implementar uma política de deflação e redistribuição, de pleno emprego e de proteção social; na França o fracasso foi visível. Em 1983, Mitterrand foi pressionado pelos mercados financeiros internacionais a aplicar o modelo neoliberal, com ênfase na estabilidade monetária, a contenção no orçamento, concessões fiscais aos donos do capital e abandono da idéia do pleno emprego. Estes governos são a expressão do avanço da ideologia neoliberal.

Primeiramente apenas os governos de direita radical implementaram as políticas neoliberais; num segundo momento até os que se colocavam como esquerda ladearam para o neoliberalismo. Na Europa, no final da década de 80, só a Suécia e a Áustria resistiam a ele; fora da Europa, apenas o Japão. Nos outros países da OCDE, o triunfo das idéias da Sociedade Mont Pèlerin foi total.

O balanço do neoliberalismo mostra que ele foi exitoso nos seguintes pontos: conseguiu a deflação; na Europa a taxa de lucros que era de 4,2%, em 1970, no final de década de 80 atingiu 4,7%; diminuiu o número de empregos e o valor dos salários. Porém, “todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial”. (Anderson, 1998:15). Isto o neoliberalismo não conseguiu. A taxa de crescimento, nos países da OCDE ficou estagnada entre a década de 70 e 80.

Ocorre que a desregulamentação financeira, peça chave do programa neoliberal, foi mais propícia para a inversão especulativa do que produtiva.



Durante o período (entre 70 e 80) ocorreu a explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, apenas monetárias, diminuíram o comércio mundial de mercadorias reais. Ou seja, o parasitismo do mercado financeiro virtual, venceu. Neste sentido, pode-se afirmar que o neoliberalismo não revitalizou o capitalismo avançado.

No âmbito social, o neoliberalismo teve melhor performance: conseguiu aumentar as desigualdades entre as classes e entre os países; porém, Anderson (1998) afirma que política e ideologicamente o neoliberalismo alcançou um êxito que seus fundadores não imaginaram e que nenhuma sabedoria convencional atingiu um predomínio tão vasto desde o início do século como o neoliberalismo nos dias atuais.

Tudo o que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. (Anderson, 1998:22)

Porém, há que se notar que o neoliberalismo atualmente tem diversas faces, as quais podem ser assim classificadas:

1 – Escola austríaca: em relação aos princípios sobre os homens não vê possibilidade de concretização do coletivismo. São individualistas metodológicos; o Estado e as classes sociais, acreditam, são construções artificiais ou, na verdade, não existem. Hayek²⁶, um de seus representantes, opõe-se ao construtivismo, ou seja, as instituições que foram criadas; contra elas receita o naturalismo do mercado; o qual, afirma, não é previsível.

²⁶ Para um aprofundamento da questão ver “Derecho, legislación y libertad”, de F. Hayek. México, Unión Editorial, 1985.

Isto porque acredita que o conhecimento nunca será suficiente para prever os resultados da ação. Assim,

...o mercado aparece como aquele que sanciona finalmente as ações eficientes de atores subjetivos com conhecimentos imperfeitos e guiados não necessariamente pela otimização...Nem sequer a ciência poderia prever, porque os fatos são infinitos e submetidos a infinitos fatores. Dai ele propor, finalmente, substituir a noção epistemológica de causa-efeito pela de ação eficiente. (Toledo, 1997:78/79).

Von Mises, outro representante dessa escola, tem como proposta superar o objetivismo da economia e colocá-la como parte da teoria geral da ação. Esta, a ação, é sempre racional, na medida que visa à satisfação de um desejo; porém, é uma racionalidade “diferente”, pois é apenas a adequação subjetiva entre meios e fins. Ou seja, argumenta que, se o indivíduo considera que existe uma ligação racional entre meios e fins, a ação é, então, racional. Portanto, para ele, o importante é o significado subjetivo da ação.

...o empirismo do mercado, em última instância, apontará quais ações foram mais eficientes, sem problematizar a construção de um modelo complexo do ator, simultaneamente racional e subjetivo. Desta maneira, a justificação do livre mercado, mais que racionalista, mostra-se, no fim, uma justificação por tentativa e erro.(Toledo, 1997:78)

2 – Escola de Chicago : epistemologicamente define-se como positivista. Seu maior representante, Friedman, seguidor de Hayek, considera que, excetuando a matemática e a lógica, a linguagem da ciência deve ser observacional, separando os fatos e os valores. Neste sentido, “os fatos em bruto seriam definidores da verdade, e as leis, generalizações da experiência” (Toledo, 1997: 77).

3 – Escola virginiana do public choice: Buchanan, seu representante, coloca-se como racionalista construtivista e contratualista. É um liberal moderado,

individualista. Afirmar que, ao se ser subjetivo, o bom e o mau devem ser definidos em acordo. Faz uma crítica sociológica ao estado de bem-estar; argumenta que os funcionários públicos, analisados com os pressupostos do mercado, procuram apenas seus interesses e, neste sentido, não reivindicam o bem estar da maioria da população. Por isto os representantes dessa escola propõem regras, como, criar instituições que atendam aos interesses de grupos de indivíduos.

3- Anarco-sindicalistas: enfatizam a necessidade de se dar ao neoliberalismo uma fundamentação ética, baseada na natureza humana e não econômica.

Neste sentido é que se pode afirmar que neste ecletismo teórico, ontológico e de valores, os atuais neoliberais traçam políticas econômicas que culminam na formação de blocos de força, disseminando uma cultura com aspectos dos vários neoliberalismos; portanto, não há uma aplicação de uma teoria neoliberal pura. Porém, as características básicas das idéias em vigor podem ser assim resumidas: superioridade do livre mercado, individualismo metodológico, a contradição entre liberdade e igualdade como conceito abstrato.

À guisa de conclusão, pode-se dizer que o Estado neoliberal não é fraco; ele está se tornando apenas menos proprietário e interventor, tanto na economia como na previdência. O neoliberalismo, do ponto de vista de uma doutrina que está posta como justificadora da nova ordem, cumpre seus pressupostos apenas em parte.

Na prática, o ajuste neoliberal tem significado muitas vezes a ruptura de formas anteriores de fazer o Estado funcionar por meio de pactos entre corporações. Neoliberal agora pode significar marginalizar as organizações como mecanismo de controle de descontentamento (México) frente às políticas salariais restritivas, à diminuição do gasto social ou mesmo mediar estatalmente o conflito operário-patronal em favor da empresa e da flexibilidade não ajustada das relações trabalhistas. (Toledo, 1997:83).

Apesar da ofensiva neoliberal e do seu grande avanço como modelo hegemônico global, ele se defronta com inúmeras tensões e contradições, como o desemprego em massa e a miséria crescente em várias partes do globo.

É urgente um balanço crítico sobre este modelo, para que se tracem medidas que apontem uma forma de se harmonizarem as demandas de eficiência, liberdade, desconcentração e mercado com as necessidades de todo o conjunto da população, como equidade, desenvolvimento social, bem-estar coletivo e justiça, com o objetivo de “vincular o êxito econômico a uma agenda social”, entendendo que, sozinho, o mercado não é capaz de atender as necessidades de consumo de grande parcela da população.

Fundamentando-nos em Tavares (1998), explicitaremos a natureza das políticas de globalização. Segundo a autora, os Estados Unidos, potência hegemônica, fizeram pressão para que ocorresse a liberalização do capital e são um dos maiores beneficiários dessa política, pois nos últimos 17 anos têm captado as maiores cifras de investimentos de todo o mundo.

Neste sentido, a concentração de poder político e financeiro existente no mundo contemporâneo não é o resultado espontâneo do aumento da competição e da eficiência dos “mercados globalizados”, mas de uma política deliberada de retomada da hegemonia mundial, a partir da década de setenta, quando a potência norte-americana parecia entrar em decadência. (Tavares, 1988:57).

Para a autora, os Estados Unidos, atualmente, comandam um “jogo global”, tentando ultrapassar os conceitos de unipolaridade e de economia mundial. Porém, a convergência dificilmente será consolidada beneficiando e incluindo todos os países do globo. No quadro abaixo mostramos os investimentos realizados pelos principais países e, em seguida, resumimos os períodos do processo de internacionalização que Tavares traçou.

Estoque de investimento direto estrangeiro

Absorvido pelos principais países

(posição em 1996 – US\$ milhões)

Todos os países		
Ranking	País	US\$ milhões
1º lugar	EUA	644.7
2º lugar	Reino Unido	344.7
3º lugar	Alemanha	170.9
4º lugar	China	169.9
5º lugar	França	168.4
6º lugar	Canadá	129.1
7º lugar	Austrália	123.8
8º lugar	Holanda	118.6
9º lugar	Brasil	108.3
10º lugar	Bel/Luxemburgo	107.7
11º lugar	Espanha	104.9
12º lugar	Itália	74.9
13º lugar	México	71.5
14º lugar	Singapura	66.7
15º lugar	Suíça	59.6
16º lugar	Indonésia	58.5
17º lugar	Malásia	42.0
18º lugar	Suécia	42.0
19º lugar	Ar. Saudita	41.2
20º lugar	N. Zelândia	32.8

Fonte: WIR 1997 – World Investment Report Sobeet, In: Lacerda, 1998

O período de 1979-85, fase em que o dólar estava fortalecido, é impulsionado pela política do choque de juros e do petróleo, combinada com a política monetária restritiva, provocando a desvalorização das moedas de outros países que conseguiam acompanhar o dólar.

Os juros altos e as políticas de ajuste macroeconômico para controle da inflação ocasiona a recessão mundial até o início da década de 80, provocando a baixa dos preços das commodities, afetando os continentes americano e africano, pois houve "a deterioração dos termos de troca dos países exportadores de matérias-primas" (p. 58); a consequência mais drástica foi o crescimento da dívida externa do Terceiro Mundo, que dobrou.

Reagan executa a política de proteção ao sistema financeiro americano, no período de 1981-84, visando ao ajuste e à recomposição patrimonial dos bancos e fundos de pensão do país. Os instrumentos financeiros são inovados e se multiplicam no intuito de garantir os passivos de médio e longo prazo no mercado financeiro americano, que havia retrocedido devido ao choque de juros.

Com o choque do petróleo, os mercados monetário e financeiro de Wall Street se desregulamentaram; assim, a dívida interna dos Estados Unidos é convertida em dívida externa, pois, com a valorização do dólar, é absorvida pelos poupadores estrangeiros, principalmente via porta-fólios dos bancos internacionais e passa a servir de lastro a Wall Street.

Objetivando produzir superávits comerciais e saldar principalmente os juros da dívida externa, ocorre a desvalorização cambial na América Latina após a crise mexicana e surgem as praças financeiras autônomas na Ásia, que operam com dólar e iene; o fluxo de capital é de origem chinesa e japonesa, através de expansão das companhias japonesas.

No período entre 1985-89, o G-7, comandado pelos Estados Unidos elabora as coordenadas das políticas macroeconômicas e força a decisão política do FED (Federal Reserve Board) a desvalorizar o dólar, ao mesmo tempo em que o Banco Alemão encabeça a coordenação das políticas cambiais européias, objetivando ampliar o Sistema Monetário Europeu (SME), com o intuito da instituição da moeda única. Essas medidas ocasionaram a

Desregulação dos principais mercados de capitais, iniciada com a City londrina ("Big-Bang" em 27/10/86), é seguida por sucessão de crises começando pela bolsa de N. Iorque (19/10/87), atingindo os mercados imobiliários (1989) e finalmente a Bolsa de Tóquio (janeiro de 1990). (Tavares, 1998:59).

O mercado financeiro mundial, em consequência, cria novos instrumentos financeiros nos mercados secundários e as operações de securitização são generalizadas; atinge os países periféricos que se endividam cada vez mais, os mercados de commodities, juros e câmbio e outras operações de risco. Estas medidas levam o Japão e a França, países que tinham mercado de câmbio controlados, a liberalizarem, pois os principais mercados financeiros internacionais já haviam adotado esta política.

Após essas políticas de liberalização dos mercados financeiros europeus e japoneses, os títulos²⁷ da dívida pública dos Estados Unidos passam a ser usados para lastrear o movimento de securitização geral, pois, o dólar estava desvalorizado e a taxa de juros estava baixa.

O comércio intra-europeu é favorecido com a medida de alinhamento das

²⁷ O volume de transações transnacionais dos EUA com títulos financeiros que em 1980 representa 9,3% do PIB americano, passa a equivaler a 109,4% de seu PIB em 1992. Japão e Alemanha evoluem de forma igual, com volumes de operações financeiras internacionais com títulos passando de 7% e 7,5% de seus respectivos PIBs em 1980 para 70% e 91,2% em 1992. O maior aumento é do Reino Unido que em 1980 realizava transações com títulos internacionais equivalentes a 266% de seu PIB e atinge a cifra de 1015,8% em 1992. (Dados de Bisignano, citado por Tavares, 1998:60).

moedas européias com o marco; medida esta encaminhada pela coordenação (alemã) das políticas macroeconômicas deflacionistas européias; porém, a competitividade econômica é prejudicada. Afirmam Tavares que,

Os bancos japoneses, grandes detentores de dívida pública americana, sofrem perdas patrimoniais consideráveis com a desvalorização do dólar entre 1985-87. O Japão resiste comercialmente à valorização do iene através da diminuição das margens internas de lucro das suas empresas para manter a competitividade em dólar. Aceita também a globalização produtiva e financeira como proposta estratégica e é nesse contexto que se inserem os movimentos, então iniciados, de realocização das firmas japonesas, de desregulação do mercado financeiro de Tóquio e, aproveitando o iene forte, de aquisições para valorização patrimonial nos EUA, na Europa e na própria Ásia. (Tavares, 1998:61).

Portanto, mesmo “descapitalizado”, ou seja, perdendo capital com a queda do valor do dólar, os japoneses, com a estratégia de aquisições, saíram de seu quintal; adquiriram espaço nos outros territórios e se recapitalizaram, ou, em outros termos, realizaram o lucro.

No período compreendido entre 1989-96, ocorre a desestruturação da URSS e, conseqüentemente, dos países sobre os quais tinha influência; a reunificação alemã traz como conseqüência a reforma monetária do marco, que passa a ser convertido paritariamente com a antiga moeda, o östmark, contra a posição do Bundesbank.

Os Estados Unidos afrouxam sua política monetária: mantém o dólar desvalorizado em relação ao marco e ao iene, baixam a taxa de juros para 4,5% no mercado monetário de Nova Iorque, provocando a crescente aceleração da globalização dos mercados futuros de juros e câmbio; os fundos de pensão do país saem em busca dos “mercados emergentes” da Ásia e América Latina.

A globalização, portanto, é o auge da internacionalização do capital monopolista, que teve início com a expansão das multinacionais americanas, num primeiro momento em direção à Europa e Japão e, posteriormente, em direção à América Latina e ao resto do mundo, conforme mostra o quadro a seguir.

Esta fase tem como principal característica a onda especulativa e as crises bancárias com as oscilações cambiais que são lançadas em direção aos países da Europa tanto de moedas fortes e fracas, ou seja, que são valorizadas ou desvalorizadas, tendo o dólar como referência, excetuando a Alemanha. Em sete de fevereiro de 1992, com a proposta de criação de uma moeda única, é assinado o Tratado de Maastricht²⁸, que, com a crise monetária em setembro do mesmo ano, sua implementação foi dificultada.

1	Reino Unido	US\$	53.499,0	15,43%
2	Alemanha	US\$	28.652,0	8,26%
3	França	US\$	25.186,0	7,26%
4	Holanda	US\$	19.934,0	5,76%
5	Suíça	US\$	10.484,0	3,02%
6	Bélgica/Lux	US\$	8.983,0	
1	Hong Kong	US\$	27.000,00	7,78%
2	Singapura	US\$	4.800,00	1,38%
3	Taiwan	US\$	3.096,0	0,89%
4	China	US\$	2.200,00	0,63%
5	Tailândia	US\$	1.740,0	0,50%
6	Brasil	US\$	971,0	

²⁸ Com o processo de globalização financeira anunciou-se, entre outras coisas, a desterritorialização generalizada; porém, os EUA, a França, a Alemanha, entre outros países de economia forte, continuam matando (informalmente) os imigrantes ou clandestinos originários dos países pobres. O tratado prevê, entre outras medidas restritivas, a não aceitação desses imigrantes no continente europeu.

Total Mundial de Investimento
Direto Realizado no Exterior em 1996
US\$ 346.824,0

Europa Ocidental	EUA	Japão	Outros Desenvolvidos	Outros em Desenv.
US\$ 176.181,0 (50,60%)	US\$ 84.902,0 (24,48%)	US\$ 23.440,0 (6,76%)	US\$ 9.491,0 (2,74%)	US\$ 52.810,0 (15,22%)

1. Reino Unido 15,43%	US\$ 53.499,0	1. Hong Kong 7,78%	US\$ 27.000,00
2. Alemanha 8,26%	US\$ 28.652,0	2. Singapura 1,38%	US\$ 4.800,00
3. França 7,26%	US\$ 25.186,0	3. Taiwan 0,89%	US\$ 3.096,0
4. Holanda 5,76%	US\$ 19.984,0	4. China 0,63%	US\$ 2.200,00
5. Suíça 3,02%	US\$ 10.484,0	5. Tailândia 0,50%	US\$ 1.740,0
6. Bélgica/Lux. 2,59%	US\$ 8.983,0	6. Brasil 0,28%	US\$ 971,0
7. Itália	US\$ 5.966,0	7. Chile	US\$ 956,0

1,69%				0,27%			
8. Noruega	US\$	5.320,0		8. Kuwait	US\$	865,0	
1,53%				0,25%			
9. Suécia	US\$	4.847,0		9. África do Sul	US\$	718,0	
1,40%				0,21%			
10. Espanha	US\$	4.629,0		10. Venezuela	US\$	622,0	
1,33%				0,18%			

Fonte: WIR 1997 – World Investment Report – UNCTAD. In: Lacerda, 1998.

Através da atuação das agências multilaterais, dá-se início à coordenação hegemônica, de forma informal. O Federal Reserve Board (FED) realiza reuniões nos períodos das crises cambiais e bancárias: na Europa em 1992, no México em 1994 e no Japão em 1995; assim, monitora a flutuação global do dólar em relação às principais moedas internacionais. O dólar, nessas reuniões, passou a ser moeda predominante nas operações “de securitização e arbitragem nos principais mercados de derivativos cambiais” (Tavares, 1998:62), firmando, dessa forma, sua posição dominante nos mercados financeiros globalizados.

O Japão incrementa a concorrência comercial com os EUA e, ambos, passam a expandir seus capitais em direção à Ásia, ocasionando os “milagres” de crescimento e originando os “Tigres Asiáticos”; posteriormente, os capitais invadem a China, originando os “dragões”; esta (China Continental) passa a ser o centro de atração do capital. Portanto,

... a partir de 1992, com a desregulação cambial e financeira atingindo três continentes, o capital financeiro tem voado para todos os portos num jogo de cassino em que ganhadores e perdedores só têm contribuído para reforçar a posição financeira do dólar. Importa observar que nesse cassino os jogadores individuais – empresas e bancos – podem quebrar-se uns aos outros, mas não podem quebrar a banca. (Tavares 1998:63).

Neste sentido, a partir do exposto nesta parte inicial, apontamos, em forma de conclusão, o entendimento sobre o que é globalização.

O cenário internacional caracteriza-se pelo avanço da globalização econômica, que toma ímpeto a partir dos anos 80, período em que as grandes empresas transnacionais, dos países desenvolvidos, buscam novos mercados. Porém, o crescimento do sistema financeiro internacional constitui uma das principais características da globalização, pois uma massa crescente de capital acumulado é destinada à especulação propiciada pela desregulamentação dos mercados financeiros.

A partir da abertura e da descompartimentação interna dos sistemas monetário e bancário e dos mercados financeiros nacionais, constitui-se um espaço financeiro verdadeiramente mundial. Cada vez mais unificado, ele domina a esmagadora maioria dos sistemas nacionais, permanecendo totalmente hierarquizado e estruturado: os Estados Unidos são seu coração e principal beneficiário. Os mercados financeiros mundializados apresentam-se como uma arena organizada de modo que massas concentradas de capital-dinheiro possam valorizar-se sem deixar de ter um grau de liquidez muito elevado. (Chesnais, 1995:20).

Esse processo, portanto, é sustentado pelas políticas de liberalização e desregulamentação econômica impostas pelos organismos financeiros internacionais, que têm fundamentação ideológica nos princípios neoliberais. Os defensores do neoliberalismo defendem a globalização como uma tendência natural da economia mundial, finalmente livre de controles e de acordo com as forças de mercado; esta visão considera que esses rumos são irreversíveis. Pela exposição, mostramos que ela não é natural.

Nos últimos quinze anos, o crescimento da esfera financeira foi superior aos índices de crescimento dos investimentos, do PIB (Produto Interno Bruto) e

do comércio exterior dos países da OCDE²⁹. Isto demonstra que um volume cada vez maior do capital produtivo é destinado à especulação pelos investidores privados.

A diferença do atual estágio dos estágios precedentes é a relativa autonomia que o setor financeiro passou a ter em relação aos bancos centrais e instituições oficiais, bem como o grau de dominação que esse setor passou a exercer sobre a atividade produtiva. Os fundos de pensão, de seguros e, até sindicatos, passaram a operar nesses mercados sem a intermediação das instituições financeiras oficiais; não querendo perder a cientificidade, pode-se dizer que isto é a institucionalização informal da agiotagem em nível mundial.

O avanço das telecomunicações e informática propiciou o aumento da capacidade de os investimentos privados realizarem transações em nível global. Cerca de um e três trilhões de dólares³⁰ circulam no mercado de câmbio nas principais praças financeiras do mundo num período de 24 horas, o que corresponde ao volume de comércio internacional em um ano. Esses capitais voláteis³¹ já não encontram barreiras à sua mobilidade. Da noite para o dia saem de um país para outro, produzindo imensos desequilíbrios financeiros e instabilidade política.

²⁹ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, criada em 1960 com o objetivo de estimular o comércio e o desenvolvimento econômico. Reúne 18 países da Europa mais EUA, Canadá, Japão e Turquia. Sucedeu a AECE (Organização Européia de Cooperação Econômica).

³⁰ Conforme dados da reportagem da Revista *Veja*, de 27/01/99, p. 50. Artigo: A vida globalizada: os perigos e as vantagens que a economia oferece aos países num mundo interligado.

³¹ Segundo Kurz, "o que se define eufemisticamente como "volatilidade" é o resultado da virtualização: no espaço virtual, cada movimento se dá com a velocidade da luz e é determinado pelo acaso. Como os fundos transnacionais, virtualidade econômica de segunda ordem, não possuem mais lastro na efetiva criação industrial de valor, são as interpretações subjetivas, as encenações da mídia, os boatos e as declarações esparsas de políticos, banqueiros ou administradores de fundos que determinam os fluxos dos fundos de capital". Caderno Mais, 23/05/99, Artigo: "A virtualização da economia - mercados financeiros transnacionais e a crise da regulação". S. paginação/via Internet.

A desregulamentação dos mercados financeiros, sob as diretrizes do Consenso de Washington (assunto de que trataremos adiante) é considerada como um erro político, com a revisão, pelos próprios organismos internacionais, que ficou conhecida como Pós-Consenso. Assim, o FMI mostra-se interessado em uma política que submeta o movimento mundial dos fundos transnacionais a formas de regulação e controle.

As mudanças em relação ao processo de desregulamentação do mercado financeiro e da percepção da necessidade de se colocar alguma forma de regulação ficam evidentes com o resultado da reunião do G-8, ocorrida em 20/06/99, que transformou o Comitê Interino FMI em Comitê Econômico e Financeiro Internacional, que tem como primeira tarefa realizar um foro de debate sobre os problemas financeiros internacionais, em vista do que consideram como incompetência do FMI para prever as crises financeiras. Os líderes do G-8 mostraram-se preocupados em dar uma “face mais humana à globalização”; assim, recomendaram maior atenção ao social.

Os Estados Unidos, segundo Alan Greenspan, presidente do FED, estão vivendo uma bolha de crescimento e ela tende a estourar. A valorização de empresas, por meio de ações, está ocorrendo de forma irracional. “O índice Dow Jones, que reúne as 30 ações mais negociadas no pregão, demorou 13 meses para passar de 9.000 para 10.000 pontos. Depois, em apenas 24 dias, chegou aos 11.000”. (F. S. P., 11/07/99). Devido à sensação de riqueza produzida no país, os norte-americanos estão gastando mais do que ganham.

Caso ocorra um “crash” na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a consequência, prevista e temida por diversos economistas, seria uma crise generalizada, de maior intensidade que as ocorridas em 1997 e 1998.

²³ Artigo “Urubus e passarinhos”. Caderno Diálogo, F.S.P., 27/06/99, p. 2.

Porém, a análise de Belluzzo³² (1999: 2) é mais consistente; afirma o autor que o grande risco é uma fuga dos ativos denominados em dólares, que colocaria em risco a economia americana.

Tentando tornar o assunto mais compreensível e pelo fato de os Organismos Internacionais terem um papel fundamental no processo de globalização, no próximo capítulo far-se-á uma introdução histórica a eles e uma análise crítica da inserção do Brasil no processo de globalização.

A crise que teve início no final da década de 70, com o fim do chamado "milagre brasileiro", mais do que estagnação econômica, representou a crise do regime de acumulação capitalista implementado nos anos 30. O recurso à inflação e ao endividamento interno e externo implementado pelo Estado foi uma forma de financiamento e de acelerar o crescimento econômico e tentativa de industrializar o país. Esse processo levou ao estancamento dos fluxos de capitais (financiamentos e investimento direto externo) para países em desenvolvimento, principalmente no México e Brasil.

O rompimento dessa forma de financiamento externo e dos investimentos das empresas multinacionais, aliada à explosão dos juros internacionais, levou ao encaminhamento da estatização da dívida e ao colapso financeiro e fiscal do Estado e das empresas estatais.

A dívida externa do governo Figueiredo atingiu oitenta bilhões de dólares; a inflação passou de 100% ao ano. As dificuldades da balança de pagamentos levaram o governo a recorrer ao FMI, que, para financiar o pagamento da dívida, exigiu uma subordinação maior da economia, o que levou ao agravamento do quadro recessivo da economia.

A intervenção, consentida, desse órgão internacional significa uma forma particular de expansão do centro capitalista, no qual as instituições internacionais

³² Artigo "Urubus e passarinhos". Caderno Dinheiro, *F.S.P.*, 27/06/99, p. 2. Área econômica e



2. O BRASIL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

A coalizão política e econômica que sustenta a proposta que fundamenta as políticas em andamento no Brasil, como a única alternativa de desenvolvimento e da inserção da economia brasileira na globalização em curso, é consequência da crise do modelo nacional desenvolvimentista.

A crise que teve início no final da década de 70, com o fim do chamado “milagre brasileiro”, mais do que estagnação econômica, representou a crise do regime de acumulação capitalista implementado nos anos 30. O recurso à inflação e ao endividamento interno e externo implementado pelo Estado foi uma forma de financiamento e de acelerar o crescimento econômico e tentativa de industrializar o país. Esse processo levou ao estancamento dos fluxos de capitais (financeiros e investimento direto externo) para países em desenvolvimento, principalmente no México e Brasil.

O rompimento dessa forma de financiamento externo e dos investimentos das empresas multinacionais, aliada à explosão dos juros internacionais, levou ao encaminhamento da estatização da dívida e ao colapso financeiro e fiscal do Estado e das empresas estatais.

A dívida externa do governo Figueiredo atingiu oitenta bilhões de dólares; a inflação passou de 100% ao ano. As dificuldades da balança de pagamentos levaram o governo a recorrer ao FMI, que, para financiar o pagamento da dívida, exigiu uma subordinação maior da economia, o que levou ao agravamento do quadro recessivo da economia.

A intervenção, consentida, desse órgão internacional significa uma forma particular de expansão do centro capitalista, no qual as instituições internacionais criadas em Bretton Woods terão um importante papel, não só na área econômica e

política como na área educacional, que é o nosso objeto de estudo. Assim, entendendo ser necessária a compreensão dessas agências e sua influência não só na América Latina e Caribe, como no resto do mundo é que faço uma introdução à criação dessas agências, quais são elas e a influência no direcionamento das políticas em andamento nas regiões referidas acima.

2.1- Os Organismos Internacionais e sua influência no Brasil

O Banco Mundial ou Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento significam a mesma coisa. É composto por outras agências, como: Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA); a Corporação Financeira Internacional (IFC); o Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID); a Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais (MIGA) e, a partir de 1992, passou a administrar o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), aprovado no Rio de Janeiro, por ocasião da ECO 92.

Quanto às finalidades, a IDA, fundada em 1960, visa a atender às necessidades dos países pobres, considerados como aqueles cujo Produto Nacional Bruto seja menor que US\$610, pelos valores de 1990. Os recursos dessa agência destinam-se a empréstimos de ajuste estrutural e a maior parte dos recursos vão para a África. Seu capital é composto pelos recursos dos países membros; o Brasil é um contribuinte, porém, não se beneficia dos seus empréstimos.

O ICSID serve como instrumento de conciliação de disputas entre governos e investidores estrangeiros e desenvolve pesquisas na área de legislação na sua área de atuação.

O IFC, fundado em 1956, tem como função destinar empréstimos para empresas privadas e estatais dos países membros. Desde sua criação, o Brasil se beneficia dos seus empréstimos, que até 1991, foram destinados para indústrias químicas e petroquímicas, papel e celulose, cimento e mineração.

A MIGA, criada em 1988, assessora governos sobre os programas de investimentos estrangeiros e “oferece um seguro a investidores internacionais contra riscos não comerciais em investimentos em países em desenvolvimento” (OXFAM, 1995:46).

O GEF, criado a partir da ECO 92 e administrado pelo BM, é o principal fundo para gerenciar o meio ambiente, sendo assim, é o principal gestor, em âmbito global, de recursos para o meio ambiente.

O Banco Mundial, com sede em Washington, foi idealizado na conferência de Bretton Woods³³, bem como o Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com o convênio que criou o BIRD ou BM, seus objetivos são os seguintes: 1) contribuir para a reconstrução e desenvolvimento dos países membros, que são 180 atualmente, promovendo a reabilitação das economias destruídas pela II Guerra Mundial; 2) fomentar os investimentos privados em países estrangeiros; 3) promover o desenvolvimento equilibrado do comércio internacional a longo prazo; 4) coordenar os empréstimos que fizer, de modo que sejam atendidos, primeiro os mais úteis e urgentes, ou garantir que sejam atendidos com recursos de outra fontes e, 5) conceder empréstimos para reconstrução e desenvolvimento, tendo cuidado, entretanto, para que não haja competição entre ele e os capitais privados, ou seja, sua ação é complementar à dos países privados.

Tanto o BM quanto o FMI foram criados devido à preocupação dos países centrais com o estabelecimento de uma nova ordem mundial no período pós II

³³ Realizada nos EUA em 1944, com a participação de representantes de 44 nações, a convite do governo americano. Keynes chefiou a delegação da Inglaterra, tendo sido o 1º Presidente do FMI.

Guerra Mundial. Neste sentido, com a hegemonia dos EUA, buscaram criar instituições capazes de conferir, à economia mundial, maior estabilidade, favorecendo o crescimento e evitando o surgimento de novas crises.

Nos anos 50, logo após a Conferência de Bretton Woods, com a emergência da Guerra Fria, altera-se o papel do BM e das políticas implementadas.

... a bipolaridade passou a influenciar e a conformar políticas de desenvolvimento no âmbito internacional, e o Banco Mundial se envolveu progressivamente nesse processo de estabilização e expansão do sistema capitalista mundial, mediante programas de ajuda e concessão de empréstimos crescentes aos países do sul a partir do início dos anos 50. (Soares, 1996:18).

Portanto, é a partir dos anos 50 que o BM adquire o perfil que tem hoje: o de um banco direcionado para o financiamento dos países em desenvolvimento, evoluindo de agência de financiamentos para um centro mundial de coordenação, mediação e mobilização de recursos públicos, privados, intelectuais e financeiros.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi criado à imagem do BM, com o objetivo de contribuir para acelerar o processo de desenvolvimento econômico, individual e coletivo dos países membros. O BID foi criado em 1959, através de convênio firmado por 20 países, sendo dezenove (19) latino-americanos mais os EUA; em 1972 o Canadá aderiu à organização.

Há, ainda, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), criada em 1948, que tem como objetivo ajudar os governos latino-americanos na promoção do desenvolvimento econômico e na melhoria do padrão de vida da população. Portanto, é uma instituição regional, sem recursos para disseminar sua teoria e, assim, se aglutina ou se submete ao ideário do BIRD; na verdade, a CEPAL tem procurado suavizar as visões do BM e tem se mostrado contrária à

redução da educação básica pública, universal e gratuita aos limites do ensino fundamental.

O Banco Mundial possui 180 países associados, porém, o poder de voto está nas mãos dos cinco maiores acionistas, que são os EUA, o Japão, a Alemanha, a França e o Reino Unido, que, juntos, detêm quase 40% do poder de voto.

Quanto à negociação dos acordos, os organismos internacionais financiam projetos obedecendo aos seguintes pontos:

- 1- “Think Tanks”: o BM se considera um grande conhecedor dos problemas que afetam os países tomadores de empréstimos.

O Banco tem tanto força financeira quanto poder de informação. Nenhuma outra agência é comparável com a sua capacidade de pesquisa. A distância é ainda maior entre o Banco e os governos da maior parte dos países nos quais a instituição opera. (Lauglo, 1997:29).

- 2- Ação centralizada e padronizada: os Departamentos Nacionais e suas respectivas Divisões são “especializados” em um certo número de países, assim, são eles que têm responsabilidade direta na identificação, preparação, execução e acompanhamento de projetos;
- 3- Lentidão do processo decisório: o tempo gasto entre os primeiros contatos e a contratação de um empréstimo varia em torno de três a quatro anos. Assim, nem sempre são colocados em prática pelo governo que os solicita. A nova gestão geralmente tem outra proposta, e não se dedica aos projetos que herda, ocasionando atraso no desembolso das parcelas de contrapartida, e, em consequência, prejudica a liberação das outras parcelas pelo BM, acarretando o cancelamento ou fracasso dos projetos.

- 4- Prazos alongados de pagamento: o período de carência, até 89, era de 5 anos; período de amortização: 15, 17 ou 20 anos. Juros: até 1980 era taxa fixa de 8% ao ano; após, passou a ser variável; a taxa passou a ser estipulada de acordo com o custo do dinheiro no mercado internacional, mais 0,5% sobre o total dos empréstimos tomados pelo BM. No ano de 1995, foi de 7,09%. Entre os encargos de financiamento há o pagamento de “taxa de compromisso”, que é de 0,75% ao ano sobre os recursos ainda não retirados do tomador. Assim, o atraso na execução do projeto acarreta um aumento significativo dos custos, além do pagamento de juros e dos ajustes cambiais. Assim, “os custos de juros e comissões pagos por esses projetos, com frequência, chegam a superar os montantes emprestados pelo Banco.” (OXFAM 1995:7).
- 5- Garantias e Contrapartidas: o financiamento para o setor educacional segue as mesmas diretrizes dos projetos comerciais, segundo o modelo de co-financiamento, onde o BM entra com 50% e o tomador (Brasil) com a outra metade. Taxa de compromisso, cumprimento das metas, enquadramento do projeto na LDO³⁴ (se for projeto federal) – impacto dos custos sobre o déficit público; o desempenho em projetos anteriores e “a definição de recursos de contrapartida, inclusive a existência de garantias de Estados e Municípios (com recursos próprios).
- 6- Comissões de compromisso: existem tanto para aprovar os projetos (Cofix – comissão de financiamento externos) e para julgar reclamações contra o BM em relação aos projetos em andamento, tendo em vista que os encerrados não são revistos.

³⁴ Lei de Diretrizes Orçamentárias.



- 7 - Condicionais: em relação ao meio ambiente, direitos humanos, direitos indígenas.

- 8- Confidencialidades: atua como um instrumento de proteção contra o acompanhamento pela sociedade civil; o próprio governo (Brasil) impede a divulgação dos dados sobre os projetos.

Quanto à natureza dos empréstimos, o BM classifica os projetos por setores; assim, os Projetos Orientados para a pobreza incluem: educação, desenvolvimento urbano, abastecimento de água e esgoto, população, saúde e nutrição; os orientados para a produção são agricultura, energia, indústria, telecomunicações, transporte, setor financeiro, setor público, turismo e meio ambiente, além dos programas de ajuste estrutural e multi-setoriais. Exemplos: 1) Desenvolvimento Rural: irrigação, pesquisa agrícola, extensão rural, cooperativas, recuperação de áreas degradadas e manejo de florestas; 2) Educação: desenvolvimento de sistemas pedagógicos, treinamento de professores, aquisição de material didático; 3) Energia: construção ou ampliação de plantas de produção de petróleo, carvão e gás, projetos de geração de energia (hidroelétrica, térmica, etc.); 4) Transporte: construção de rodovias e ferrovias.

Abaixo pode-se verificar o número de projetos, nos mais variados setores, financiados pelo BM no Brasil, de 1996-98.

ANO FISCAL 1996		US\$ milhões
Código	Projeto	Valor
314	Conservação Solo IV	25,0
338	Conserv. Ambiental Garimpos Amazônia	175,0
343	Telecomunicações	75,0
331	Educação Básica	15,0
	Subtotal	290,0

ANO FISCAL 1997**US\$ milhões**

Código	Projeto	Valor
236	Irrigação, Subsetor	200,0
305	Educação IV	150,0
325	Reforma INFRAERO	100,0
336	Gasoduto Bolívia-Brasil	200,0
347	Desenvolvimento Urbano – PE	100,0
262	Melhoria Posse de Terra	75,0
319	Rodovias Federais II	150,0
332	Ensino Superior	200,0
341	Reforma Saúde Nacional	150,0
348	Desenvolvimento Municipal – SC	100,0
351	Transporte Recife/Belo	350,0
Subtotal		1.775,0

ANO FISCAL 1998**US\$ milhões**

Código	Projeto	Valor
234	Setor Portuário	200,0
300	N.W.III (Conservação do solo)	155,0
310	Rodovias Estaduais III	200,0
318	Nutrição	100,0
324	Desenv. Ciência e Tecnologia	150,0
339	Reforma Ferrovias	250,0
297	Controle Poluição Industrial	100,0
301	Agricultura no Nordeste	200,0

312	Desenvolvimento Social – R	150,0
323	Rodovias Federais III	250,0
337	Gás Natural – RJ	150,0
340	Piracicaba água	200,0
349	Desenvolvimento Urbano – BA	100,0

Subtotal **2.205,0**

Total Geral **US\$ 5.840,7 milhões**

N.º de Projetos **36**

Valor Médio **US\$ 162,2 milhões**

Fonte: OXFAM, p. 38-39.

Embora os governos (federal e estadual) considerem o financiamento externo como “ajuda humanitária”, os recursos dos organismos internacionais tornam-se dívida externa. É urgente aproveitar os espaços de abertura à participação da comunidade com vistas a ter acesso a proposição dos projetos, fazer a avaliação e divulgar todo o processo aos atores envolvidos (pais, alunos, funcionários e comunidade geral).

Os recurso do BM deveriam ser direcionados “para a promoção de políticas que erradiquem a pobreza, reduzam a desigualdade social e promovam o desenvolvimento sustentável do país”(Soares 1996: 38) e não para o ajuste estrutural. Neste sentido, é preciso opor resistência ao projeto em curso (neoliberalismo), mostrando que o sistema centrado no capital e no mercado não é o único e nem o mais eficaz.

É desnecessário lembrar que as instituições internacionais criadas em Bretton Woods permaneceram muito aquém do projeto original de Keynes ou de Harry Dexter White – sobretudo no que diz

respeito à autonomia e ao raio de ação de organismos como o FMI e o Banco Mundial. Não obstante, os Estados Unidos puderam exercer sua hegemonia de modo a abrir caminho para políticas nacionais de desenvolvimento econômico e de reforma social. (Mello, 1998:19).

Neste sentido, é que se pode entender que a globalização é um processo político; envolve as pressões crescentes de governos e organismos internacionais, desde os anos 80 sobre como os países periféricos ou em desenvolvimento deviam conduzir suas economias. Mediante condicionalidades, o BM e o FMI passaram a intervir na formulação da política interna e a influenciar a legislação dos países que tomavam empréstimos.

Neste contexto, surgem os Paes (Programas de Ajuste Estrutural), “nova modalidade de empréstimo não vinculada a projetos, mas sujeita a condicionalidades amplas e severas de cunho macroeconômico e setorial, que passaram a ser geridos pelo Banco Mundial a partir do início dos anos 80” (Soares, 1995:21).

Os PAEs objetivam assegurar o pagamento da dívida e transformar a estrutura econômica dos países visando sanar o que o BM considerava características não desejáveis ao novo padrão de desenvolvimento; neste sentido, se tratou de implementar um conjunto de reformas nos países endividados.

Essas políticas, que atendem em termos gerais às necessidades do capital internacional em rápido processo de globalização, foram batizados no final dos anos 80 de “Consenso de Washington”. (Mello, 1998: 23).

Portanto, percebe-se claramente a criação de uma diretriz política a ser implementada com objetivo de criar mecanismos para a expansão do capital financeiro, via financiamento, nos mais diversos setores. Mas, o que é, afinal, o “Consenso de Washington”? Para clarearmos e tornar de fácil entendimento o

trabalho ora apresentado, faremos uma exposição com o intuito de responder a esta questão: O que é o Consenso de Washington?

O início da avaliação das reformas econômicas empreendidas na América Latina tiveram início em novembro de 1989, ocasião da realização de uma reunião entre membros dos organismos de financiamento internacional (FMI, BID, BM), funcionários do governo dos EUA e economistas latino-americanos, sendo que o Brasil foi representado por Bresser Pereira. As conclusões da reunião é que se denominaram "Consenso de Washington"³⁵ e são conhecidas como idéias neoliberais.

A continuação da reunião ocorreu entre os dias quatorze e dezesseis de janeiro de 1993, no Seminário "The Political Economy of Policy Reform", promovido pelo Instituto Econômico Internacional, em Washington, com o objetivo de discutir o documento escrito por John Williamson denominado "Search of a Manual for Technopols"³⁶. Estiveram presentes na reunião executivos de governo, dos bancos multilaterais e de empresas privadas, acadêmicos, e representantes de onze países da Ásia, África e América Latina. O objetivo dessa reunião foi referendar as decisões da primeira reunião, ou seja, o Consenso de Washington, que propunham para o programa de estabilização e reforma econômica,

Um programa ou estratégia seqüencial em três fases: a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superavit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e as empresas estatais; e a terceira reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de "reformas estruturais"; liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das etapas,

³⁵ Paulo Nogueira Batista faz um análise do Consenso de Washington no Caderno Dívida Externa, N.º 6, 1994, no artigo "O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos.

³⁶ Em busca de um manual para tecnocratas.



definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico. (Fiori, 1998:12).

Os componentes desse programa que variaram ao longo de sua aplicação podem ser explicitados nos quatro pontos a seguir: 1) equilíbrio do orçamento através da redução dos gastos públicos; 2) liberalização financeira através da “flexibilização” das normas para a entrada do capital internacional; 3) desregulamentação do mercado interno através da extinção dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos, etc., 4) privatização das empresas e dos serviços públicos.

Essas medidas, se colocadas em prática, de acordo com o “Consenso”, “seriam capazes de colocar os países no caminho do desenvolvimento sustentável, permitindo o retorno da estabilidade econômica, dos investimentos externos e do próprio crescimento, mesmo que numa primeira fase implicassem recessão e aumento da pobreza” (Soares, 1996:23). Porém, continua a autora, após a revisão, os resultados são bem diferentes.

Devido às condicionalidades dos empréstimos do BM, “os empréstimos de ajuste estrutural, em vez de proporcionarem um maior influxo de divisas para os países estrangulados pela crise de endividamento, tornaram-se um obstáculo à superação da própria crise”(Soares, 1996:23).

Portanto, fica evidente que os objetivos das propostas do “Consenso” visam reduzir o Estado e a abertura total e irrestrita dos mercados, em nome da concorrência, pois ela estimula a *produtividade e a competitividade*.(grifos meus).

Para comprovar o exposto acima, ou seja, sobre a adesão do governo brasileiro às idéias do Consenso, passo a mostrar, resumidamente, as idéias de

²⁷ À época Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central.

²⁸ Texto mimeografado que circulou de forma restrita nos meios acadêmicos em 1996.

Gustavo Franco³⁷ no texto “A inserção externa e o desenvolvimento³⁸”. Nesse texto o autor expõe o que considera ser a concepção de desenvolvimento do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Afirma que, “na verdade, este ensaio procurará argumentar que será justamente o processo de abertura, através de seus efeitos sobre o dinamismo tecnológico do país, que definirá os contornos básicos do novo ciclo do crescimento” (Franco, 1996: 2).

Franco fez uma análise da conjuntura internacional e mostra efeitos da mesma sobre o país. Define globalização como o crescimento do fluxo do comércio de bens e serviços e do investimento internacional, não no setor da produção, o que teria levado à abertura das principais economias do mundo. Argumenta sobre a necessidade da abertura do país para que se aproveite das “benesses” da globalização e que o atraso do Brasil é ocasionado pelas políticas protecionistas.

A perda de posição do Brasil no contexto do investimento direto internacional tem que ver com instabilidade macroeconômica interna e também com a continuidade de políticas industrial e comercial inconsistentes com as tendências internacionais. (Franco, 1996:10).

Portanto, segundo Franco, o Brasil poderá inserir-se no atual contexto se o programa neoliberal que propõe for implementado. Assim, evidencia a necessidade da superação da fase de substituição de importações, promovendo a abertura comercial; dessa forma, a concorrência aumenta e, junto, vem a produtividade e a competitividade, promovendo a redução da pobreza e a concentração de renda. Triste ilusão!

Os dados mostram que, em 1992, a renda dos 10% mais ricos sobre a

³⁷ À época Diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central.

³⁸ Texto mimeografado que circulou de forma restrita nos meios acadêmicos em 1996.

renda dos 40% mais pobres era de 5,7 aproximadamente; em 96 o índice³⁹ chega a 6,36. Entre 174 países o Brasil está entre os dez mais ricos; ou seja, os 160 milhões de brasileiros produzem a 10.^a maior riqueza do mundo. Porém, de acordo com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) que mede a qualidade de vida do mundo, que em setembro de 1998 foi divulgado pela ONU, o Brasil está em 62.^o lugar; quanto à expectativa de vida, o Brasil é a 107.^a nação.

Assim, como a 10.^a potência mais rica chega a esses resultados? A resposta, acredito, é o processo de inserção do país na globalização, além da questão da desigualdade na distribuição da riqueza. Em novembro de 1998 o BID divulgou um estudo, em Washington, elaborado pelo Departamento de Estudos Econômicos, sobre a questão da desigualdade social do mundo: as maiores estão na América Latina, sendo o Brasil o campeão.

Apenas 10% da nossa população detém 47% da renda nacional. Em outras palavras, 16 milhões de pessoas ficam com quase a metade do que é produzido por 160 milhões de habitantes. E, lembremos, riqueza não é apenas dinheiro; é educação, saúde, habitação, alimento, lazer, trabalho, etc. (Cortella, 1999:66).

Outro argumento do governo é que as privatizações são necessárias para, além de propiciar a concorrência, obter recursos para pagar a dívida; entretanto, o próprio governo reconheceu que “a conta com juros consumirá, a cada 2 meses, mais do que o governo espera arrecadar no leilão de 45% das ações ordinárias com direito a voto da Companhia Vale do Rio Doce”. (F. S. P., 17/03/97).

Um outro ponto relevante no ideário neoliberal é assegurar condições de poder por um longo período, ou seja, as políticas “propostas” precisam de mais de um mandato de governo para serem aplicadas e consolidadas, assim,

³⁹ Dados da Gazeta Mercantil de 24/02/97, p. A1 a A7.



Desde este seu ponto de vista, aliás, o Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial. (Fiori, 1998:14).

Um total de vinte e cinco países que aplicaram a receita do “Consenso de Washington” realizaram as reformas receitadas, porém, não obtiveram a recuperação dos investimentos; a adesão do empresariado, tanto interno, quanto externo, é retórica e não prática; os países que conseguiram a estabilidade tiveram ajuda externa: Chile, 3% do PIB por 5 anos; Bolívia, 5% do PIB por 5 anos; México, 2% do PIB.

Porém, mesmo com estabilidade passaram por recessões, diminuição salarial e crescente desemprego, que são, afirmam, os custos sociais do processo de estabilização. Ainda, mesmo com crescimento, lento, não recuperam os postos de trabalho fechados com a reestruturação e abertura econômica.

Assim, o projeto de modernização⁴⁰ em prática no país optou por uma estratégia sócio-econômica que gera e aprofunda os níveis preexistentes de desigualdade e exclusão social.

O governo reconhece a situação de miséria, resultado das políticas implementadas, que desenvolve programas emergenciais para compensar, como os Fundos de Investimento Social (FIS); no Brasil chama-se “Comunidade Solidária”, parecido com o FIS e com o Programa “Solidariedade” do México.

Portanto, agindo de acordo com as idéias neoliberais, os governos dos últimos anos privatizaram quase todas as empresas estatais, desorganizaram os instrumentos de regulação da atividade econômica, as políticas de

⁴⁰ Segundo Fiori, “a verdadeira significação decisiva da sua (FHC) decisão que não é de hoje, data do início de maio de 1994, quando apenas a reorganização do governo Collor em aliança com a própria PFL de ACM e Bornhausen” (Fiori, 1998:17).

desenvolvimento (industrial, agrícola, tecnológicas, etc.) foram restringidas ou abandonadas e a estrutura produtiva foi desorganizada devido à abertura crescente das importações.

...os programas de ajuste latino-americanos apresentam inúmeros pontos de convergência com os programas iniciados no Brasil em março de 1990 pelo governo Fernando Collor e em janeiro de 1995 pelo atual presidente Fernando Henrique Cardoso. Ambas as propostas apoiavam-se na necessidade de reduzir o tamanho do Estado, através da transferência de atividades para o setor privado, como caminho para o equilíbrio das contas públicas e a eliminação permanente do fantasma inflacionário. (OXFAM, 1995:20).

Entretanto, a América Latina e, particularmente o Brasil, estão comprometidos com o processo de mudança em nível mundial na contemporaneidade, porém, ela tem acarretado o aprofundamento progressivo das diferenças sócio-econômicas. Neste sentido é que afirmamos que o desenvolvimento mundial, desigual e fragmentado, está incorporando a AL de forma subordinada, em função de interesses políticos e econômicos mais poderosos.

...à medida em que ocorreu a generalização das políticas neoliberais por todo o globo, as vantagens competitivas e de crescimento da Europa e da América Latina só fizeram diminuir em favor da economia americana e de alguns países asiáticos – que, além de serem os que apresentam maior poder de comando do estado sobre a economia, mantêm as moedas mais “fracas” do mundo, a começar pela China, um dos maiores espaços de expansão contemporâneos. É de se destacar, igualmente, que a adesão dos Estados Unidos ao neoliberalismo restringiu-se ao terreno do discurso pois, na prática, a potência hegemônica adotou, de início, um Keynesianismo bélico clássico, sucedido por investimentos em reestruturação industrial e atração de capitais estrangeiros – e seguiu financiando seu consumo doméstico e seu gasto público por meio de um vultoso endividamento amparado na posição cardeal de sua moeda nos mercados financeiros internacionais. (Tavares et al., 1997:74).

⁴⁰ Segundo Fiori, “o verdadeiro significado direitista de sua (FHC) decisão que aliás não é de hoje, data do início de maio de 1991, quando apoiou a reorganização do governo Collor em aliança com o próprio PFL de ACM e Bornhausen” (Fiori, 1998:17).

Um processo desencadeado no sentido de enfrentamento do poder global, orientado para a idéia de integração é a constituição do Mercosul, que tem centrado a atenção na importância da educação no processo de construção do novo modelo de desenvolvimento necessário para a região, além da proposição de uma política econômica que defenda os interesses dos países que o compõem.

Em abril de 1994 a Ata Final da Rodada Uruguai de negociações comerciais multilaterais foi assinada em Marrakesh; o documento é a formalização da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que é o resultado de um "longo processo de negociações com o propósito de estabelecer um marco normativo para conciliar os conflitos decorrentes do processo de concorrência global". (Dias, 1996: 56).

O documento traz regras detalhadas para as áreas do sistema gerenciado pelo Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) e, também, regras multilaterais para a proteção dos direitos intelectuais e o comércio em serviços. A OMC é uma organização internacional, com a participação de todos os países; ela tem poder legal para colocar em prática obrigações contratuais em vários setores. Entretanto, ela diminui a autonomia nacional na medida em que formula regras internacionais para políticas nacionais intra-fronteiras. Porém, afirma Dias,

...países de desenvolvimento médio, como o Brasil, querem ter a proteção do direito internacional contra o poder arbitrário para definir as regras do jogo internacional exercido unilateralmente, nos últimos anos, pelos Estados Unidos. Mas, por outro lado, a inclusão de políticas nacionais na agenda internacional de comércio não só significa a redução da capacidade do Estado brasileiro para ajustar suas políticas às necessidades do desenvolvimento econômico e social, mas também na aceitação de padrões, procedimentos e legislações de países mais avançados, nas áreas acordadas internacionalmente. (Dias, 1996:57).

Acrescenta a autora que, apesar da OMC, a história tem mostrado que “os países com mais poder” não têm cumprido as leis implementadas por organismos multilaterais, porém, usam o “poder” para que os demais as cumpram.

A expectativa do Brasil é a de que um sistema de comércio baseado no direito possa restringir o exercício do poder e conter atos arbitrários dos Estados Unidos. Por um lado, a complexidade da integração global dos mercados cria novas demandas para um ambiente econômico internacional mais previsível e com um menor grau de incerteza; por outro lado, a natureza do debate torna os resultados de disputas relacionadas com o comércio totalmente indeterminadas. (Dias, 1996: 66).

É evidente que o Brasil é pressionado pelos EUA para adoção de suas idéias; porém, tem procurado formas de resistir a essa pressão. Internacionalmente, o Brasil adquiriu visibilidade: a devastação ambiental, a violência generalizada, o trabalho infantil, a criminalidade, o analfabetismo, estão na pauta dos debates internacionais.

O país terá necessidade de estabelecer programas adequados para melhorar sua inserção internacional, favorecendo a introdução do progresso técnico em suas unidades produtivas, melhorando sua competitividade sistêmica através de programas de investimento em infra-estrutura, educação e telecomunicações. (Dias, 1996:73).

É necessário destacar que é difícil encontrar um autor que não coloque a importância da educação para o desenvolvimento do país. Os autores destacam a questão do desemprego crescente, que dificilmente haverá a criação de novos postos de trabalho em igual quantidade aos que foram fechados; porém, enfatizam a questão de uma formação “diferente” para o novo trabalhador. Este é um assunto que será discutido posteriormente. Agora pretende-se destacar o processo de estruturação produtiva do Brasil.

2.2- O Brasil e as mudanças no Mundo do Trabalho

A partir da década de 70, Chile, Argentina, México e Venezuela promoveram o processo de liberalização econômica; isto teve um maior influxo na metade dos anos 80, período em que o Brasil também iniciou a reforma comercial eliminando os controles administrativos sobre as importações e revendo a questão tarifária.

No governo Collor essa liberalização se define com a Medida Provisória 158, de março de 1990, onde se expõem os objetivos e diretrizes da nova política industrial que enfatizava a questão da competitividade. Em junho de 1990 o documento "Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior" (PICE) trazia os pormenores da proposta anterior.

O PICE colocava como objetivo o aumento da eficiência na produção de bens e serviços, através da modernização e reestruturação da indústria. Para atingir essa meta estabeleceu como estratégia: a) revisão das tarifas; b) eliminar os incentivos e subsídios e fortalecer os mecanismos de defesa e concorrência; c) reestruturação competitiva da indústria e adoção de mecanismos de coordenação, de instrumentos de apoio ao crédito e de fortalecimento da infra-estrutura tecnológica; d) fortalecer os setores com potencial competitivo e desenvolver novos setores, especializando a produção; e) expor a indústria à competição internacional, para inseri-la no mercado externo, melhorar a qualidade e preço no mercado interno e aumentar a competição nos setores oligopolizados e, f) capacitar tecnologicamente a empresa nacional.

Assim, criaram-se dois mecanismos: o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. Porém, o que levou os empresários a assumir a necessidade de reestruturação?

Segundo Bielschowsky e Stumpo (1996) são três fatores: 1) no período de 1990 e 1991 a indústria brasileira passava por uma grave crise e em ambos os anos acumulava prejuízos; a expectativa de superação da situação era negativa; 2) os empresários tinham percepção de que a abertura viera para ficar; 3) os industriais, que conheciam a realidade da indústria internacional tinham consciência do atraso em termos de organização e do desperdício das empresas nacionais.

Assim, segundo a nova política industrial e em consequência da recessão provocada pela política de estabilização, as empresas realizaram severos ajustes, sendo o mais drástico a demissão: 278.467 postos de trabalho em 1991 e 277.529 em 1992; em 1993 foram criados 4.908 postos de trabalho com a recuperação, tímida, da economia.

Segundo Lacerda (1998), as demissões não se restringiam a operários produtivos, mas também nas áreas administrativas e cargos de direção, “denotando não somente um movimento de ajuste da produção, mas uma reestruturação dos processos administrativos”. (p. 109).

Esse novo contexto de concorrência global introduz penosos custos de ajustes nos diversos países, que afetam particularmente os grupos sociais mais vulneráveis. Novos postos de trabalho são criados com a integração via comércio e fluxos financeiros e de investimentos, mas não necessariamente na mesma proporção em que outros postos são eliminados e tampouco na mesma velocidade. Além do mais, em geral, as habilidades requeridas para os novos postos não são as mesmas que as exigidas pelos postos anteriores. (Dias, 1996:56).

Pode-se observar que os industriais tiveram atitudes diferentes em dois períodos: no primeiro ajuste, de 1981-83, ele ocorreu no âmbito financeiro-patrimonial, quando se reduziu o endividamento e houve a compensação da diminuição da produção com a elevação dos ganhos não-operacionais; no segundo ajuste, de 1989-92, ocorreu a reestruturação da produção no cenário da abertura

comercial; envolvendo as seguintes medidas: “concentração em linhas de produtos competitivos; redução da diversificação da produção; terceirização de atividades e implantação de programas de qualidade e produtividade”. (Lacerda, 1998:10).

Em 1994, com a estabilização da economia, os empresários nacionais vislumbraram a possibilidade de recuperar as perdas dos anos da crise e, no auge do aquecimento econômico de 1994-1995, os grupos industriais idealizaram planos de investimento, porém, como elucida Coutinho (1996), a forte sobrevalorização da taxa de câmbio, combinada com a sustentação de juros elevados acabou com os planos do empresariado.

A crise mexicana de 1995, criou uma grande turbulência; a política econômica reiniciou seus planos e unicamente tem procurado evitar que se agrave a sobrevalorização cambial; a qual, como já mostrou a história mexicana e da Argentina só acarreta o crescente déficit nas transações com o exterior; assim, “a conta comercial deteriorou-se velozmente e a resposta da política econômica tem sido a de desaquecer a economia para controlar o desequilíbrio”. (Coutinho, 1996:236).

Em vista do exposto, vale lembrar que

A chamada “globalização liderada pelos EUA em relação à América Latina visa conseguir a abertura comercial indiscriminada dos mercados nacionais e assim a quebra da reserva de mercado, a desindustrialização, e a diminuição da soberania já limitada que desfrutamos. (Mamigonian, 1998:57).

Além da questão política adotada pelo governo brasileiro em relação ao desenvolvimento do país, vale ressaltar que a indústria nacional, em face da globalização, estava fragilizada. Tinha dificuldade em gerenciar déficit elevado em transações correntes, pois o capital de financiamento eram de prazos curtos; desempenho comercial frágil e com risco de reduzi-lo devido ao desaquecimento da economia e, acima de tudo, condições de competitividade desigual devido à

combinação de câmbio sobrevalorizado/juros altos que inviabilizaram o desenvolvimento de vários setores.

Ao adotar, no final de 1995, medidas de aumento dos compulsórios, restrições de crédito e juros elevados no âmbito da política monetária, o governo claramente optou em sacrificar o crescimento para evitar um déficit muito elevado na balança comercial. Ocorre é que houve uma mudança estrutural na economia brasileira. A redução das alíquotas tarifárias e o dólar barato estimularam o aumento das importações, ao mesmo tempo em que se tornava um mau negócio exportar. Houve uma alteração significativa na estrutura da indústria, com a substituição da produção local pelas importações. (Lacerda, 1998:127).

O Brasil, na década de 90, em relação às condições conjunturais, caracterizou-se por atividades produtivas frágeis na eletrônica, ou seja, os setores industriais com alto valor agregado e conteúdo tecnológico não têm como competir com os produtos das indústrias internacionais; o produto interno que tem competitividade são os de baixo valor agregado, intensivos em recursos naturais agrícolas⁴¹ e energia.

A indústria automobilística obteve um certo grau de desenvolvimento - porém, com a grave crise de desvalorização do real houve um refluxo no setor em 99-; aumentou o consumo interno e externo com o Mercosul; a indústria de bens de capital reduziu sua produção, comprou suprimentos de tecnologia e componentes eletrônicos do exterior como forma de se manterem produtivos e com laços no mercado interno e com esperanças de retomada de investimento e crescimento num futuro próximo.

O setor industrial, cuja matéria-prima são os recursos naturais como: metalurgia, química, papel, alimentos industrializados, também conseguiu competitividade, porém, os ramos nobres que necessitam de desenvolvimento de

⁴¹ Entretanto, não se pode deixar de mostrar que os produtos lácteos, trigo e algodão foram prejudicados na sua produção devido ao acordo entre os países do Mercosul. O Brasil passou a importar estes produtos, principalmente da Argentina.

ciência e tecnologia, como química fina, ligas metálicas especiais, componentes eletrônicos, com o encolhimento do mercado corre o risco de desaparecer; sua produção se concentra em economias centrais.

A crise generalizada no Brasil, que teve seu apogeu em janeiro/99, prejudicou as poucas conquistas obtidas com a política de estabilização do governo Fernando Henrique. Em maio/99 a produção industrial teve uma retração de 3,3% em relação a maio/98. Esta foi a maior baixa desde o fechamento da produção industrial; em 1998 a queda chegou a 2,1%.

Os juros altos, o desemprego recorde e a queda brutal na massa salarial foram os principais fatores de diminuição da produção⁴², conforme o quadro, até junho de 1999.

Produto	Relação em %
Bens duráveis	-18,2%
Automóveis	-24,1%
Eletrodomésticos	-22,1%
Eletrodomésticos (TV, rádio, som)	-33,7%

O mais constrangedor é que este quadro já fora previsto por técnicos do governo, como Lídia Goldenstein⁴³, que afirmou ser o processo de reestruturação da indústria brasileira “doloroso, altamente concentrador e desnacionalizador”. Já Eugênio Staub, do IEDI⁴⁴, declarou que “se o atual modelo brasileiro tivesse sido feito com a intenção de matar a empresa nacional, teria sido melhor”. (Veja, 9/12/98, p. 11).

⁴² Dados divulgados no Jornal *Hora do Povo*, SP, 10/11 de julho de 1999, p. 4. Quadro elaborado pela autora.

⁴³ Em 1996 era assessora da presidência do BNDES. *Gazeta Mercantil*, 5/11/96, p. A-5.

⁴⁴ Coordenador do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

Com a realização das reformas internas e o Estado dando prioridade à estabilidade da política macroeconômica, os benefícios são para os setores mais integrados ao mercado. A grave consequência, no setor urbano, da política em desenvolvimento no país, é o aumento do desemprego e a precarização das condições de trabalho⁴⁵ com a terceirização⁴⁶ dos serviços, assunto que será abordado no capítulo seguinte.

No Brasil, a taxa na Grande São Paulo era de 3% em 1989, em 1998 de 18,3%. Portanto, podemos concluir que os pontos acima descritos, de ordem conjuntural, agravam as estruturas do país na medida em que não possibilitam o desenvolvimento sustentado. Porém, este retrato do país em face da globalização não é imutável; é possível ser mudado.

O programa de estabilização pode ser reorientado para assentar-se em um novo eixo de desenvolvimento estabilizador. Reformas podem ser empreendidas e as vulnerabilidades podem ser reduzidas com um projeto de desenvolvimento industrial. Tudo isso exigiria, porém, a compreensão de que a globalização não é um fenômeno espontaneamente benigno para os países em desenvolvimento da periferia. Ela certamente cria possibilidades, mas apenas para as sociedades que têm coesão, estratégia e Estado eficiente para delas tirar proveito. (Coutinho, 1996:237).

Porém, a lógica do processo de globalização e de desregulamentação é a obsessiva e ilimitada redução de custos e, conseqüentemente, do emprego e salário. Os defensores da globalização, na verdade, estão comprometidos com os países ricos e as grandes multinacionais que são os preparados para enfrentar a concorrência global e sem limites. Como tentamos mostrar, é ingênua ou de má fé a idéia de que os países se “globalizam” de forma igualitária.

⁴⁵ Os dados de 1999 mostram que apenas 45% dos trabalhadores brasileiros tem carteira assinada.

⁴⁶ Processo mediante o qual as empresas contratam de outras firmas serviços que antes eram feitos internamente, como fabricação de peças, limpeza, vigilância, transporte, cozinha, manutenção de equipamentos, etc.

O resultado da inserção brasileira na economia globalizada é uma inserção subordinada, que abriu mão de mecanismos de controle e regulação, cujos efeitos estamos vivendo: aumento brutal do desemprego e crescentes déficits nas contas públicas. A abertura comercial está desempregando mais trabalhadores que a reestruturação produtiva.

No Brasil, a taxa na Grande São Paulo era de 8% em 1989; em 1998 de 18,3% e em abril de 1999 atinge o índice de 20,3%. Porém, a causa apontada para o desemprego é a má qualificação da mão-de-obra, a baixa escolaridade e a qualidade da educação brasileira, surgindo daí os projetos de reorganização do sistema educacional para adequá-lo às novas exigências da sociedade.

Neste sentido é que, no cenário econômico mundial em que o mercado de trabalho não está globalizado, e é de se duvidar que será, quem não for eficiente, segundo a lógica do neoliberalismo vigente, desaparece.

Este é o lado sombrio da globalização econômica: o desemprego estrutural provocado pelo fechamento dos postos de trabalho, em nome da produtividade e da competitividade. (Faria; O Est. de São Paulo, 06, 23/08/96).

O interesse do capital é o lucro e na fase atual em que suas energias de reprodução encontram-se definindo, ele volta-se contra o trabalhador; e não se pode esquecer que

Uma característica ontológica da produção capitalista é a sua ânsia em reduzir a quantidade de tempo utilizada na produção

3. GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E DESEMPREGO

O processo de internacionalização do capital traz como consequência a profunda transformação do mundo do trabalho. Está em andamento uma acelerada inovação tecnológica que se concentra na automação do processo produtivo e na introdução da microeletrônica e informática nos setores mais importantes do processo de produção social.

Com a desregulamentação dos mercados, a competição comercial em nível mundial acirrou-se. Assim, as empresas que não reduzirem custos, que não substituírem a mão-de-obra convencional por robôs e não se fundirem para aumentar sua competitividade, perdem mercado, tornam-se atrasadas tecnologicamente e passam a enfrentar problemas de capitalização e lucratividade. Essas mudanças são patrocinadas, desenvolvidas e direcionadas pelos donos do capital, com o objetivo de desencadear mais uma era de expansão do sistema.

Neste sentido é que, no cenário econômico mundial em que o mercado de trabalho não está globalizado, e é de se duvidar que será, quem não for eficiente, segundo a lógica do neoliberalismo vigente, desaparece.

Este é o lado sombrio da globalização econômica: o desemprego estrutural provocado pelo fechamento dos postos de trabalho, em nome da produtividade e da competitividade. (Faria, O Est. de São Paulo, B6, 23/08/96).

O interesse do capital é o lucro e na fase atual em que suas energias de reprodução encontram-se definhando, ele volta-se contra o trabalhador; e não se pode esquecer que

Uma característica ontológica da produção capitalista é a sua ânsia em reduzir a quantidade de tempo utilizada na produção

¹⁰ Karl Marx, *Manuscritos de Filosofia*, Ed. Ciências Humanas, S.P., p. 57-58

de mercadorias, através do incremento da produtividade do trabalho. (Alves, s.d., p. 5)

As tecnologias para a redução do tempo, atualmente, são mais utilizadas do que nunca com o objetivo de impulsionar o giro do capital, fim último do sistema produtor de mercadorias. Assim, a palavra de ordem, no novo tempo do mundo do trabalho, é economizar tempo, possibilitando o giro rápido do capital e produzindo maior lucratividade.

A lógica da redução do tempo na produção da mercadoria não se "incomoda" se esta redução trazer como consequência a redução de homens no processo produtivo, o que significa desemprego, pois sob o sistema produtor de mercadorias "o tempo é tudo, o homem é nada - quando muito, é a carcaça do tempo"⁴⁷.

No caso brasileiro há dois tipos de desemprego: 1) o conjuntural, provocado pela gestão da política econômica; 2) o tecnológico, que resulta dos processos de introdução das novas tecnologias, de técnicas organizacionais e de racionalização do processo produtivo.

A internacionalização, na forma como se desenvolve sob a lógica do capital planetário, com base na ideologia neoliberal, é perversa, pois possibilita que as desigualdades sociais internas e entre os países se acentuem; forja-se um mundo social constituído por perdedores e ganhadores. Os indivíduos e regiões com condições de tirar vantagens da internacionalização tornam-se os ganhadores e os que não possuem tornam-se os perdedores e são marginalizados, excluídos. Como já apontamos anteriormente,

...os programas sugeridos pelo denominado "Consenso de Washington", adotado em muitos países desde a década de oitenta - e que resultou de uma convergência de idéias de vários países sobre a adoção de programas de estabilização, reformas estruturais

⁴⁷ Karl Marx, *Miséria da Filosofia*, Ed. Ciências Humanas, S.P., p. 57-58

liberalizantes, baseadas em descentralização fiscal, desregulação financeira, liberalização comercial, privatização e reformas tributárias - contribuiu para a aceleração e estruturação do processo da globalização econômica. Portanto, os reflexos da aceleração do progresso tecnológico nas últimas décadas e do processo de globalização econômica foram intensos sobre a natureza e sobre a divisão nacional e internacional do trabalho...(Kon, 1997:65)

3.1. Reestruturação produtiva: a nova forma de organização do trabalho

Como procuramos demonstrar, o capitalismo de hoje difere do capitalismo do pós-guerra, ou seja, do capitalismo do período que vai de 1945 a 1970. O capital, com a crise mundial, para sobreviver, cria novas artimanhas; uma delas é a reestruturação produtiva. Porém, o que vem a ser isto e como interfere na sociedade como um todo?

Um dos primeiros teóricos que manifestou preocupação com as transformações que estavam se processando com o sistema de produção da sociedade capitalista foi Aglieta, que, em 1976, tornou público seu trabalho denominado "Regulação e Crise do Capitalismo Contemporâneo".

O livro, argumenta Aglieta, pretende ser um debate com a ciência econômica na vertente neoclássica. No lugar de conceito de equilíbrio, utilizado por esta vertente, propõe o conceito de reprodução. Afirma que, para se entenderem as transformações que estavam ocorrendo no modo de produção capitalista seria necessário analisar o processo de trabalho, sua estruturação e sua organização. Pois, o estudo das leis de reprodução do capitalismo " não pode ser apreendido a partir das leis econômicas abstratas. É o estudo das transformações das relações sociais que dá lugar às novas formas econômicas e não-econômicas simultaneamente" (Aglieta, 1976:8).

Aglieta afirma que a solução para a crise estrutural pela qual passa o capitalismo é uma nova forma de regulação do sistema. Acredita que a reprodução do sistema necessita de uma reestruturação da relação salarial vigente (fordista), o que permitiria a retomada da produção da mais-valia, de acordo com as exigências da lei geral da acumulação capitalista.

A elevação do custo social de reprodução da força de trabalho, explica Aglieta, no fordismo⁴⁸, traz inúmeras conseqüências que impedem a acumulação capitalista e provocou a crise do capitalismo; uma das conseqüências é a inflação do salário direto que corrói a taxa de mais-valia e a outra é o endividamento do Estado. A dívida, afirma, só aumenta, pois no período de crise a demanda pelos serviços públicos cresce.

Com o intuito de superar a crise da relação salarial fordista, Aglieta aponta a necessidade de uma forma de relação que exigirá uma grande transformação na organização interna nos processos de trabalho e na forma de o Estado atuar. Denomina a nova relação de pós-fordismo e sobre ela afirma que “é uma evolução das relações de produção capitalistas, que se encontram, todavia, em gestação, e que tem por objeto responder à crise de reprodução da relação salarial, a fim de salvaguardar essa relação fundamental, isto é, *para perpetuar o capitalismo*”. (grifos meus) (Aglieta, 1976:99).

O autor reconhece a dificuldade em se antecipar algo que está se delineando, porém, conceitua a emergente forma de regulação como uma nova organização do processo de trabalho, onde a mediação e o tratamento dado à informação influenciam-se mutuamente. Propõe que, para atingir os objetivos, é primordial que haja um “enxugamento” nos cargos de supervisores e inspetores, ou seja, as hierarquias ocupacionais devem ser diminuídas. Isto tudo dentro das

empresas. Porém, como criar os meios (legislação) para que este projeto seja concretizado? Esclarece que é preciso reestruturar, na totalidade, o modo fordista; ou seja, novos pré-requisitos econômicos sociais necessitam ser estabelecidos.

Como a crise é vista como uma crise social que atinge o centro das relações contratuais entre capital e trabalho, ela atinge o setor público na sua capacidade de financiamento do processo de acumulação e manutenção das políticas compensatórias. Assim, Aglieta propõe a transformação do trabalho improdutivo⁴⁹ em trabalho que produza mais-valor. O setor atingido é o da produção de bens e serviços coletivos. Portanto, ou este setor se reduz ou esses bens e serviços se transformam em mercadorias, o que ocorre através da privatização desse setor.

...a superação da crise exige maior liberdade de mercado, menor interferência na economia, para evitar que isto leve a um crescimento do trabalho improdutivo à custa do trabalho produtor de mais-valor. Trata-se, na verdade, de repor, em primeiro lugar, as condições para a valorização do valor. Para tanto, a atuação do Estado deverá se deslocar em favor da política econômica, isto é, à custa da política social. (Aglieta, 1976:62-63).

O autor, em 1976, ao expor suas idéias, alertou para o fato de que estava antecipando fatos que poderiam não se concretizar; o tempo não deu razão a ele; seu ideário foi colocado em prática. Olhando a história, vê-se que, no período de crescimento econômico (1945-1970), a economia mundial realizou o processo de concentração e centralização de capital, constituindo grandes oligopólios que

⁴⁸ Não é intenção neste trabalho fazer uma análise do fordismo ou taylorismo. Existem inúmeros trabalhos a este respeito. A autora já discutiu o assunto no artigo "Educação e trabalho: discutindo algumas questões", na *Revista da Aduem*, 2(1), Jan/Jun, 1999, p.17-20

⁴⁹ No entendimento de Aglieta, é o trabalho que não produz mercadorias, portanto, não gera lucros, como saúde e educação.

dominaram o mercado de mercadorias tanto internamente como externamente. Esta fase se caracterizou pelo investimento em capital fixo.

Quando ocorre a crise de acumulação, na década de 70, ela atinge essas economias industrializadas, cuja característica principal é estarem fundadas em plantas industriais com um valor altíssimo de capital fixo que busca a valorização. A solução encontrada para atingir essa valorização é o investimento em novas tecnologias, trazendo como consequência a desvalorização do investimento feito no capital fixo, pois ele se torna obsoleto devido às novas tecnologias e aos equipamentos mais produtivos desenvolvidos com os novos investimentos.

Esse processo de renovação tecnológica do capital fixo se fez de forma diferente do que historicamente fazia o capital para acelerar o tempo de rotação. O processo de concentração e centralização exigido para acelerar o tempo de rotação se fez mediante o agigantamento da base produtiva das empresas. A centralização e a concentração se fizeram mediante um processo de fusão financeira entre as empresas. (Teixeira, 1997:26)

Concomitante à concentração e centralização do capital, através das fusões financeiras das empresas, que propiciaram ganhos de capital, ou seja, o dinheiro passou a produzir dinheiro, realizou-se o processo de desconcentração e descentralização na base produtiva das empresas.

Assim, o que Aglieta propôs em 1976 passa a ser colocado em prática na década seguinte. O capital localiza os setores das empresas em que estão as tecnologias mais avançadas e sofisticadas e repassa para outras, não prejudicando o seu controle sobre o produto final. No Brasil este processo foi denominado *terceirização*⁵⁰ da produção.

⁵⁰ Em inglês é "outsourcing"; significa fornecimento de fora. O conceito mais empregado é o que denomina a tendência das grandes empresas para subcontratarem outras firmas, empreiteiras ou "terceiras" para realizarem funções auxiliares (como faxina, segurança, transporte, cozinha) ou tarefas ligadas ao processo produtivo (manutenção, setores que empregam mão-de-obra intensiva e menor uso de maquinaria) ou para fornecer componentes prontos.

Esta nova forma de produzir difere completamente da anterior; pois a produção em série dá lugar à produção com maiores variações e dirigidas pela demanda.

...é no Japão que nasce um novo paradigma. A indústria foi arrasada? Pode se reestruturar. O mercado é pequeno? A produção será flexível, muitos modelos em pequeno número. Os japoneses são pobres? Cortem-se os custos. A concorrência dos EUA sufoca? Mobilizem o Estado e o patriotismo do povo. Assim, a montadora Toyota, entre 1950 e 1970, desenvolve, adapta e modifica o fordismo até criar um novo sistema, o toyotismo (Joffily, 1994:17).

Um dos estudiosos do assunto, Coriat, afirma que a reestruturação produtiva (ou terceirização) assumiu três formas distintas de regulação: 1) regulação imposta (EUA e Inglaterra); 2) regulação estimulada – modelo japonês – onde os trabalhadores são incentivados a contribuir com o processo de reestruturação através de “trocas compensatórias”, ou seja, os trabalhadores assumem um compromisso com a produtividade e a qualidade e, 3) regulação negociada – esta forma, de certo modo, preserva os trabalhadores do poder arbitrário dos gerentes, pois impede que se condicione o cumprimento dos acordos ao desempenho dos funcionários.

As empresas que adotam a reestruturação passam a ter as seguintes características: o processo de produção vertical dá lugar à horizontalização através da terceirização e subcontratações, tanto em nível nacional como mundial; a produção é descentralizada para empresas de porte menor; o trabalho parcializado é substituído pelos fluxos produtivos com o uso de equipes, células de produção⁵¹ ou Círculos de Controle de Qualidade⁵²; através da reengenharia muda-se o chão

⁵¹ Ou ilhas. Sistema em que máquinas de diferentes tipos são agrupadas em forma de linha ou de U e são operadas coletivamente por uma equipe. Cada célula produz um grupo de peças semelhantes por sua geometria ou processo. Ex. torno de eixo feitos em diversos tamanhos.

⁵² Surgiu no Japão em 1960 e foi introduzido no Brasil em 1981. É formado por um grupo de seis a dez trabalhadores e o objetivo é racionalizar o processo de trabalho via sugestões e fluxo de informações. Segundo Joffily, “tem também função ideológica, sendo apresentado como “democratizantes”. De Fato – Revista da Cut – Ano 1, N.º 2, São Paulo, 1994, p. 25

da fábrica e a mão-de-obra é enxugada; os cargos de supervisão e coordenação são extintos e cria-se o chefe de equipe, o qual, em muitas empresas é escolhido pelos trabalhadores.

No sistema japonês, o toyotismo, a produção é flexível; fabricam-se vários modelos, mas, em pequenas quantidade; a oferta é de acordo com a necessidade da demanda (como na reposição das mercadorias nos supermercados, quando uma mercadoria é vendida outra é repostada), ou seja, quando um carro é vendido, a montadora faz outro igual e as indústrias de autopeças têm a função de repor os componentes. O transporte, a estocagem e o controle de qualidade são mínimos. Na Toyota o tempo de estocagem do produto é de duas horas. E, numa produção flexível, o trabalho é polivalente e, também, flexível. No caso da Toyota um trabalhador opera em média cinco máquinas.

Por isso afirmamos que o novo padrão produtivo necessita do conhecimento do trabalhador; o conhecimento é uma peça importante e reconhecida no processo de produção e é para atender às novas necessidades que hoje presenciamos os discursos defendendo “as teses de valorização humana do trabalhador, da educação básica que deve possibilitar a formação do cidadão e de um trabalhador polivalente, participativo, flexível e com elevada capacidade de abstração e decisão”. (Pinto, 1999:19).

Um exemplo de necessidade de um operário com maior escolarização é o *just in time*⁵³ implantado pela Toyota. A reorganização do trabalho substituiu as tarefas e os postos de trabalho fixo, característicos do fordismo; no *jit* o trabalhador é polivalente, precisa realizar várias funções, como operar equipamentos, realizar o controle de qualidade e fazer a manutenção dos equipamentos com os quais trabalha.

⁵³ É um sistema de organização da produção para produzir na quantidade e no tempo exatos (de acordo com a demanda). Reduz os estoques e aumenta a flexibilidade.

Os princípios básicos do *jit* são : 1) estabelecer balanceamento, sincronia e fluxo no processo de produção; 2) em relação à qualidade, a atitude é fazer certo desde a primeira vez e, 3) envolver todos os trabalhadores, assim, todos os escalões são responsáveis pela solução dos problemas que possam surgir na produção que ocasionam perdas, eliminando-se, dessa forma, o desperdício.

A nova forma de produzir, que incorporou a microeletrônica, a informática e outras tecnologias, difere radicalmente da até então predominante. Ao se utilizarem sistemas informatizados, qualquer problema que ocorra atingirá todo o conjunto do processo produtivo. Assim, o “novò” trabalhador precisa identificar e resolver os problemas em equipe; para isso ele precisa ter maior escolarização.

Objetivando controlar o trabalhador, o capital utiliza mecanismos diferentes. O Japão usa esta forma de gerenciamento adequado às novas tecnologias. O operário interage com sua equipe, operando mais de uma máquina ao mesmo tempo, o que exige responsabilidade individual e maior produtividade.

O estranhamento próprio do toyotismo é aquele dado pelo envolvimento cooptado, que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve pensar e agir para o capital, para a produtividade, sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre a elaboração e execução no processo de trabalho. (Antunes, 1997:34).

Com a nova forma de produzir se consolidando, mundialmente, delineiam-se novas formas de uso da força de trabalho e, concomitantemente, surgem novas exigências em termos de qualificação para o trabalhador e nas relações entre o capital e o trabalho.

No processo de descentralização da base produtiva (terceirização), as empresas pressionaram os sindicatos e exigiram a flexibilidade das normas e regras, ou seja, o desmanche da legislação trabalhista conquistada duramente por anos pela classe trabalhadora. Assim, os trabalhadores estavam ameaçados tanto

pelo desemprego tecnológico como pelas empresas que exigiam dos mesmos a flexibilidade no processo de contratação e alocação do trabalho bem como quanto à duração da jornada e do padrão de remuneração.

A ênfase na flexibilidade de contratação objetivou ampliar as possibilidades das empresas em gerenciarem a mão de obra sem a interferência da regulação social; ou seja, às empresas interessava contratar o trabalho sem influência dos sindicatos e, tampouco, do Estado. E, na verdade, através da reformulação da legislação⁵⁴, o Estado garantiu às empresas a ampliação das possibilidades de contratação de trabalho temporário e por tempo parcial, completando o processo de flexibilização. Este processo todo enfraqueceu a luta do trabalho contra o capital.

O capital, criando as condições para que houvesse relações de trabalho “sem conflito” conseguiu reordenar seu poder sobre o processo de trabalho criando as novas condições para a produção de mais valia. Os mecanismos foram os mais variados, como já demonstramos: elevação do desemprego, transferência de empresas para locais onde não tem organização sindical e a formulação e divulgação do ideário da possibilidade de existência de vida harmoniosa no capitalismo.

...o que está em jogo é o restabelecimento do domínio do capital sobre o trabalho, o que significa dar maior liberdade para os donos do capital decidirem que fábricas construir e onde, quais devem ser fechadas,, quem deve contratar, quem deve demitir, ... o que se vê é que as novas formas de gerenciamento e de contratação postas pelo processo de reestruturação produtiva, passaram a exigir o dismantelamento das estruturas burocráticas sindicais, como condição para retomar a produção da mais valia.(Teixeira, 1998:66).

⁵⁴ No Brasil ocorreu a mudança no art. 442 da CLT e em 03/11/98 foi encaminhado ao Congresso a Proposta da Emenda à Constituição (PEC 623) fixando mudanças no Artigo 8.º Parágrafo 111 e 114, que tratam da organização sindical e do funcionamento da justiça do trabalho. A reforma, entre outras coisa, limita o poder normativo da Justiça do Trabalho, bem como deixam de ter acesso a ela as partes em conflito.

Na medida em que se reestrutura a nova forma de exploração do trabalho pelo capital, desvelam-se, ainda que não nitidamente, as suas nuances. As características-chave na reestruturação produtiva são o subarrendamento (o trabalhador explora outro trabalhador), o local de trabalho pode ser em casa, sem supervisor, sem horário (o próprio trabalhador decide quanto tempo trabalha), o trabalhador passa a ser um *comerciante* na medida em que vende uma mercadoria e se tornou um parceiro dos seus ex-patrões.

Hoje, o capital revolucionou sua estrutura produtiva ao ponto de tornar o trabalho vivo evanescente dentro da estrutura produtiva da empresa. Por conta disso, o trabalho direto, imediato, não é mais a unidade dominante dentro das grandes unidades de capital. (Teixeira, 1998:73)

Essa reestruturação do trabalho vivo (abstrato) potencializa a produção de mais-valia, pois, o trabalhador, para aumentar seus ganhos, eleva a jornada de trabalho; como já afirmamos, agora é ele quem “decide” o quanto trabalhar e, disso depende, o quanto vai ganhar.

3.2. O Mundo do Trabalho na Globalização

"Menos trabalho e mais ócio". Assim inicia-se o artigo da *Folha de São Paulo* de 30/05/99, no Caderno Especial sobre Trabalho. Esta afirmação torna-se comum nas falas de políticos, teóricos neoliberais, nacionais e internacionais. Isto porque a reestruturação produtiva sob a internacionalização do capital, cujo paradigma é o toyotismo - cujas características mostramos no item anterior- tende a desenvolver, em seu aspecto objetivo, as metamorfoses do trabalho industrial e, conseqüentemente, o trabalho na sua totalidade, cujos exemplos são a proliferação da subproletarização e o desemprego estrutural.

Mas o que é o mundo do trabalho? Segundo Freyssenet (1993), a idéia que se tem de trabalho é a execução de tarefas de caráter profissional, pagas em forma de assalariamento, exercida por homens, nas fábricas; assim, são fora de casa, são na esfera pública. Porém,

O mundo do trabalho que, tendo sido historicamente separado da casa, família, do local de moradia, torna-se cada vez mais autônomo e independente das relações sociais e das práticas políticas, religiosas, culturais e educacionais. Um conjunto de atividades sociais antes integradas no cotidiano de vida comporia o mundo do não trabalho. (Blass, 1997:147)

Nos dias atuais confunde-se o lazer com o trabalho. Quem tem computador em casa, o horário de lazer é gasto na internet, como forma de “adiantar” alguma pesquisa, saber as últimas novidades; ou seja, o tempo livre é gasto em frente ao computador. A comunicação é feita virtualmente; assim, a vida social dessas pessoas resume-se aos contatos virtuais (via Internet).

Segundo Cattani,

O conceito de trabalho é genérico: atividade de produção de bens e serviços e conjunto das condições de exercício dessa atividade. Com o desenvolvimento do capitalismo, a atividade produtiva realiza-se sob a coação de uma relação econômica específica. Embora continuem a existir inúmeras outras modalidades de trabalho (independente, familiar, comunitário, etc.), o epicentro dos mecanismos econômicos, das experiências e das construções sociais é a relação assalariada. (Cattani, 1996:39).

Neste sentido é que se pode afirmar que surge um novo e fragmentado mundo do trabalho.

Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo e

neotaylorismo), sendo, em alguns casos, até substituídos, como a experiência japonesa permite constatar. (Antunes, 1997:61)

Está evidente e é quase consensual que o trabalho passa por transformações tanto perceptíveis quanto imperceptíveis. A eliminação da classe operária industrial tradicional é constatada, bem como a terceirização do trabalho com o crescimento do assalariamento no setor de serviços e a heterogeneização do trabalho pela crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Uma outra face do trabalho é a relacionada aos paradigmas produtivos, onde os padrões organizativos com base na rígida e centralizada proposta fordista estão sendo transformados com a introdução de formas de gestão do trabalho e da produção mais flexíveis e descentralizadas.⁵⁵

Porém, o objetivo desse processo é reduzir custos, eliminar os considerados "excessos" de força de trabalho e de matéria-prima, implantando a produção enxuta que proporciona o aparecimento de pequenas e microempresas, organizadas em rede e, na grande maioria, funcionando a domicílio. Os processos de trabalho articulam-se e centralizam-se numa "matriz" à qual estão ligadas.

De um lado, a centralização do capital faz desaparecer a figura do capitalista individual, do patrão, e surgem grandes organizações anônimas; de outro, as transformações que ocorrem na produção, no processo de trabalho, vão borrando as fronteiras entre trabalho produtivo e improdutivo. Destroem-se, esterilizam-se e criam-se novos trabalhos, porém sob uma nova relação. Amplia-se o setor terciário, maximiza-se o subemprego e o desemprego tecnológico, surgem trabalhos fantasmagóricos e parasitários, que esterilizam e atrofiam as capacidades humanas. (Frigotto, 1995:21).

Assim é que se pode afirmar que as mudanças nos paradigmas produtivos desenvolveram uma enorme diversidade de práticas de trabalho assalariado;

⁵⁵ Sobre esta questão ver o artigo de Francisco J.S. Teixeira "As novas formas de produção de mais-valia". *Revista Debate Sindical*, Ano 11, N.º 25 e *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do Mundo do Trabalho*, Ed. Cortez, 1998.

também estão ocorrendo inúmeras práticas emergentes de trabalho envolvendo mulheres, idosos, menores, que atuam na chamada "economia informal" e no "mundo do não trabalho".

Blass (1997), afirma que o conceito de trabalho deve ser redefinido diante das transformações em curso e que uma noção ampliada de trabalho romperia com os limites de um conhecimento sociológico fragmentado e compartimentado.

Trabalho recobre um campo mais amplo do que o de emprego ou do trabalho assalariado. Trabalho constitui uma atividade social presente em todas as sociedades, apesar das diferentes definições do que seja trabalho. Em algumas, as atividades de extrair da natureza os meios necessários para a sobrevivência, ou o processo de transformar esses bens em produtos para a troca, estão inseridas no conjunto das atividades sociais. O trabalho não está, portanto, separado da vida. Qualquer distinção entre as atividades de trabalho e de não trabalho torna-se impossível. (Blass, 1997:151).

Acrescenta a autora que, devido às transformações que estão ocorrendo no mercado de trabalho e no emprego, aponta-se para a superação desta dicotomia, pois inúmeras atividades de não trabalho surgem como fonte geradora de empregos, de postos de trabalho assalariado, como trabalhos domésticos, cuidado com crianças, velhos, doentes, etc..., bem como atividades culturais e sociais que são desenvolvidas fora das fábricas. Porém, é preciso ter claro que,

Os serviços pessoais desenvolvem-se graças à pauperização de uma massa crescente de pessoas, fenômeno constatado tanto na América do Norte quanto na Europa Ocidental, como mostram os estudos do Ires e do CERC. A desigualdade social e econômica entre aqueles que prestam os serviços pessoais e aqueles que os compram tornou-se o motor do desenvolvimento do emprego, que é fundado sobre a dualização acentuada da sociedade, sobre um tipo de "sul-africanização", como se o modelo colonial tomasse pé no próprio âmago das metrópoles. (Gorz, 1998:55).

Acrescenta o autor que essa forma de geração de empregos não é uma atividade econômica, mas sim, antieconômica; ela não tem por função economizar o tempo de trabalho, mas sim de gastar o tempo de trabalho beneficiando uma minoria que pode pagar por este tipo de trabalho. Só podem pagar por estes serviços os indivíduos que possuem um poder aquisitivo adicional, que conservam um emprego permanente, qualificado e bem pago. "Apenas eles, então, podem pagar os novos serviços mercantis nos quais milhões de assalariados talvez possam encontrar empregos" (ibidem, p.54).

Isso torna evidente, apesar dos esforços de inúmeros intelectuais, que

...é completamente impossível compreender os múltiplos e agudos problemas do trabalho, tanto nacionalmente diferenciado como socialmente estratificado, sem que se tenha sempre presente o necessário quadro analítico apropriado, a saber, o irreconciliável antagonismo entre capital social total e a totalidade do trabalho. (Meszáros, 1989:64).

Não se pode negar que estão ocorrendo mudanças quantitativas - diminuição do número de trabalhadores na forma tradicional - e qualitativas - os trabalhadores, em alguns ramos, tornam-se mais qualificados; portanto, está ocorrendo um processo, que, como tantos outros, é antagônico:

Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização, expressa no trabalho precário informal, temporário etc... (Antunes, 1997:70)

Portanto, a realidade no mundo do trabalho é a complexificação, heterogeneização, desqualificação e superqualificação. O perfil da força de trabalho está sendo redefinido.

Del Roio (1996) afirma que a forma de trabalho individualizado, conectado às novas tecnologias, novas formas de organização do trabalho e

gerenciamento do processo produtivo indica uma nova forma de expropriação da subjetividade operária, pois está adentrando a mente do trabalhador.

A parcela da força de trabalho responsável pela massa de mais-valia produzida, nesse sentido, consegue deter um conhecimento técnico-científico, ter postos de direção, supervisão e administração no interior da produção automatizada, unindo trabalho produtivo e cultura "e acabando por constituir algo próximo daquilo que Marx vislumbrava como classe operária superior"(Del Roio, 1996:194).

3.3 - As Metamorfoses no Mundo do Trabalho e o Desemprego

Como procuramos mostrar, o mundo do trabalho já está apresentando um novo perfil, ainda que incerto. Para estas transformações contribuíram tanto a reorganização do capital, ou seja, a internacionalização do capital quanto o conjunto de mudanças tecnológicas.

Cattani (1996) coloca que o desemprego não é apenas ausência de atividade e de relações assalariadas, mas uma situação, um status social que se transformou num elemento fundamental para explicar os problemas e as tendências da transformação econômica e social na transição para o novo milênio.

Castels (1998) afirma que as inúmeras formas que o emprego tem assumido e a sua descontinuidade levam à transformação da crença no emprego homogêneo e estável e que,

... a representação do desemprego como um fenômeno também ele atípico, em resumo irracional e que se poderia erradicar à custa de um pouco de boa vontade e de imaginação, todas as coisas permanecendo idênticas aliás, também é, sem dúvida, a expressão

de um otimismo superado. O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade...(Castels, 1998:517).

A perda do trabalho, ou seja, do emprego, é gerada pela concorrência oligopolista global. Assim, sob a internacionalização do capital ocorre a redução e metamorfose da classe operária tradicional, cresce o setor de serviços, prolifera o trabalho precário e ocorre o desemprego estrutural.

O processo de reordenamento do mundo do trabalho é visto como uma desordem do trabalho que nada mais é que a determinação da nova ordem do capital, que impulsiona a reestruturação produtiva, colocada em prática pelas políticas neoliberais.

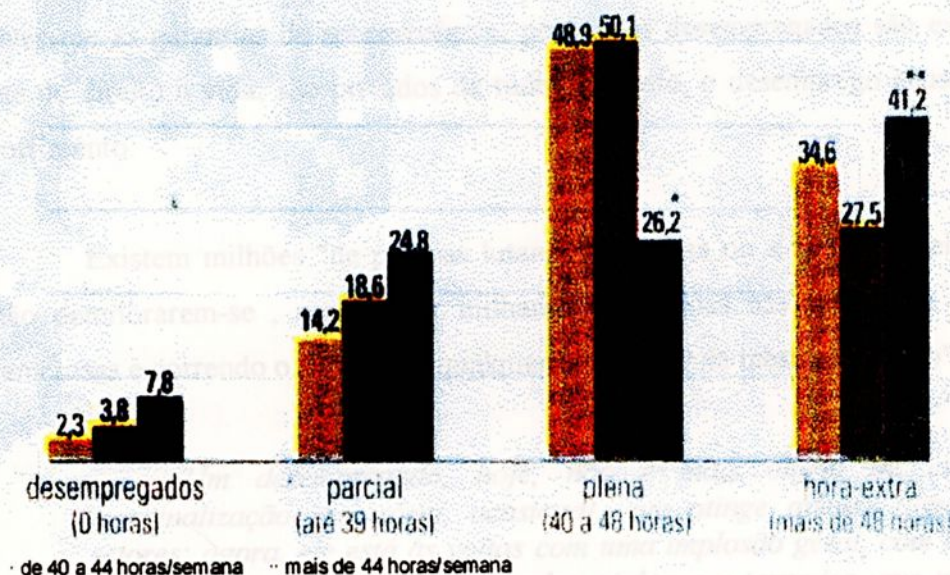
A marca de todo o "novo sistema" é a exclusão. A força de trabalho fica fragmentada; forma-se uma pirâmide: no topo, ficam os empregados das grandes empresas; no meio, a parcela dos trabalhadores em empregos precários e parciais, o setor informal e, na ponta, os desempregados, dos quais muitos talvez nunca mais arrumem trabalho.

CRESCER O TRABALHO EM MEIO PERÍODO

Aumentam os que não trabalham e os que trabalham mais

Distribuição da PEA, por jornada de trabalho no Brasil, em horas por semana

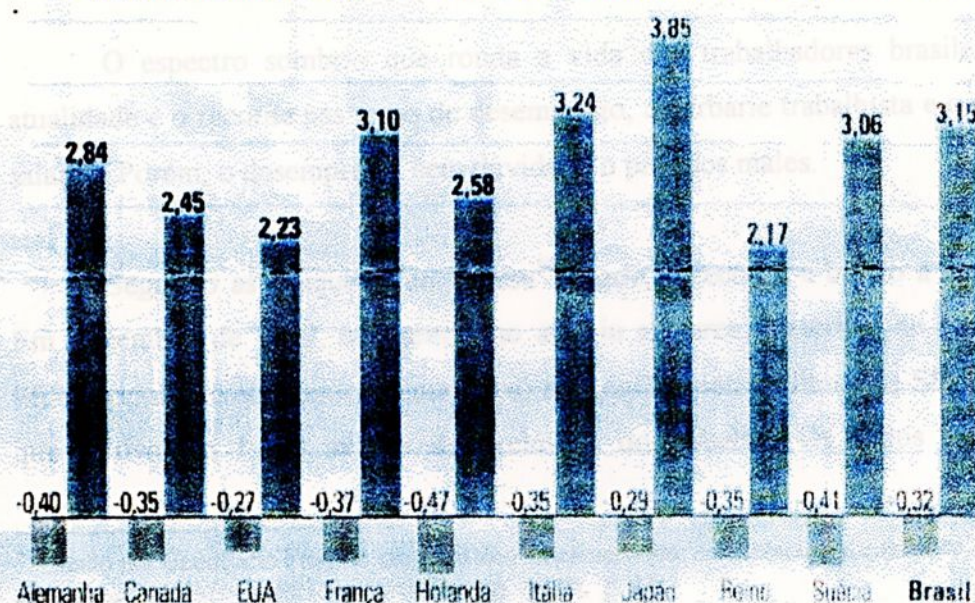
● 1978 ● 1978 ● 1997



Países produziram mais com menos trabalho

entre 1870 e 1996 (setor urbano), média em %

● Diminuição anual da jornada de trabalho ● Aumento anual da produtividade



Fonte: elaboração de Márcio Padellaro (Unicamp), a partir de dados da OCDE, CIE e do S.I.L.A.

Fonte: F.S.P. – Caderno Especial: Trabalho; 30/05/99

Gramsci já afirmara que "a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno aparece uma grande variedade de sintomas mórbidos".⁵⁶

O desemprego não seria nefasto por si só se os indivíduos nesta situação tivessem as garantias de sobrevivência; porém, os desempregados são excluídos até do direito à vida; são privados de tudo. Portanto, o desemprego causa muito sofrimento.

Existem milhões "de pessoas lutando, sozinhas ou a família inteira, para não deteriorarem-se, sem contar milhares de pessoas nas periferias, vivendo temerosas e correndo o risco de, a qualquer hora, estar na mesma situação".⁵⁷

Um desempregado, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que não visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer empregos (Forrester, 1997:11).

O espectro sombrio que ronda a vida dos trabalhadores brasileiros na atualidade é o recorde nas taxas de desemprego, a barbárie trabalhista e o arrocho salarial. Porém, o desemprego, sem dúvida, é o pior dos males.

Segundo as pesquisas do Dieese⁵⁸/Seade, o recorde é batido a cada mês. Em novembro de 1997, o desemprego atingiu a marca, histórica, de 16,6% da PEA (população economicamente ativa) na Região Metropolitana de São Paulo, o que equivale a 1.436 milhão de excluídos do trabalho. Os dados do Dieese

⁵⁶ Citado por Gaudêncio Frigotto em *Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos*, op. citada, p. 23.

⁵⁷ Pinto, Aparecida Marcianinha - O papel da escola na formação do indivíduo na sociedade global. *Revista Acta Scientiarum*, 21 (1): 121-128, 1999, Ed. da Uem-PR.

⁵⁸ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos



mostram que o desemprego aberto e oculto atinge, no Brasil todo, 9.650 milhões de pessoas, o que equivale a 13,8% da PEA.⁵⁹

Em Luxemburgo, em novembro de 1997, a chamada Cúpula Social da União Européia divulgou ser de 18 milhões o número de desempregados nos 15 países do continente. A média da taxa de desemprego seria de 11%, sendo que 5,2 milhões estariam sem trabalho a mais de um ano. Os números mostram que a Espanha (19,9%), Finlândia (13%), França (12,6%), Itália (12,1%) e Irlanda e Alemanha seriam os recordistas. As autoridades européias afirmam que 27% dos desempregados são jovens de até 25 anos.⁶⁰

A França, em 1996, tinha quase 3,5 milhões de desempregados; segundo Forrester (1997), existem cerca de 120 milhões de desempregados no mundo; 35 milhões deles estão nos países industrializados, sendo 18 milhões na Europa.⁶¹

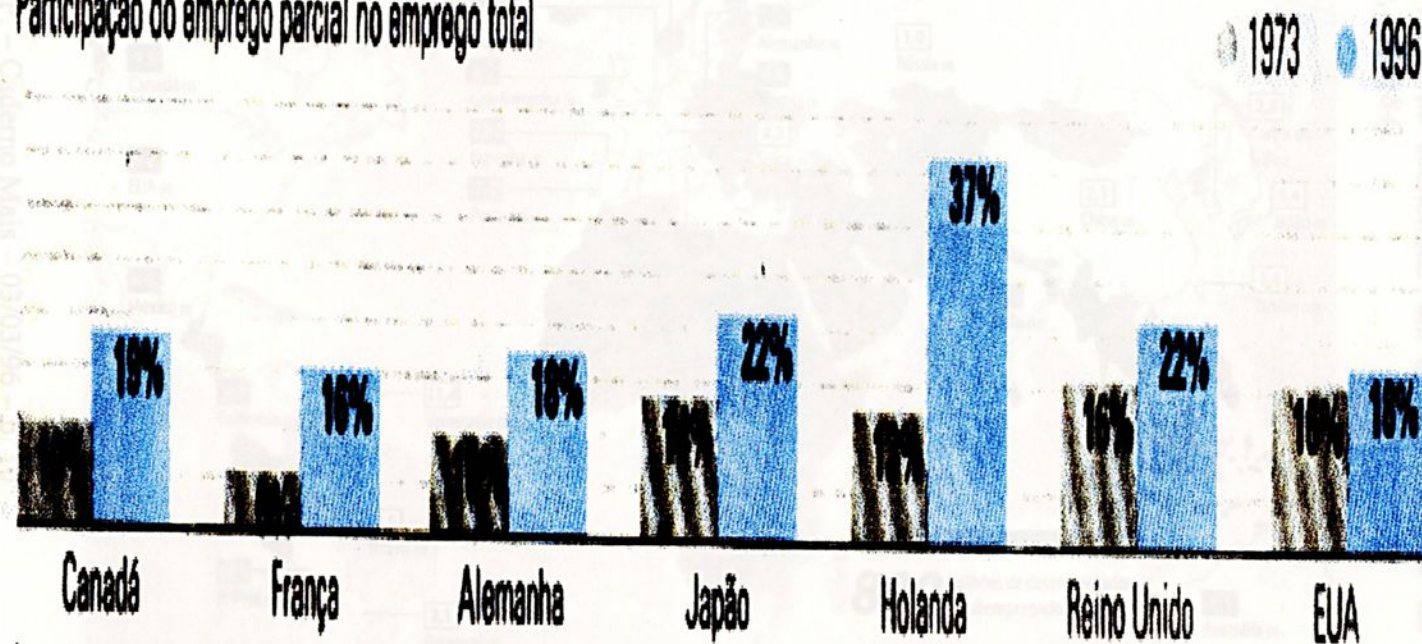
⁵⁹ Dados do artigo "Desemprego, precarização e resistência sindical" de Altamiro Borges, Revista Debate Sindical, Ano 12, N.º 27, 1998.

⁶⁰ Dados do artigo "Desmonte e exploração da força de trabalho" de Sérgio Barroso. Revista Debate Sindical, Ano 12, N.º 28, 1998.

⁶¹ Dados de Hassoun e Rey, citado por Forrester, 1997:84.

CADA VEZ MAIS EMPREGOS SÃO EM TEMPO PARCIAL

Participação do emprego parcial no emprego total



Fonte: elaboração de Márcio Pechmann (Unicamp), a partir de dados da OCDE, CNT e BLS (EUA)

No Brasil, segundo o IBGE, o desemprego entre os jovens com idade entre 15 a 17 anos em 1991 era de 11,73%; no primeiro semestre de 1998 estava em 18,66%. Na faixa de 18 e 24 anos, passou de 9,18% para 14,34%. Isto mostra que os jovens estão "demorando" mais para ingressar no mercado de trabalho.

Ao contrário, os idosos estão adiando sua saída do mercado de trabalho. Inclusive, no Brasil, o governo promete "benefícios" ⁶² para os trabalhadores da iniciativa privada que ficarem mais tempo trabalhando. A explicação para o fato, não só no Brasil mas no mundo todo, é o envelhecimento da população mundial e a pressão sobre os sistemas previdenciários. Assim, a preocupação em adiar a aposentadoria e manter as pessoas no mercado de trabalho por mais anos.

Devido à queda na taxa de desemprego de 38% para 36%, entre 85 e 97, na população entre 55 e 64 anos, a Comunidade Européia já tem o tema como prioridade. A ONU, nas projeções sobre a expectativa de vida, estima que 20% da população mundial terá mais de 60 anos em 2050; o que significa 2 bilhões de pessoas.

Segundo o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), 23,95% dos homens aposentados por tempo de serviço têm até 44 anos. O crescimento da participação dos idosos no mercado, mesmo ainda não sendo tendência mundial, já ocorre no Brasil, pois a população com ocupação entre 60 e 64 anos cresceu 31,5% entre 91 e 98.

Isto ocorre devido a baixa renda dos aposentados. Segundo Pochmann (1998), ⁶³ a grande maioria recebe menos de R\$ 500,00 por mês. De acordo com dados do Seade 16% dos aposentados e pensionistas na grande São Paulo exerciam alguma ocupação em 1998.

Fonte: F.S.P. - Caderno Especial: Trabalho - 30/05/99 - P. 8

⁶² Segundo projeto que tramita no Congresso no mês de outubro/99.

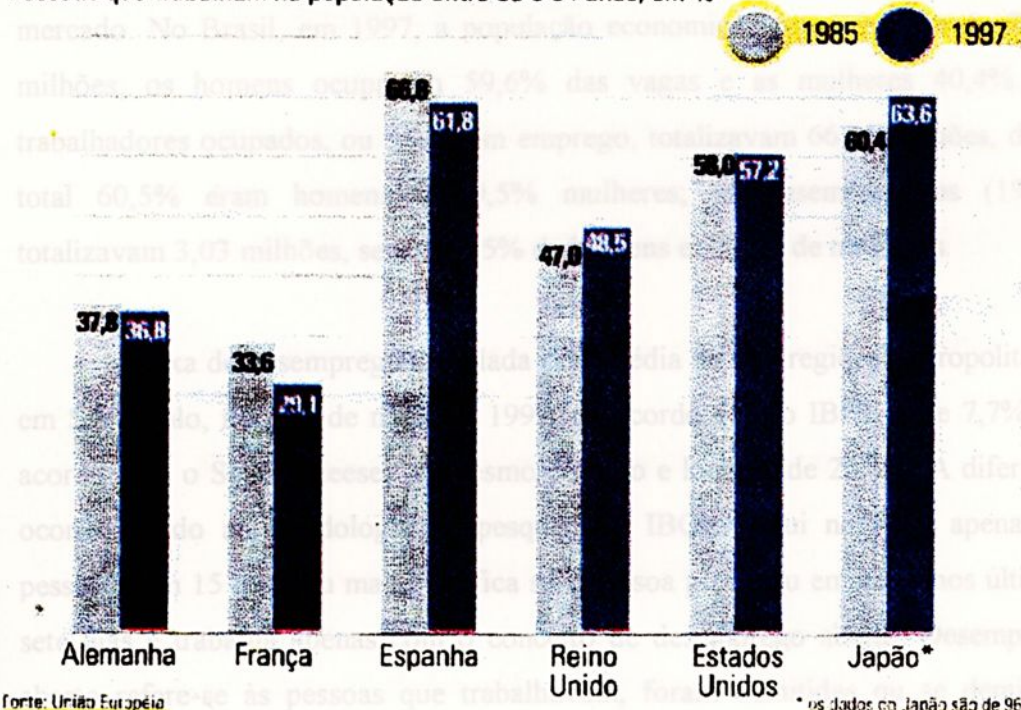
⁶³ Dados retirados do Caderno Especial da F.S.P., "O que vai acontecer com o Trabalho?", de 30/05/99.



IDOSOS SÃO OBRIGADOS A CONTINUAR TRABALHANDO

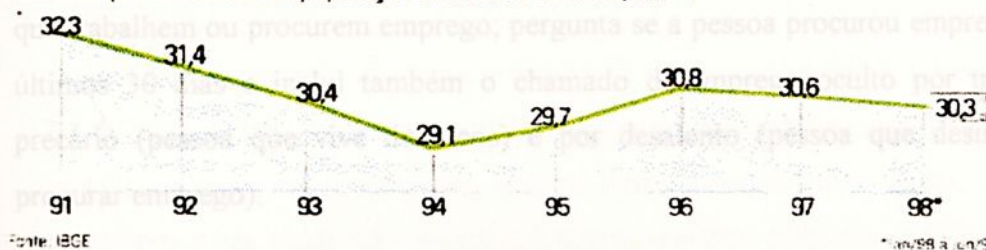
Trabalhador vai demorar mais para se aposentar

Pessoas que trabalham na população entre 55 e 64 anos, em %



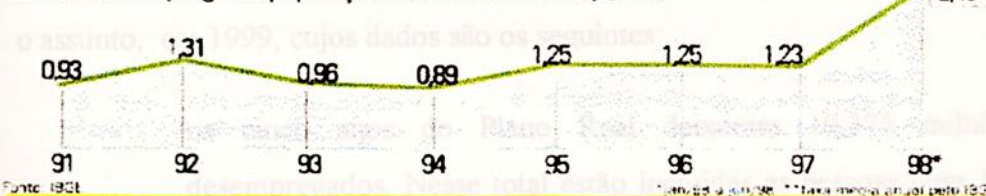
Participação de idosos no mercado de trabalho brasileiro é baixa

Pessoas que trabalham na população entre 60 e 64 anos, em %



Desemprego também atinge os mais velhos**

Taxa de desemprego na população entre 60 e 64 anos, em %



Fonte: F.S.P. – Caderno Especial: Trabalho – 30/05/99 – P.8

Outro dado importante no mundo do trabalho é a crescente participação das mulheres. Nos E.U.A, em abril de 1999, elas ocuparam 46,36% das vagas no mercado. No Brasil, em 1997, a população economicamente ativa era de 72,04 milhões; os homens ocupavam 59,6% das vagas e as mulheres 40,4%. Os trabalhadores ocupados, ou seja, com emprego, totalizavam 66,19 milhões, desse total 60,5% eram homens e 39,5% mulheres; os desempregados (1997), totalizavam 3,03 milhões, sendo 48,5% de homens e 51,5% de mulheres.

A taxa de desemprego calculada pela média de seis regiões metropolitanas em São Paulo, no mês de maio de 1999, de acordo com o IBGE é de 7,7%; de acordo com o Seade/Dieese, no mesmo período e local, é de 20,3%. A diferença ocorre devido a metodologia de pesquisa; o IBGE inclui no PEA apenas as pessoas com 15 anos ou mais; verifica se a pessoa procurou emprego nos últimos sete dias e trabalha apenas com o conceito de desemprego aberto. Desemprego aberto refere-se às pessoas que trabalhavam, foram demitidas ou se demitem, procuram emprego e não acham.

O Seade/Dieese inclui na pesquisa pessoas com 10 anos ou mais, desde que trabalhem ou procurem emprego; pergunta se a pessoa procurou emprego nos últimos 30 dias e inclui também o chamado desemprego oculto por trabalho precário (pessoa que vive de bicos) e por desalento (pessoa que desistiu de procurar emprego).

A Datafolha realizou uma pesquisa - a pesquisa engloba o país todo - sobre o assunto, em 1999, cujos dados são os seguintes:

- os cinco anos do Plano Real deixaram 10,375 milhões de desempregados. Nesse total estão incluídas as pessoas com 16 anos ou mais, que estão sem trabalho e continuam a procurá-lo; representam 10% do total;

- existe no país 19,3 milhões de assalariados registrados, que representam 19% da PEA;

- existem 15,7 milhões fazendo bicos, 16% da PEA;

- um total de 8,3 milhões de assalariados sem registro, 8% da PEA;

- os autônomos regulares somam 7 milhões, que dá 7% da PEA;

- funcionários públicos somam 5,4 milhões, 5% da PEA;

- empresários são 1,7 milhão, 2% da PEA;

- em outras atividades estão 1,2 milhão, 1% da PEA e

- 10,4 milhões de desempregados que somam 10% da PEA (média do país).

Além do número de desempregados, a pesquisa Datafolha considera que 12,3 milhões de pessoas poderiam ser incluídas por estarem ocupadas em trabalho precário, ou seja, no desemprego oculto. Essas pessoas fazem bicos, serviços esporádicos e, às vezes, são assalariados sem registro. 52% dos brasileiros que sobrevivem fazendo bico ou no assalariamento informal assim vivem por não terem outra alternativa. O crescimento do trabalho sem registro formal é a indicação da deterioração das condições do mercado de trabalho.

Os trabalhadores que conseguem escapar do desemprego total pelo trabalho precário - contra a vontade - estão concentrados nas regiões metropolitanas (54%), em Brasília (65%), Salvador (67%), Recife (63%) e São

Paulo (60%). O problema do trabalho precário atinge mais os homens (55%) e os menos escolarizados (53%).

A pesquisa detectou que a maior concentração de desempregados está nos Estados de São Paulo (15%), Ceará (14%), Distrito Federal e Paraná (ambos com 13%). Os brasileiros na faixa dos 25 a 34 são os que mais sofrem com o problema (15%); porém, quanto mais idade tiver, terá menos chance de conseguir um trabalho.

Os dados da pesquisa Datafolha - de 1993- indicavam que no mês de julho, exatamente um ano antes do Plano Real, 27% da população brasileira era assalariada com a carteira assinada; após seis anos o índice caiu para 19%.

Em junho de 1999, o Dieese/PR, concluiu uma pesquisa⁶⁴ e mostrou que há 220 mil desempregados na Região Metropolitana de Curitiba, que equivale a 19,5% da PEA e 6 % a mais do que o índice verificado em dezembro de 1997. A pesquisa detectou que no primeiro bimestre de 99 foram fechados 15.193 postos de trabalho, sendo 4.461 na capital e Região Metropolitana. A previsão é de que o semestre apresente índices de desemprego ainda maiores.

A situação do desemprego na cidade de São Paulo chegou a tal limite que a Secretaria Municipal do Trabalho criou as frentes de trabalho; os inscritos e convocados teriam trabalho, salário mínimo, cesta básica e vale transporte. Dar-se-ia ocupação para 10 mil desempregados⁶⁵ que, após cursos rápidos de adaptação iriam limpar ruas, ajeitar jardins e consertar escolas. A Secretaria da Educação comprometera-se em ajudar a qualificar os trabalhadores que, em 30 dias, teriam trabalho temporário.

⁶⁴ Dados divulgados na *Gazeta do Povo*, 6.ª página, Curitiba, 21/06/99, no artigo "Desemprego e Educação".

⁶⁵ Dos 10 mil convocados compareceram 6.500. Segundo o jornalista da matéria isto ocorreu porque os políticos não entraram em acordo quanto a divisão dos empregos por setores, ou seja, queriam dividir o município em setores e cada político seria responsável por um número x de empregos.

Menem, presidente argentino, iniciou seu primeiro mandato e acelerou o processo de tornar a Argentina a Europa da América Latina; porém, a política econômica adotada levou o país a crescer, ou seja, "entre 91 e 98, a economia argentina expandiu mais de 50% e o desemprego quase dobrou"⁶⁶. Os dados sobre o desemprego de outubro de 98 mostravam um índice de 12,4%, mas a previsão para 99 é de 15%. Em 1993 o número de pobres em Buenos Aires era de 1,8 milhão; neste ano (99) somam 3 milhões de pessoas, o que equivale a 25,9% dos cerca de 12 milhões de habitantes da Grande Buenos Aires.

Desde a introdução do esquema de convertibilidade (US\$ 1 vale 1 peso) a Argentina cresceu 54%, porém, "nem por isso deixou de produzir recordes de desemprego e um aumento do fosso social" (Rossi, F.S.P., 27/06/99, p. 16).

Segundo Frenkel, economista do Centro de Estudos do Estado e da Sociedade e também um dos criadores do Plano Austral no governo de Raul Alfonsín, isto ocorreu porque "nos processos de abertura comercial e financeira, o que se vê é uma tendência ao aumento da desigualdade e do desemprego" (F.S.P., 27/06/99, p.16), além da informalização.

O que é mais significativo na precarização do trabalho e no desemprego é que estes constituem um processo, reintroduzindo princípios heterogêneos de seletividade. Nem todos os atingidos terão um destino comum, mas também poucos estarão totalmente a salvo da fragilização (Cattani, 1996:81).

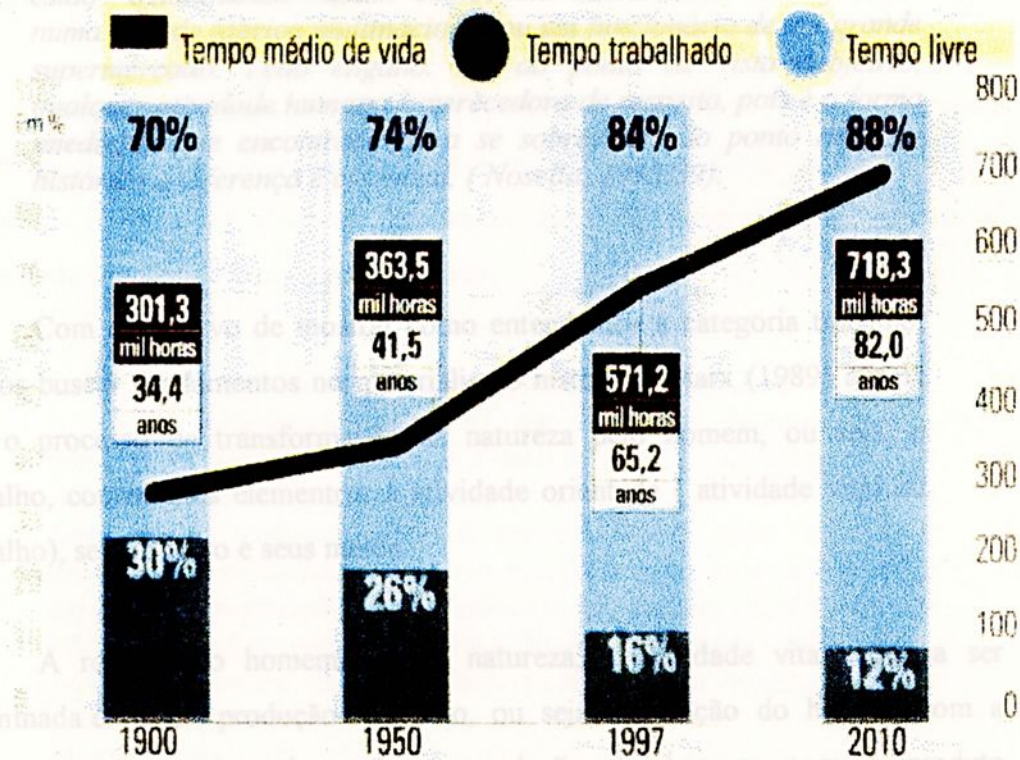
Um estudo da OCDE mostra que não há possibilidade de redução do desemprego até o ano de 2015; o FMI, segundo matéria publicada no Le Monde⁶⁷ afirma que mesmo ocorrendo oscilações no crescimento econômico o índice de 10% de desemprego permanecerá.

⁶⁶ Conforme Luis Beccaria, em entrevista à F.S.P., Caderno Mundo, p. 15, 27/06/99.

⁶⁷ Le Monde, Les Paradoxes de la pauvreté, 8/10/94, citado por Cattani, 1996:50.

TRABALHO CONSUMIRÁ 12% DA VIDA

Tempo livre x tempo de trabalho ao longo dos anos, no Brasil, em %



Fonte: elaboração de Mariana Ruiz Moreno, baseada em dados do IBGE, CIB e PIS (1997)

Fonte: F.S.P. – Caderno Especial: Trabalho – 30/05/99 – P.5

Porém, será isto o trabalho? Varrer ruas, consertar escolas, vender cachorro-quente, passear com cachorro? Irá desaparecer a classe trabalhadora?

O elevado nível de ociosidade e desperdício de força de trabalho, como procuramos mostrar, não é privilégio de um ou outro país, mas sim uma realidade no mundo todo; é uma característica de todas as nações capitalistas, principalmente as de mais alta produtividade, que, em seus discursos

... homogeneizando indiscriminadamente qualquer tipo de atividade que sirva para a sobrevivência sob a categoria de

"trabalho", inventam cursos para cabeleireiros e manicures, para vendedores de quinquilharias ou para artesanatos caseiros. Até para engraxates existem cursos! Erroneamente, pensam que a criança ou o adulto que vende pentes ou cintos nas praças das nossas cidades estão "trabalhando" assim como está trabalhando um operário numa grande fábrica multinacional ou um funcionário de um grande supermercado. Ledo engano. Se, do ponto de vista subjetivo, qualquer atividade humana é merecedora de respeito, pois é a forma imediatamente encontrada para se sobreviver, do ponto de vista histórico a diferença é essencial. (Nosella, 1995:39).

Com o objetivo de mostrar como entendemos a categoria trabalho, iremos buscar fundamentos no materialismo histórico. Marx (1989) afirma que o processo de transformação da natureza pelo homem, ou seja, o trabalho, contém três elementos: a atividade orientada (atividade vital ou trabalho), seu objetivo e seus meios.

A relação do homem com a natureza, a atividade vital, precisa ser examinada enquanto produção e produto, ou seja, a relação do homem com a produção (entäuberung) e a relação do homem com o produto (entfremdung), que aqui, não é alienação. Na medida em que o homem se apropria das forças essenciais da natureza, ele se objetiva; ele rompe com as limitações da sua espécie e passa a utilizar a natureza de forma humana (Histórico Social).

... o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo a sua própria natureza. (Marx, 1984:149).

Rompendo com as barreiras naturais, através do trabalho, o homem se objetiva, constrói sua individualidade e se diferencia dos animais; pois, pela auto-

atividade (dirigida pelo próprio homem), o homem se apropria da natureza, a transforma, transformando a si mesmo, ao contrário dos animais que dela se apropriam pela necessidade biológica, resultando desse processo apenas a satisfação de sua fome imediata.

Em outros termos, a história da realização do homem enquanto ser social objetiva-se através da produção de sua existência, ato social que ocorre pelo trabalho. É pelo trabalho, no cotidiano, que o homem torna-se ser social, diferenciando-se das formas não humanas.

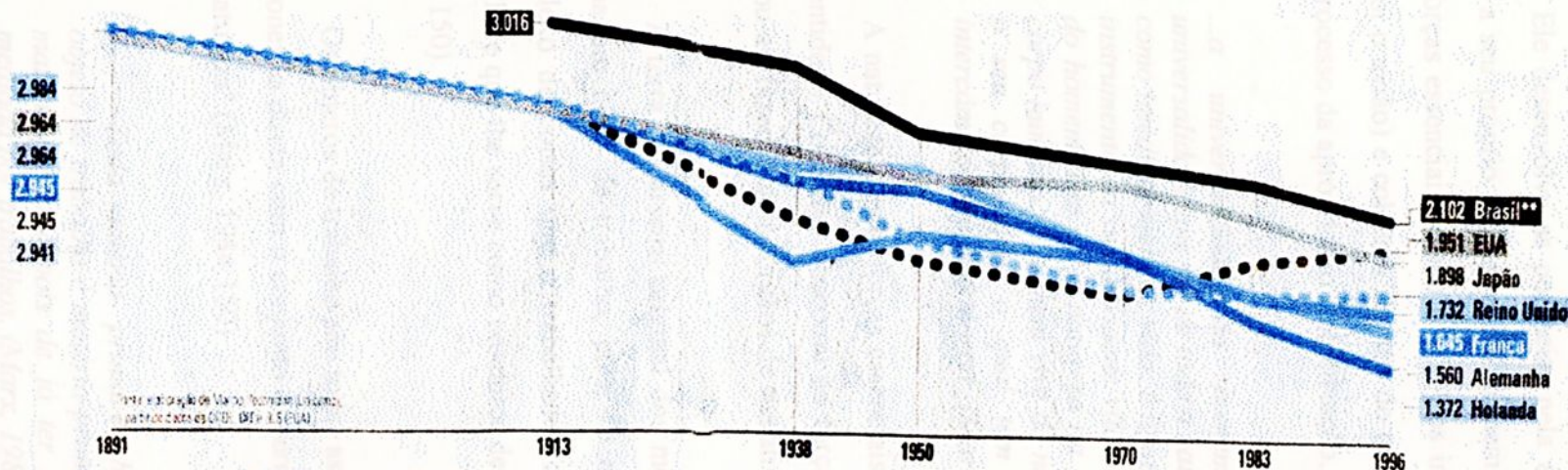
Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtêm-se o resultado que já no início deste existia na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (Marx, 1984:150).

Com esta citação, pretendemos ressaltar a capacidade teleológica do homem, o qual idealiza, concebe, em seu pensamento, antes de realizar o trabalho, a configuração que quer imprimir ao objeto do trabalho. Portanto, a transformação da natureza é teleologicamente posta; o produto final da transformação é construído antes na subjetividade em forma de uma finalidade que guiará as ações do homem, que virão posteriormente. Pois, os homens vivem se fizerem continuamente a transformação da natureza.

Neste processo, pela atividade vital, o homem desenvolve inúmeros objetos (suas objetivações) que não estavam previstos nas leis da natureza; isto é a verdadeira ressurreição da natureza, ou seja, o homem tornar cada vez mais a natureza social, apropriando-se dela, objetivando-se e universalizando o processo.

TEMPO DE TRABALHO CAI NO SÉCULO 20, MAS VOLTA A SUBIR EM ALGUNS PAÍSES

Horas médias trabalhadas por ano, no setor urbano, em países selecionados (resultado da multiplicação das jornadas diárias pelo número de dias trabalhados por ano)



Evolução da jornada diária de trabalho

10h a 12h
França, Alemanha e Inglaterra

8h a 10h
França, Inglaterra, Alemanha e EUA

7h48min
França

5h42min
Alemanha

7h
França

Histórico da carga horária no Brasil

Primeiras greves por jornada de 8 horas. Em 1917, implantação da jornada de 8 horas na indústria.

Primeiros projetos de lei apresentados no Congresso para a instituição da jornada de 8 horas (não chegaram a ser votados).

Decretos de Getúlio Vargas criaram a jornada de 8 horas para algumas categorias.

Constituição oficializa a jornada de 8 horas.

Constituição universaliza as férias remuneradas de 30 dias.

CLT disciplina a jornada de 8 horas.

Greves de metalúrgicas no ABC exigem jornada de 40 horas semanais.

Constituição estabelece a jornada de 44 horas semanais.

Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio; é o homem transformando a natureza, utilizando suas forças essenciais (como o vôo dos insetos: aprende a dinâmica de voar e constrói o avião) e coloca a serviço do próprio homem, ou seja, faz da natureza, pelo processo da apropriação e objetivação, o seu corpo inorgânico.

...a universalidade do homem aparece praticamente na universalidade que faz de toda a natureza o seu corpo inorgânico: 1) como imediato meio de vida; e igualmente 2) como objeto material e instrumento da sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, isto é, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza, quer dizer: a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. (Marx, 1989:164).

A natureza possui forças essenciais e o homem tem faculdades essenciais (os sentidos). Com eles observou as forças essenciais da natureza, captou-as e utilizou-as, fazendo delas órgãos de sua atividade (seu corpo inorgânico).

A terra é o arsenal original dos meios de trabalho do homem, sendo ela mesma um meio de trabalho, pois, "o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto"(Marx, 1984:150).

Os objetos de trabalho são todas as coisas que o trabalho só "desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho preexistentes por natureza".(Marx, 1984:150)

Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalhos. (Marx, 1984:150)

Isto porque a matéria-prima já é um produto, o resultado de um processo de trabalho. Um exemplo de matéria-prima que já passou por um processo de trabalho é a farinha, o fio de algodão, etc...

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia na forma de mobilidade aparece agora como propriedade imóvel na forma de ser, do lado do produto. (Marx, 1984:151).

Porém, o autor assinala em nota de rodapé que, no capitalismo, essa determinação do trabalho produtivo, que é o resultado do processo simples de trabalho, não basta. No capitalismo, o valor de uso não serve para a satisfação das necessidades. Ao contrário, sua essência consiste em satisfazer as necessidades do não possuidor: o trabalhador. “De facto, o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva, aparece agora ao homem como o único meio da satisfação de uma necessidade, a de manter a existência física.” (Marx, 1989:164).

Isto porque o trabalho se desfigurou; se tornou precário e perverso no capitalismo. Ele tornou-se meio e não mais primeira necessidade de realização humana. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência; a força de trabalho torna-se uma mercadoria. Assim, na sociedade burguesa,

A realização do trabalho surge de tal modo como desrealização que o trabalhador se invalida até a morte pela fome. A objectivação revela-se de tal maneira como perda do objecto que o trabalhador fica privado dos objectos mais necessários, não só a vida, mas também ao trabalho. Sim, o trabalho transforma-se em objecto, que ele só consegue adquirir com o máximo esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objecto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objectos o trabalhador produzir tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto, do capital. (Marx, 1989:159).

O indivíduo se confronta com meros objetos; na sociedade regida pelo capital tem-se uma forma de objetivação do trabalho, onde as relações sociais estabelecidas entre os produtores assumem uma forma de relação entre os produtos do trabalho. O trabalho, na sua dimensão abstrata, mascara e faz desaparecer a sua dimensão concreta de trabalho útil, resultando o caráter fetichizado da mercadoria,

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas, e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. (Marx, 1984:71)

O homem, ao vender sua força de trabalho, se aliena; o produto do seu trabalho é sua desrealização, pois outorga a outro (homem) o resultado de seu trabalho.

A propriedade privada constitui, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador e à natureza e a si mesmo. A propriedade privada deriva-se assim da análise do conceito de trabalho alienado, ou seja, do homem alienado, do trabalho alienado, da vida alienada. Do homem estranho a si próprio. (Marx, 1989:169).

Portanto, a propriedade privada é o produto do trabalho alienado, é o seu resultado. Porém, mesmo com o processo de alienação, diz Marx, o homem está se desenvolvendo, pois está se objetivando e se apropriando das objetivações, assim, "é ridículo sentir nostalgia"; importa é acabar com a alienação. Ou seja, através do capitalismo, mesmo com a alienação, criou-se uma rede de possibilidades para que se "produza" o indivíduo pleno.

Mesmo ocorrendo a separação entre o processo de trabalho intelectual e manual no capitalismo, na execução (trabalho manual), existe uma consciência em si do ato que é executado. Não existe consciência da consciência, ela é dada histórico-socialmente.

O pôr teleológico sempre existe, não importa se no indivíduo que concebe; pois, o pôr teleológico não é um ato biológico, na medida em que as necessidades do produto a ser feito é histórica e social, ou seja, na concepção planeja-se algo para ser produzido que realize sua natureza, que seja comprado e para isto é preciso que tenha valor de uso e de troca, em uma sociedade determinada.

No capitalismo, portanto, tudo é reificado; assim, as relações ontológicas fundamentais são invertidas. O indivíduo se defronta com os objetos: "coisas", mercadorias, quando seu corpo inorgânico, a natureza trabalhada e sua capacidade produtiva externalizada, foi tirada dele.

Por isso, a atividade produtiva, dominada pela fragmentação, informalidade e outras formas de "ser" do trabalho, torna o homem atomizado, não realiza a função de mediação entre o homem e a natureza, porque coisifica o homem e as suas relações.

Logo que o trabalho, em sua forma imediata, tiver deixado de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, portanto, o valor de troca (deixa de ser a medida) do valor de uso. O sobretrabalho da massa deixou de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não-trabalho de uns poucos deixa de ser a condição para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isso se desmorona a produção fundada no valor de troca...(Marx, 1978:97)

Na presente fase do capitalismo, a internacionalização do capital, com dinheiro gerando mais dinheiro sem passar pelo processo produtivo, poupando o trabalho vivo, o que é possível com o desenvolvimento tecnológico, o capital é

espiritualizado; torna-se o senhor do mundo, desrespeita os territórios, destruindo a natureza, e, acima de tudo, tornando os homens (os trabalhadores) supérfluos.

No entanto, a ordem fundante da modernidade, orientada para a cumulação indefinida do capital, embora não ouse reconhecer, através da revolução técnico-científica, coloca num novo patamar a contradição proposta no processo de valorização, reinventando seu subalterno necessário e potencializando uma nova subjetividade antagônica. A informática, a robótica, a bioengenharia, a química fina, permitem uma intensa substituição do trabalho vivo (capital variável) pelo sistema de máquinas automáticas e inteligentes (capital constante), que aumenta extraordinariamente a produtividade do capital, mas reduz a fonte da valorização que é a força de trabalho acoplada ao mecanismo da produção de mercadorias (valor-de-uso + valor de troca). Ao mesmo tempo, a exclusão de massas crescentes de trabalhadores do processo produtivo ameaça deixar sem valor de uso a massa de mercadorias que vê assim negada sua finalidade de valor de troca. O resultado é uma crise na realização do capital. (Del Roio, 1996:202).

Neste sentido, sintetizamos o nosso entendimento: na fase atual do desenvolvimento do capitalismo está em crise não só o valor de uso, mas, também, o valor de troca. Ele não está se realizando na totalidade de sua existência; o trabalho deixando de realizar a sua natureza, segundo os princípios de mercado do sistema produtor de mercadorias, as mercadorias também não realizam sua natureza que é o consumo.

Isto ocorre em todas as esferas da vida, ou seja, o profissional que se forma e não encontra trabalho; é a educação, segundo a teoria do capital que não se realiza e o próprio indivíduo.

Assim, é importante o questionamento da situação real. A educação para o trabalho, para a formação profissional ainda tem sentido num quadro de exclusão crescente da maioria da população trabalhadora? Ou será necessário rever, nesse quadro, a função verdadeira da educação, tendo em vista que,

4. *...o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (Marx, 1971:50).*

Portanto, mesmo com o desenvolvimento contraditório do capital, o trabalho como valor de troca intensificou-se; tudo se tornou mercadoria, inclusive o homem. Porém, como afirma Marx, o trabalho enquanto intercâmbio homem-natureza não será extinto e constitui o fundamento da vida humana, não importa qual seja o modo de produção.

Esta afirmação é consenso entre os teóricos que discutem as questões do emprego; principalmente aqueles ligados à visão neoliberal. Concordamos que as funções repetitivas, "como soldar e apertar parafusos" estão desaparecendo, ou seja, deixam de ser realizadas por mão-de-obra humana e passam a ser feitas por robôs ou máquinas.

As máquinas e robôs estão em todos os setores do trabalho: lojas, indústrias, bancos ... e desempregam pessoas. Assim, a força de trabalho, necessária, apregoam os teóricos, será diferente da atual.

3. *O trabalhador do futuro próximo precisará saber sua língua, comunicar-se bem verbalmente e por escrito, conhecer matemática e ter conhecimentos gerais. Trata-se não mais de ter um ofício, mas base para tomar decisões, adaptar-se a novas situações e aprender o tempo todo. (F. S. P., 29/10/95, p. 1-16).*

Ou seja, as afirmações correntes enfatizam que para o indivíduo integrar-se no contexto da época atual e ter um papel ativo na atividade econômica, ele precisa, no mínimo, saber ler, interpretar a realidade, expressar-se

³ Folha de S. Paulo, 29/10/95, p. 1-16. Título: "Modernização esbarra em baixa escolaridade e atraso profissional".

4. GLOBALIZAÇÃO E AS NOVAS EXIGÊNCIAS À EDUCAÇÃO

De acordo com um artigo publicado no Caderno Brasil⁶⁸ mais de 50% dos trabalhadores brasileiros são analfabetos, se for levado em conta o que significa alfabetizado, segundo o atual padrão mundial de alfabetização, que é a capacidade de ler e interpretar um manual de instruções. Afirma-se no texto que “está aí, na educação precária, um dos principais obstáculos à entrada do país em um novo ciclo de desenvolvimento” (F.S.P., 29/10/95, p. 16).

Esta afirmação é consenso entre os teóricos que discutem as questões do emprego; principalmente aqueles ligados à visão neoliberal. Concordamos que as funções repetitivas, “como soldar e apertar parafusos” estão desaparecendo, ou seja, deixam de ser realizadas por mão-de-obra humana e passam a ser feitas por robôs ou máquinas

As máquinas e robôs estão em todos os setores do trabalho: lojas, indústrias, bancos ... e desempregam pessoas. Assim, *a força de trabalho necessária*, apregoam os teóricos, será diferente da atual.

O trabalhador do futuro próximo precisará saber sua língua, comunicar-se bem verbalmente e por escrito, conhecer matemática e ter conhecimentos gerais. Trata-se não mais de ter um ofício, mas base para tomar decisões, adaptar-se a novas situações e aprender o tempo todo. (F. S. P., 29/10/95, p. 1-16).

Ou seja, as afirmações correntes enfatizam que para o indivíduo integrar-se no contexto da época atual e ter um papel ativo na atividade econômica, ele precisa, *no mínimo*, saber ler, interpretar a realidade, expressar-se

⁶⁸ Folha de S. Paulo, 29/10/95, p. 1-16. Título: “Modernização esbarra em baixa escolaridade e atraso profissional”.

corretamente, trabalhar com conceitos científicos e matemáticos abstratos, trabalhar em grupos na resolução de problemas com certo grau de complexidade, entender e usar, ou melhor, dominar as potencialidades tecnológicas do mundo atual.

Os indivíduos, acima de tudo, precisam aprender a aprender, condição essa considerada indispensável para poderem acompanhar todo o processo de mudanças e avanços que ocorrem em ritmo vertiginoso nos dias atuais.

Na verdade, afirmamos que essas competências são indispensáveis a todos os seres humanos, entendidos como trabalhadores, na medida em que possuem um papel na sociedade, ou seja, para todo e qualquer indivíduo/cidadão. Pois, entendemos que “a educação deve ser necessariamente uma só e a mesma para todos” e “o que é comum a todos deve ser aprendido em comum”.⁶⁹

Os altos índices de desemprego e as mudanças que estão ocorrendo nas organizações produtiva e empresarial apontam que a formação das pessoas são insuficientes. Assim, a taxa de desemprego elevada e seu caráter estrutural condicionam os novos requerimentos para se conseguir um emprego.

...a alteração no âmbito da qualificação dá-se por dois mecanismos: uma flexibilização por agregação de novas funções para cada trabalhador (multi-habilitações) e por um novo perfil de qualificação, demandando uma elevada capacidade de abstração. Nota-se, todavia, que esta nova realidade do trabalho e da qualificação não é geral. Convivem formas de organização rígidas de trabalho e trabalhadores semiqualeificados. Os estudos (...), sinalizam em termos globais, uma diminuição do emprego estável e aumento dos trabalhos fragmentários e precários”. (Frigotto, 1994: 48)

⁶⁹ Aristóteles. *Política*, livro VIII, Cap. I.



Não se pode negar que as transformações produtivas trazem em seu bojo mudanças importantes no que corresponde aos conhecimentos e habilidades exigidos para desempenhá-las. Esquecem que a questão fundamental dos desequilíbrios entre educação e emprego é a estrutura social e a estratégia de desenvolvimento econômico adotada.

Ambos esses aspectos aprofundam os desajustes, apontados pelo pensamento dominante ou neoliberal, entre o sistema educativo e o sistema produtivo. O desemprego faz com que as pessoas tenham uma grande variedade de titulação, enquanto as transformações produtivas tornam obsoletos determinados currículos educativos.

O discurso dominante parte do suposto, ou melhor, da afirmação de que as mudanças no âmbito do processo produtivo exigem uma formação diferenciada como mecanismo necessário para se obter um emprego, para conservá-lo e também melhorar a qualidade do mesmo. Utilizam o conceito de mudança social como meio para valorizar a recomposição do equilíbrio, dinamizar a forma atual de organização social. Assim, o problema central do desenvolvimento se resume na questão do aumento da produtividade e na melhoria das qualidades individuais-ideológicas e técnicas.

Neste sentido, a formação para o emprego seria uma condição necessária aos jovens e desempregados que precisam arrumar um emprego. A formação no emprego seria para os que já trabalham e é um elemento indispensável para conservar o emprego ou para conseguir um melhor.

...não é a estrutura social, as relações de produção que condicionam as oportunidades de educação e renda. São os indivíduos que são responsáveis pelos seus sucessos ou fracassos, os quais, por sua vez, dependem do grau de adesão do indivíduo à ideologia dominante, ou seja, do grau de adaptação e ajustamento às normas sociais (Machado, 1982:127)

4.1- As Novas Exigências do Mundo do Trabalho

É um fato aceito que as mudanças no mundo do trabalho com o processo de mundialização do capital acarretam mudanças nos perfis profissionais e no que se refere às capacidades que se exigem da mão-de-obra.

As inovações nas organizações e no sistema técnico, com o objetivo de flexibilizar a produção e o uso da mão-de-obra, tornam obsoletos os critérios através dos quais as qualificações se articulavam. Qualificação, segundo Artiles (1998), faz referência ao trabalho mesmo e as exigências que impõe o processo de trabalho. Exigências estas concretizadas em conhecimentos e habilidades aplicadas na realização das tarefas e em níveis de controle sobre o próprio trabalho. Os fatores variam os conhecimentos que são exigidos e o grau de controle e de intervenção sobre o trabalho.

Neste sentido, para justificar o desemprego, o trabalho precário, etc., afirma-se que a formação necessária para se obter um emprego deverá atender às novas exigências, ao mesmo tempo que os já empregados devem adquirir novos conteúdos formativos para adaptarem-se às novas situações de trabalho.

Coloca-se o imperativo da formação como uma forma de sair da situação, ou seja, de não perder o emprego ou, também, para se conseguir uma boa “colocação” ao invés de um trabalho precário e, assim, o capital se utiliza da corrida à qualificação, enfatizando a necessidade das novas competências profissionais. Para os adeptos desse ideário,

...não é a estrutura social, as relações de produção que condicionam as oportunidades de educação e renda. São os indivíduos que são responsáveis pelos seus sucessos ou fracassos, os quais, por sua vez, dependem do grau de adesão do indivíduo à ideologia dominante, ou seja, do grau de adaptação e ajustamento às normas sociais. (Machado, 1982:127)

O conceito de capacidade profissional varia de acordo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas e do modo de organização do trabalho em uma determinada sociedade. Este conceito também é influenciado pelas determinações político-ideológicas, pois “depende da correlação de forças existentes e do grau de controle assegurado sobre o processo de trabalho, pelos trabalhadores”(Machado, 1982:131)

Por isso, o problema da qualificação profissional sempre é provisório e instável; ela está sujeita à “intervenção das classes sociais interessadas na manutenção ou na transformação de um certo quadro de definições relativas à qualificação”(Machado, 1982:131). Assim, tanto a manutenção ou a transformação do processo de qualificação dependem da conjugação das condições econômicas com as político-ideológicas existentes em determinado período.

A noção de qualificação é usada pelos teóricos das Ciências Sociais e, a de competência⁷⁰, que não é uma palavra criada tão recentemente assim, é um construto das Ciências Humanas, ancorada nos conceitos de capacidades e habilidades.

No Brasil, a noção de competência, apesar de já ser conhecida no âmbito das ciências humanas... desde os anos 70, passa a ser incorporada nos discursos dos empresários, dos técnicos dos órgãos públicos que lidam com o trabalho e por alguns cientistas sociais, como se fosse uma decorrência natural e imanente ao processo de transformação na base material do trabalho.(Manfredi, 1998:27)

⁷⁰ Um exemplo é o livro de Guiomar Namó de Mello, “Magistério de 1.º Grau – Da competência técnica ao compromisso político”. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1982.

Atualmente, tanto no campo educacional como no do trabalho, é usada como se fosse uma conotação universal. No discurso empresarial é utilizada como capacidade de agir, intervir e decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis. Na educação é entendida como estoque de conhecimentos/habilidades por diversos autores que tratam do assunto.

A competência engloba o trinômio saber fazer, saber ser e saber agir. Assim, o perfil ideal do novo trabalhador, de acordo com as novas exigências do trabalho, deve ter as seguintes características:

- 1- *saber fazer*: inclui as dimensões práticas, técnicas e científicas, adquiridas tanto em cursos e treinamentos (formalmente) como por meio de experiência profissional;
- 2- *saber ser*: inclui os traços da personalidade e do caráter; estes influenciam o comportamento nas relações sociais de trabalho, como a iniciativa, comunicação, capacidade de inovação e mudança e assimilação de novos valores de qualidade, produtividade e competitividade.
- 3- *saber agir*: refere-se a capacidade de trabalhar em equipe, resolução de problemas e de flexibilidade de funções, ou seja, de realizar diversos trabalhos dentro da empresa.

De acordo com os documentos do Sefor/MTb, a competência se alcança através de um processo que exige educação contínua para atingir um conjunto de habilidades básicas, específicas e de gestão, assim entendidas:

- 1 – básicas: parte de habilidades essenciais, ou seja, ler, interpretar e calcular que evoluem para funções cognitivas como o desenvolvimento de raciocínios mais elaborados;

71 – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI; foi publicado no Brasil pela Cornea/Mec/Unesco com o título: "Educação: um desafio a descobrir".

2-específicas: estão diretamente relacionadas ao trabalho e têm relação com o saber fazer e saber ser; são exigidas do trabalhador que ocupa postos, profissão ou trabalha em uma ou mais áreas com relação entre si ;

3-gestão: está relacionada às competências de autogestão, de empreendimento e do trabalho em equipe; vincula-se ao saber agir.

Esse entendimento sobre o que é competência foi amplamente divulgado nos documentos dos Organismos Internacionais. Na verdade, expressam, com um novo vocabulário, o ideário já divulgado da Teoria do Capital Humano e objetivam nada mais do que a “reintegração dos trabalhadores aos novos contextos da reestruturação do capital no âmbito dos locais de trabalho” (Manfredi, 1998:29).

No “Relatório Delors”⁷¹ (1998:93) está exposto como se passa “da noção de qualificação à noção de competência”. Afirma-se que na indústria o domínio cognitivo e o informativo nos sistemas de produção, principalmente para os operadores e técnicos, tornou obsoleta a noção de qualificação profissional e fez com que se passasse a dar maior ênfase à competência profissional.

O progresso técnico modifica, inevitavelmente, as qualificações exigidas pelos novos processos de produção. As tarefas puramente físicas são substituídas por tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas, a sua manutenção e vigilância, ou por tarefas de concepção, de estudo, de organização à medida que as máquinas se tornam, também, mais “inteligentes” e que o trabalho se “desmaterializa” (Delors, 1998:94)

Isto ocorre, argumenta a comissão, porque “a justa posição de trabalhos prescritos e parcelados deu lugar à organização de “coletivos de trabalho” ou

71 – “Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI”; foi publicado no Brasil pela Cortez/Mec/Unesco com o título: “Educação: um tesouro a descobrir”.

“grupos de projeto”, a exemplo do que se faz nas empresas japonesas: uma espécie de taylorismo ao contrário”(p. 94).

Por isso, continuam, os empresários passaram a exigir, além da qualificação (entendida como competência material) uma competência que combina a qualificação que se adquire pela formação técnica e profissional com a competência individual (grifo meu) que engloba o “comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco” (p.94). E isto só com mais escolarização e dentro de novos moldes é que se consegue.

Se juntarmos a estas novas exigências a busca de um compromisso pessoal do trabalhador, considerado como agente de mudança, torna-se evidente que as qualidades muito subjetivas, inatas ou adquiridas, muitas vezes denominadas “saber ser” pelos dirigentes empresariais, se juntam ao saber e ao saber-fazer para compor a competência exigida – o que mostra bem a ligação que a educação deve manter entre os diversos aspectos da aprendizagem. Qualidades como a capacidade de comunicar, de trabalhar com os outros, de gerir e de resolver conflitos, tornam-se cada vez mais importantes. (Delors, 1998:94).

Vê-se que tanto a concepção de qualificação como a de competência são concebidas sob a visão do modelo de organização capitalista do trabalho. A concepção de qualificação se restringe a questão técnico-científica e a de competência engloba a técnico-científica (da qualificação) e aspectos subjetivos como a dimensão psicossocial e cultural.

A competência hoje solicitada “refere-se às habilidades e aptidões necessárias para exercer novos tipos de funções ou mesmo para reintegrar-se às situações de trabalho, em função das mudanças técnico-organizativas” (Manfredi, 1998:29), que estão ocorrendo nas empresas.

Fica evidente que, no momento em que estão ocorrendo transformações no processo de trabalho, a discussão sobre o que seja competência não pode ser desvinculada dos processos socioeconômicos e políticos. Não se trata de só realizar a construção social de seus significados, mas percebê-la como uma medida necessária para a recomposição das relações entre capital e trabalho que abarcam dimensões político-ideológicas e culturais.

Vista numa visão global dos processos socioeconômicos e políticos, a concepção de competência (na visão empresarial), está alicerçada

...numa lógica de recomposição da hegemonia do capital, onde a ressignificação da qualificação e das estratégias de formação profissional fazem parte de um processo de ressocialização e aculturação da classe trabalhadora, tendo por função reintegrá-la aos novos modelos de produção e gestão do capitalismo em sua fase de transnacionalização. (Manfredi, 1998:37).

Não se pode negar a importância que a qualificação/competência profissional são de extrema importância. Porém, o que deve ser questionado é o de não levar em conta as múltiplas dimensões que estão presentes no trabalho visto como uma atividade humana, social e cultural. Competência não se resume ao desenvolvimento de uma *lista* de aptidões ou habilidades que os indivíduos precisam desenvolver segundo a lógica e necessidades do capital.

Competência profissional, com certeza, engloba as dimensões individuais e cognitivas que são inerentes ao processo de aquisição e produção de conhecimentos; este processo é ativo, ou seja, a competência é resultado de uma sistematização de conceitos, pelo indivíduo, de acordo com as demandas das situações concretas de trabalho; ela não é um *produto acabado*; precisa ser mantida, pois é algo em permanente construção e reconstrução; para isso o indivíduo deve estar sempre se atualizando, pois nada é imutável, tudo está em permanente processo de evolução.

Neste sentido a questão é refletir *sobre as necessidades de conhecimento* não só para atender as exigências do capital mas, também, para a formação do indivíduo pleno, para que as pessoas convivam e atuem na sociedade de forma completa.

A inovação tecnológica e a busca da flexibilidade fazem parte das mudanças que estão ocorrendo. Porém, as mudanças não são apenas técnicas; elas são políticas. Teóricos, como Frigotto, Hirata, Spink e Musa, entre outros, que defendem positivamente as mudanças nas qualificações e na necessidade de mais formação, afirmam que os efeitos sobre as capacidades⁷² que estão a ser exigidas se referem a dois aspectos: a) a exigência de uma formação que possibilite ao indivíduo um conhecimento tecnológico global e que dê seu saber específico e, b) que integre funções que antes eram separadas.

5- Mobilização de conhecimentos coletivos

Neste contexto, a educação se torna a alternativa mais adequada; é umas das formas mais eficazes para obter duas condições das atuais exigências: de aumento de produtividade e melhoria da qualidade da força de trabalho.

A integração de funções, além de diminuir a divisão do trabalho, conduz a aproximação entre tarefas distintas (planejamento e execução) e entre diversas áreas funcionais, como gestão de estoque, abastecimento, marketing, gestão de clientes e fornecedores, etc.

De positivo, pode-se afirmar, é que a redução da divisão do trabalho e o uso de conhecimentos tecnológicos globalizantes levam ao desenvolvimento de políticas que envolveriam os trabalhadores. Ou seja, mais educação possibilita a politização dos trabalhadores; portanto, não apenas se atenderia às exigências do

⁷² Conforme Hirata, antes "desses trabalhadores se exigia (e se exige, pois o fordismo não se conjuga inteiramente no passado ...) um cumprimento rigoroso das normas operatórias, segundo um one best way, a prescrição das tarefas e a disciplina no seu cumprimento, a não-comunicação (isolamento, proibição de diálogos durante o trabalho em linha, etc...) op. cit, p. 129.

mercado, mas também possibilitaria desenvolver um indivíduo para além do capital. Não se pode negar que nestas propostas há a ideologia do capital.

Levando em conta as transformações no processo produtivo e, conseqüentemente, no mundo do trabalho como já apontamos, as novas capacidades que estão a ser exigidas se articulam em torno de uma série de requerimentos que são elementos, os quais a formação não pode descartar, que são os seguintes:

- 1- Capacidade de abstração.
- 2- Uso de uma maior energia mental no trabalho.
- 3- Capacidade de resolução de problemas.
- 4- Capacidade de trabalhar em equipe, comunicar-se e relacionar-se.
- 5- Mobilização de conhecimentos coletivos.
- 6- Aquisição e aplicação de conhecimentos transversais.
- 7- Atuação no âmbito da qualidade.
- 8- Capacidade de adaptação.

A necessidade da capacidade de abstração ocorre devido à aplicação de tecnologias da informação nas máquinas e equipamentos. O trabalho com eles agora requer a capacidade de abstração, entendida como a representação do processo de fabricação sob a forma de signos e símbolos.

O uso de maior carga mental no trabalho se dá por razões semelhantes, ou seja, ocorre devido ao uso da tecnologia em tarefas que antes exigiam esforço físico.

Também o uso de maior energia mental pode supor uma exigência de maior atenção no trabalho, que não é o caso de mais formação e sim, necessidade de uma atividade intelectual superior, o que supõe uma formação de maior qualidade.

Quanto à resolução de problemas, esta se situa no âmbito da necessidade de manter em atividade as novas máquinas e equipamentos, otimizando seu uso sem falhas. Esta é uma atitude do “novo trabalhador”, diferente das normas que são utilizadas no fordismo.

A exigência da capacidade de trabalho em equipe está associada às novas formas de organização do trabalho que são parte do processo em curso, bem como a capacidade de relacionar-se e comunicar-se, que vai desde a capacidade de verbalizar um problema até a de coordenar um grupo de trabalhadores.

Sobre essas exigências apontadas acima, Salermo afirma que

... o novo padrão tecnológico calcado em sistemas informáticos projetam o processo de produção com modelos de representação do real e não com o real. Estes modelos, quando operam, entre outros intervenientes, face a uma matéria-prima que não é homogênea, podem apresentar problemas que comprometem todo o processo. A intervenção direta de um trabalhador com capacidade de análise torna-se crucial para a “gestão da variabilidade e dos imprevistos produtivos” (Salermo, apud Frigotto, 1997:50).

Portanto, como os sistemas são integrados, quando ocorre um problema, ele atinge todo o conjunto do processo produtivo e não apenas um setor; assim, o trabalhador, para satisfazer as novas exigências, precisa ser capaz de identificar e de resolver os problemas e imprevistos em equipe.

Observar, interpretar
e tomar decisões

e processar novas
informações

Pensar antes de
agir

Foto: Exatidão, José Paulo, São Paulo, 1994

Fonte: Extraído de F.S.P. – Folha Brasil – 29/10/95 – P. 1

Reelaborado pela autora.

CARACTERÍSTICAS DO NOVO TRABALHADOR

Requisitos valorizados pelas empresas na era da globalização

Dominar a
linguagem técnica

Utilizar equipamentos e
materiais sofisticados

Comunicar-se bem de
forma oral e escrita



Trabalhar em grupo

Versatilidade
funcional

Observar, interpretar
e tomar decisões

Capacidade de adquirir
e processar novas
informações

Pensar antes de
fazer

Fonte: Economista José Pastore, dados referentes a 94

Fonte: Extraído da F.S.P. – Folha Brasil – 29/10/95 – P. 1

Reelaborado pela autora.

Para enfrentar a “vulnerabilidade” tecnológica, o capital está redescobrando a humanidade esquecida do trabalhador assalariado (humanidade ignorada pelo taylorismo). O capital, forçado pela vulnerabilidade e complexidade de sua base tecnológico-organizacional, passou a se interessar mais pela apropriação de qualidades sócio-psicológicas do trabalhador coletivo através dos chamados sistemas sócio-técnicos de trabalhos em equipes, dos círculos de qualidade etc. Tratam-se de novas formas de gestão da força de trabalho que visam a garantir a integração do trabalhador aos objetivos da empresa. (Castro, apud Frigotto, p. 51).

Assim, a mobilização dos conhecimentos coletivos está vinculada a esta questão; o trabalho coletivo faz aflorar os chamados conhecimentos tácitos que a experiência nos determinados ramos de trabalho proporciona. Ocorre devido à necessidade de incorporação dos conhecimentos dos trabalhadores aos procedimentos produtivos novos, pois sua eficaz aplicabilidade exige que os trabalhadores “mostrem” a forma como realmente operam.

A aplicação de conhecimentos transversais é uma nova exigência do “mundo do trabalho” que certamente demanda maiores conhecimentos. As tarefas, que antes eram dissociadas, agora precisam, para serem realizadas, de um trabalhador com conhecimentos polivalentes, que realiza diversas tarefas. Pode-se deduzir do exposto a necessidade de conhecimentos mais generalistas do que específicos, permitindo assim que um indivíduo exerça diferentes funções.

Em relação ao âmbito da qualidade, atualmente a máxima do discurso empresarial – os quais afirmam que uma produção é competitiva quando tem qualidade – há uma ambivalência. Os empresários argumentam que para se ter uma produção de qualidade é preciso pessoal formado, engajado e atento a ela.

Assim, aqui a formação existe em dois níveis: 1) os trabalhadores precisam ser capacitados para o desempenho de suas funções e, 2) necessitam ser formados para atuar com qualidade, pois assim o resultado do trabalho teria qualidade.

Neste sentido, a formação requerida está relacionada com a complexidade das tarefas exigidas pelos denominados círculos de controle de qualidade. Portanto,

... estamos diante de um processo em que o capital não prescinde do saber do trabalhador e do “saber em trabalho” e é forçado a demandar trabalhadores com um nível de capacitação teórica mais elevado, o que implica mais tempo de escolaridade e de melhor qualidade. Revelam, de outra parte, que o capital, mediante diferentes mecanismos, busca manter tanto a subordinação do trabalhador quanto a “qualidade” de sua formação. (Frigotto, 1997:51).

Quanto à capacidade de adaptação, ela se refere, além da rápida adaptação do trabalhador às atuais mudanças do processo produtivo, também às crescentes mudanças de funções e, principalmente, de trabalho/emprego.

Ocorre que a “recessão” do mercado de trabalho e o desemprego crescente obrigam os candidatos a um emprego a “serem adaptáveis”, pois nada é mais adaptável que o atual trabalhador: temporário, precário e que é obrigado a aceitar, sem resistência, tarefas e postos de trabalho os mais variados.

Trata-se, para o assalariado, de estar disponível para todas as mudanças, todos os caprichos do destino no caso dos empregadores. Ele deverá estar pronto para trocar constantemente de trabalho (...) Mas, contra a certeza de ser jogado “de um emprego para outro”, ele terá uma garantia razoável – quer dizer, nenhuma garantia – “de encontrar um emprego diferente do anterior que foi perdido, mas que paga igual”. Tudo isso transborda de bons sentimentos, mas ser jogado assim de pequenos empregos para empregos pequenos não tem nada de novo, e quanto às “garantias razoáveis”, suspeita-se que elas serão consideradas cada vez mais “não razoáveis” e não existentes. (Forrester, 1997:118/119).

Pode-se afirmar que as exigências feitas ao trabalhador e, conseqüentemente, às instituições educativas, desde a escola básica até a pós-graduação, dentro do panorama do ajuste mundial, fundamenta-se numa

concepção produtivista, cujo objetivo é desenvolver as habilidades de conhecimento, de valores e atitudes e de gestão da qualidade, segundo as exigências do mercado de trabalho, com a finalidade de formar em cada ser humano um cabedal de competências, propiciando a eles a empregabilidade.

4.2- Trabalho e Educação: O Discurso dos Atores

Do ponto de vista político-ideológico, a crescente importância dada à formação profissional e à sua difusão se relacionam com a consolidação das teses neoliberais que objetivam consolidar uma ordem social regulada pelos princípios do livre mercado e do desmanche do setor público.

Através da estratégia de fragmentação das instituições públicas colocar em cheque a escola e a educação pública é um dos objetivos primordiais da ideologia neoliberal. Segundo ela, os sistemas educacionais enfrentam uma crise de eficiência, eficácia e produtividade. A questão está, afirmam, na improdutividade das práticas pedagógicas e da gestão administrativa das instituições educativas, as quais são consequência da incapacidade do Estado para gerir as políticas públicas.

Daí a necessidade da constituição de um mercado educacional, desafio posto pelas teses neoliberais e seus defensores.

... a posição de força dos empresários na produção (...) permite, também, que a decisão sobre as características da formação profissional (setor público ou setor privado) repouse, de forma crescente, nas mãos dos "homens de negócio". A opção pela formação privada, em muitos casos, fomenta, assim, a aparição de empresas privadas de formação profissional que vão corroendo o monopólio público educacional e apropriando-se, sob a "impotente" visão dos governos, de uma parte cada vez maior da "atividade educacional". Este processo econômico acompanha uma persistente deslegitimação ideológica do sistema público de

educação: acusada de arcaísmo, de falta de flexibilidade e adaptação às mutantes demandas de uma realidade produtiva em rápida evolução, de politização, de um excessivo peso dos sindicatos de professores, a educação pública vai sendo corroída por instituições privadas que, na lógica empresarial, garantem de forma mais adequada a flexibilidade e adaptabilidade aos ritmos produtivos. Este sofisticado e “invisível” mecanismo de privatização educacional, que se opera através dos mecanismos da formação profissional, é o complemento da asfixia financeira da escola pública. (Taddei, 1998:356/357).

Como se vê, para os neoliberais, os objetivos na educação são idênticos aos objetivos econômicos, os quais incluem a expansão do mercado livre, o Estado mínimo – a redução da responsabilidade do governo pelas necessidades sociais –, o reforço das estruturas de competição e a disseminação do pensamento social darwinista⁷³.

Por isso coloca a culpa pelo desemprego e emprego precário, pela falta da competitividade econômica, na escola e em outras instituições públicas. Como afirma Apple (1997), o público agora é o centro de todo mal; o privado é o centro de tudo o que é bom.

Oriunda do discurso empresarial e gerencial, o conceito de qualidade objetiva impor uma (re) visão escolar, como se a escola fosse uma empresa produtiva que devesse atender às mudanças na demanda do mercado. Neste sentido, ao enfatizarem que a educação deve estar subordinada às exigências do mercado de trabalho, estão “afirmando” que o sistema educacional deve se ajustar às necessidades do “mercado de trabalho”. Isto não significa, é claro, que a escola vai garantir os empregos e nem criar fontes de trabalho – pois ninguém mais garante isso – o que o sistema educacional deve propiciar é a empregabilidade.

⁷³ O darwinismo social é uma Escola de Pensamento que surgiu no final do século XIX. Postulava a aplicação do modelo biológico da evolução das espécies às sociedades humanas, ou seja, entendiam que a dinâmica da evolução é dada pela lei da sobrevivência do mais apto na luta pela vida.

Conforme Hirata (1997), empregabilidade é definida como probabilidade de saída do desemprego ou, formulada de forma positiva, como “capacidade de obter um emprego”. Porém, afirma que a função ideológica e política do conceito deve ser ressaltada; a noção de empregabilidade está associada a uma política de seleção das empresas e implica em transferir a responsabilidade da não-contratação ou da demissão ao trabalhador. Segundo esta visão, um trabalhador “não empregável” é um trabalhador não formado para o emprego, não competente, etc.

O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e meso econômicas contribuem decisivamente para essa situação individual. (Hirata, 1997:33).

Assim, desde a década de 80, a questão da formação permanente trilha o caminho de busca de maior eficiência e eficácia “em termos de melhoramento das qualificações ligadas aos empregos, no marco de uma crescente submissão ao novo imperialismo produtivista”. (TADDEI, 1998:353).

Portanto, atualmente o discurso dominante coloca como solução para reverter a crise do emprego a questão da adaptabilidade e flexibilidade dos trabalhadores aos nossos requisitos produtivos; a problemática da formação é colocada em termos de adaptabilidade e reinserção dos trabalhadores.

4.2.1- O Discurso Empresarial

Carvalho⁷⁴ (1997) afirma que a empregabilidade, do ponto de vista das empresas, se coloca nos dois pontos seguintes:

⁷⁴ Diretor da Fundação Dom Cabral em Minas Gerais.

1)- É uma nova forma de a empresa relacionar-se com os funcionários, tendo em vista a redução dos postos de trabalho. A competitividade crescente entre as empresas leva-as a manterem o mercado através da redução dos custos; só o conseguem através de programas de melhoria dos processos de trabalho; que, assim, precisa da participação do trabalhador.

2)- É uma forma “de aumentar o nível geral de competência da empresa”, assim, procuram, “através de maior capacitação dos indivíduos e da adoção de novas organizações do trabalho”, utilizar os trabalhadores de forma flexível, ou seja, em várias funções (106).

Rios e Teixeira⁷⁵ (1997) funcionários da Rhodia S/A, empresa do Grupo Rhone-Poulenc (origem francesa), que atua no Brasil desde 1919, nos setores químico, farmacêutico, têxtil, de saúde vegetal e animal e ciências da vida (fibras e polímeros), afirmam que a empresa, devido à nova ordem econômica que “trouxe” a abertura das fronteiras comerciais, desenvolveu um complexo processo de mudança que abrange “a própria organização da empresa, seu porta-fólio de atividades, as suas relações com clientes, a filosofia de gerenciamento, as relações sociais” (261).

Acrescentam que os resultados têm sido ótimos e que “a Rhodia novamente procura antecipar-se e preparar-se para enfrentar os novos desafios” oriundos do processo da “globalização e das novas bases de competitividade”. (262). Acreditam que agora não mais se trata de adaptação às regras do jogo, mas que haverá um novo jogo onde as bases da competitividade mudam do “modelo centrado no poder econômico” para o “modelo centrado no poder do conhecimento”.

⁷⁵ Respectivamente Gerente de Educação e Treinamento da Rhodia S/A e Gerente de Relações Sociais da Rhodia.

As organizações mal acabaram de se recuperar de seus últimos esforços de adaptação – através das tão faladas reengenharias, down-sizing, terceirizações e quarteirizações (como inventamos palavras) – e já estão sentindo que o processo de mudança não vai parar e que os modelos de adaptação não serão mais os mesmos (precisamos inventar novas palavras!)”.

Nestes novos paradigmas de competitividade e de emprego, o conhecimento assume papel central e é preciso que compreendamos como ele se constrói e se mantém. (Rios e Teixeira, 1997:262).

Neste sentido, a Rhodia, através do setor de Recursos Humanos, procurou adotar “novos processos de aquisição de conhecimentos” devido à necessidade de enfrentar as mudanças econômicas, tecnológicas e sociais, pois afirmam que o atual modelo de educação e treinamento não atende aos requisitos tanto da nova ordem, como da empresa e dos indivíduos.

A aprendizagem é, portanto, a base do Projeto Rhodia de Empregabilidade através do qual a empresa se prepara para adaptar seu ambiente, suas relações sociais, suas metodologias de transferência de conhecimentos e habilidades, sua ideologia de educação, mudando radicalmente o paradigma de treinamento. (Rios e Teixeira, 1997:263)

Fica evidente a importância dada ao conhecimento; não no sentido de desenvolvimento do indivíduo, mas no intuito de atingir maior produtividade e competitividade devido à forma cambiante que o atual modelo de acumulação assumiu.

Jordan e Amigos⁷⁶ (1997) iniciam o artigo com a seguinte frase: “gasta-se, em todo o mundo, um bilhão de dólares com treinamento ... e o resultado não vale um centavo”. (241). Segundo os autores, a frase sintetiza o pensamento compartilhado por estrategistas e diretores corporativos em todos os níveis.

⁷⁶ Brigitte Jordan é pesquisadora do Instituto de Pesquisas sobre Aprendizagem e Centro de Pesquisas da Xerox em Palo Alto.

Acrescentam que as empresas de treinamento sofrem pressão para indicar a forma para preparar os funcionários para os tempos de economia globalizada, um mundo do trabalho aliado ao conhecimento e comunicações globais concomitante com um ambiente de contínua aprendizagem e mudança.

Junto a este quadro, as empresas, continuam os autores, “informam” aos funcionários que a época do emprego permanente se foi e que eles “precisam estar preparados para a empregabilidade”⁷⁷.

Segundo Jordan e Amigos, o paradigma de treinamento tradicional deixou de ser eficaz, porque se desenvolve de acordo com esquemas pré-determinados; assim, não sincronizam com as necessidades nem das empresas e nem dos trabalhadores.

A questão, afirmam, não é como tornar o treinamento eficaz, mas sim, agora, o aprendizado. Pois, se o trabalhador for treinado antes das mudanças ocorrerem, eles não retêm o treinamento por não aplicá-lo; se aplicado já no decorrer das mudanças, acarreta recursos, perda de tempo, pois retira as pessoas do trabalho.

Nas firmas em que os empregados deixaram de ser peças facilmente substituídas na máquina empresarial e, pelo contrário, desempenham múltiplas funções como funcionários multi-habilitados, é cada vez mais difícil de se administrar o tempo dispendido longe do trabalho; e o mesmo acarretaria um custo elevado tanto para o trabalhador quanto para seu patrão. (Jordan et al, 1997: 244).

Esta afirmação reforça a tese de que hoje existe “segurança de emprego” para uma minoria de trabalhadores altamente capacitados, que, no nosso entendimento, seria o que Marx assinalou como classe operária superior; também

⁷⁷ Segundo Jordan et al empregabilidade é a capacidade de conseguir emprego em outras áreas dentro da nova economia.

assinala a questão da necessidade de racionalização dos custos por parte das empresas quanto à questão da formação dos funcionários.

Segundo Jordan et al, o desafio agora é a construção e organização de ambientes de trabalho que dêem suporte aos tipos de aprendizagem que são úteis e produtivos para os empregados, para os grupos de trabalho e para as empresas.

Neste sentido, afirma que, com a participação ativa dos funcionários, na construção da empresa, “a ajuda que se der aos mesmos para que adquiram conhecimentos abrangentes no local de trabalho irá tornar-se essencial para o bem-estar da empresa” (258), pois, dessa forma, a empresa está apoiando funcionários “engajados e produtivos”⁷⁸ a adquirirem conhecimentos no local em que trabalham.

Para atender as mudanças ocorridas numa economia globalizada, é urgente, segundo eles, que ocorram mudanças do paradigma centrado no treinamento para o centrado na aprendizagem; que seria o que expomos no quadro abaixo.

Enfoque no treinamento	Enfoque na aprendizagem
Aprendizagem individual	Aprendizagem em estruturas sociais.
Habilidades individuais.	Práticas em equipe.
Orientação por processos.	Orientação pela prática.
Raciocínio linear.	Raciocínio sistêmico.
Ensino didático.	Baseado em atividades.
Aprendizado baseado na escola.	Aprendizado como atividade de vida.
Aprendizagem em dose única.	Adaptação contínua.
Currículo.	Ambiente.
Informação de cima para baixo.	Comunicação lateral de redes +

⁷⁸ Grifos meus. Quadro elaborado pela autora, segundo os dados de Jordan et al, 1997:258/259.

Enfoque no produto.	colegas.
Projeto a partir da fantasia.	Enfoque no cliente.
Análise de requisitos.	Projeto a partir da prática de trabalho.
Implementação como prestação de serviço.	Análise das práticas de trabalho.
Fornecimento de treinamento.	Implementação como um aumento da prática.
Aquilo que os empregados querem.	Fornecimento de recursos para a aprendizagem.
	Aquilo que os empregados da "linha de frente" ⁷⁹ necessitam.

Quadro elaborado pela autora segundo dados de Jordan et al, 1997:258/259

O discurso empresarial leva-nos a acreditar que suas propostas de formação profissional não se restringem mais aos cursos profissionalizantes do sistema S (Sesi, Senai, Senar, Senac e Sebrae), ao treinamento, ou como se costuma dizer, ao "adestramento" no próprio local de trabalho.

Desde a década de 90, no Brasil, os empresários estão se empenhando sistematicamente no que se refere à questão da educação profissional, a qual passou a ser entendida como eixo central para o crescimento e desenvolvimento econômico e social do país.

Nas demandas do empresariado junto ao governo e em suas propostas de capacitação para o trabalho, esta nova concepção de formação está sistematizada. Os fundamentos básicos são a extensão da escolaridade da força de trabalho, a relação entre competitividade empresarial e educação e o novo padrão para a formação profissional.

⁷⁹ Portanto, não é para todos, mas para os que ocupam postos importantes e são polivalentes.

A exigência de maior escolaridade é mais uma maneira de confirmar privilégios do que um critério objetivo de seleção. Ela estabelece as diferenças e a classificação entre os trabalhadores e beneficia o capital na medida em que divide os trabalhadores.

Para atingir esses objetivos, defendem a universalização da escola pública, com garantia de qualidade de ensino, e se mostram dispostos a modificar a capacidade das instalações dos serviços de aprendizagem que estão nas mãos deles em todo o país, o que, aliás, é uma necessidade não só para os trabalhadores, mas para eles mesmos.

Um exemplo de mudança é o Senai e o Senac. As duas agências estão procurando encontrar o fio da meada. Neste sentido, foi criado o Ciet (Centro Internacional para Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia), que tem como um dos objetivos colocar em prática o Projeto Estratégico Nacional dos Centros de Tecnologia do Senai; ainda pretende criar observatórios permanentes de mudanças no trabalho, na educação e na informação tecnológica.

Em 1992, o empresariado industrial brasileiro divulgou um estudo em que fizeram uma análise da situação do país frente ao processo de globalização, no qual apontavam diretrizes para uma política de modernização competitiva.

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) elaborou o documento⁸⁰ “Mudar para competir – a nova relação entre a competitividade e educação, estratégias empresariais”, no qual analisa a crise do modelo fordista, caracteriza a especialidade da nova base técnica vinculada à microeletrônica e à informática e afirma a necessidade de a educação fornecer uma educação de base geral sólida, a qual considera como elemento primordial para a nova estratégia empresarial.

⁸⁰ Este documento foi discutido pela autora no artigo “Questões do Debate Internacional sobre Educação e Formação de Recursos Humanos, op. cit., p. 143.

Portanto, vincula a relação entre competitividade e educação, frisando que a empresa, para ser competitiva, precisa de um “novo trabalhador”, o qual deve saber fazer e saber pensar. Por isso, defendem que a ação dos empresários em relação à questão educacional deve ser colocada em prática através de: a) participação na gestão de políticas educacionais; b) utilização das instituições de ensino que a indústria já possui, como Senai e Sesi e, c) as empresas irão empreender ações diretas.

Nesta mesma direção, o documento “Educação Fundamental e Competitividade Empresarial – uma proposta para o Governo⁸¹”, coordenado por João Batista Araújo de Oliveira⁸² e Cláudio de Moura Castro⁸³ e outros colaboradores, foi encomendado pelo Instituto Herbert Levy, da *Gazeta Mercantil* e a Fundação Bradesco, com o objetivo de influenciar as políticas educacionais governamentais. Nesse documento, “afirmam a escola básica como dever fundamental do Estado e apresentam diferentes formas pelas quais as empresas podem colaborar com o Poder Público na educação básica e no tipo de educação demandada pelas próprias empresas”. (Pinto, 1999: 143/144).

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 1996, lançou o documento “Competitividade: propostas dos empresários para a melhoria da qualidade da educação”. O pressuposto básico defendido é a contribuição da educação para a sociedade brasileira, a melhoria da qualidade do ensino, o entendimento de que os empresários têm responsabilidade para com a educação e

⁸¹ Também discutido pela autora, conforme a citação anterior.

⁸² João Batista Araújo de Oliveira foi vinculado à INESP e, à época em que o documento foi redigido, servia a OIT, em Genebra. Outros colaboradores, como Antonio C. R. Xavier, Cláudio Gomes Colin A. Macedo, Emilio Marques, Guiomar Namó de Melo e Maria Tereza Infante, ou trabalham em órgãos internacionais como BIRD (Banco Mundial), em órgãos governamentais (caso de Guiomar N. de Melo que atualmente está atuando no Conselho Nacional de Educação) ou neles ainda estão atuando.

⁸³ Cláudio de Moura Castro foi pesquisador do IPEA, coordenador do Programa de Estudos Conjuntos de Integração para a América Latina (1970) e, quando fez parte na coordenação para elaboração do documento era diretor dos Programas de Formação Técnica da OIT. Atualmente, é

propõem cooperação e parceria entre entidades empresariais e educacionais (públicas e privadas) para solucionar o problema.

As prioridades, segundo o documento, para resolver a crise educacional, são: a) investimento em educação básica; b) valorização do profissional da educação; c) implantar projetos de gestão da qualidade nas escolas; d) aumentar o número de vagas nas escolas; e) aprimorar a formação docente e a requalificação profissional e, f) as universidades devem contribuir de forma eficaz.

O Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) já traz proposta com ações diretas e práticas de intervenção que estão em andamento em algumas empresas.

O eixo central é a adoção de escolas públicas, localizadas em bairros carentes, por empresas privadas, viabilizando o seu pleno funcionamento. Nessa proposta, financia-se desde a infra-estrutura, o material escolar e complementa-se o salário dos professores.

4.2.2- O Discurso dos Trabalhadores

O PNBE divulga uma qualificação que vá além dos limites da empresa e garanta renda ao trabalhador. Ou seja, propõe que:

... a questão da qualificação do trabalhador seja vista sob um ponto de vista mais amplo, relacionado com as condições da competitividade sistêmica. Trata-se de pensar não só em como qualificar para gerar empregos, mas também para proporcionar renda a quem não irá consegui-los. Este posicionamento se ancora na constatação de que, diante do avanço da globalização, hoje talvez a maior demanda já não seja a de preparar trabalhadores para a absorção de tecnologias mais modernas. É preciso capacitá-los à transição, de um mundo em que a renda provinha de empregos,

Conselheiro Chefe do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e redigiu, em abril de 1999, o Documento "Estratégias de Capacitacion para El Bid".

para um mundo em que a renda se origina cada vez mais do espírito empreendedor autônomo” (PNBE, maio de 1998).

Analisando as propostas contidas nos documentos de 1992 a 1998, podemos afirmar que as diferenças estão nos objetivos que os levam a defender a reforma educacional. A percepção da realidade faz com que, em certo sentido, avancem nas propostas; ou seja, em 1992 o empresariado relacionava educação diretamente com as exigências da produção; em 1996, o pressuposto é a centralidade da educação para a vida em sociedade, incluindo a construção da democracia, a geração de bens e serviços, realização integral do ser humano e seu bem-estar, para os quais colocavam que todos deviam participar.

Em 1998, o discurso já muda; com o desemprego crescente, consequência da reestruturação produtiva e a crescente incorporação da tecnologia, assumem o consenso de que já não existe mais a possibilidade do pleno emprego. Então a educação deve levar os indivíduos à autonomia, desenvolver o espírito empreendedor. Todo indivíduo deve ser visto como um empresário em potencial.

4.2.2- O Discurso dos Trabalhadores

Os trabalhadores, como fica claro no discurso empresarial e dos responsáveis por sua formação, são as maiores vítimas do processo de globalização que tem como característica a reestruturação produtiva. A realidade mostra o aprofundamento crescente do processo de seleção e das políticas de contratação que, frente ao discurso da participação realizado pelos empresários, os que estão integrados ao mercado de trabalho, ou seja, que possuem um emprego com os direitos que a lei lhe “garantia”, são obrigados a aceitar os esquemas de cooptação e manipulação do capital, os quais fazem parte dos novos métodos de gerenciamento da produção.

O despotismo do capital, no taylorismo, assumia a forma clara do controle dos movimentos físico-mecânicos do trabalho; atualmente se manifesta na forma implícita de controle, pela submissão das dimensões mental/intelectual e da subjetividade do trabalho.

Com o índice crescente do desemprego tecnológico, com as dificuldades do desempregado encontrar uma nova ocupação, a expulsão dos trabalhadores do mercado de trabalho, a dificuldade de os jovens ingressarem no mercado de trabalho, a precarização do trabalho nos setores tradicionais e outros fatores levaram os sindicatos a darem prioridade a estas questões em suas agendas.

A CUT, na IX Plenária Nacional, realizada em agosto de 1999, reafirmou os princípios em relação à educação em geral, que resumo a seguir.

Defende a ampliação da matrícula no ensino médio; para isso o governo deve implementar políticas para o crescimento das vagas nas escolas públicas. Segundo os dados do próprio governo, no país existem 3.500.000 alunos no 2º grau, o que equivale a 16% da população na faixa dos 15 aos 19 anos. Deste total, só 300.000 são alunos das escolas técnicas.

Neste sentido, defende a democratização e revitalização das escolas técnicas de nível médio; esta é uma questão a ser vista como um processo a ser desencadeado em prol dos direitos de cidadania do trabalhador.

No atual estágio de desenvolvimento do País, torna-se imprescindível a existência de uma variada rede de escolas técnico-profissionais, agrícolas e comerciais visando a formação de profissionais para todos os setores da economia. Uma educação técnico-científica abrangente e de bom nível não é incompatível com os requisitos de produção de alta tecnologia e com a inserção do jovem na sociedade moderna em mutação. (Informacut, 257, set. 95: p. 22).

Os cursos técnicos, afirma, constituem um campo fértil e privilegiado para integrar a teoria e a prática através de uma base científica, humanista e tecnológica sólida.

O processo de reestruturação e democratização da escola técnica, a manutenção da qualidade do ensino, exigem que o profissional da educação seja valorizado; isto supõe a remuneração digna, o plano de carreira e uma eficaz política de capacitação docente.

Porém, acrescenta, as necessidades sociais por educação vão além do âmbito da escolaridade formal e exigem uma política educacional que atenda às demandas gerais dos trabalhadores por profissionalização.

O modelo econômico social, embasado nas idéias neoliberais, impõe desafios às organizações dos trabalhadores, como: a) intervenção dos trabalhadores no processo da reestruturação produtiva; b) lutar contra o desemprego e criação de novos postos de trabalho; c) o direito dos jovens ao conhecimento, à profissionalização e ao trabalho; d) propiciar tanto aos empregados quanto aos desempregados o acesso à qualificação e à requalificação; e) lutar contra a discriminação da mulher, o trabalho infantil, a discriminação e o preconceito racial.

Portanto, os trabalhadores, através dos órgãos que os representam, se opõem,

... à concepção restrita de formar para responder às necessidades da produção sob a ótica do lucro, a formação profissional que interessa ao trabalhador é aquela que amplia a satisfação das necessidades múltiplas do ser humano (Informacut 257, 1995:22).

Ou seja, eles se contrapõem à visão do ensino profissional como adestramento de mão-de-obra para o mercado. Pois o vêem com o objetivo de

contribuir para a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e comprometidos politicamente com a luta pela transformação social. Nesse sentido, afirmam que a educação orientada para o trabalho não é só educação profissional, mas, também, educação cultural e política.

Consideram que o acesso à escola básica (ensino fundamental que inclui o ensino médio), para as classes populares é uma condição primordial para uma qualificação e formação humana, pois as capacita a lutar pelos seus direitos fundamentais.

No entanto, a formação básica propiciada pela escola regular não exclui a necessidade de oportunidades de uma formação profissional mais específica realizada por centros públicos ou privados de ensino profissional, por associações sindicais, comunitárias e populares. Por outro lado, sem a garantia da formação de caráter básico, propiciada pela escola pública, gratuita e de qualidade, a formação profissional se tornará simples adestramento (Informacut 257, 1995: 23).

Uma das reivindicações dos órgãos representativos dos trabalhadores é o controle social dos fundos públicos. Defendem que os recursos compulsórios, ou seja, na forma de incentivos fiscais destinados à formação ou à requalificação do trabalhador sejam vistos e administrados como fundos públicos, com a participação dos trabalhadores.

O Senai, além dos treinamentos realizados nas empresas, constitui uma das opções de formação profissional, para a indústria, destinada aos trabalhadores na faixa dos 14 aos 19 anos de idade. O órgão é mantido pela contribuição parafiscal de 1% da folha de pagamento mensal das indústrias⁸⁴; portanto, quem o financia são os consumidores e contribuintes, porém, são administrados pelos empresários.

Os órgãos representativos dos trabalhadores consideram que, por movimentarem um capital de um bilhão e duzentos e cinquenta milhões de dólares (1993), o Senai, o Sesi, o Senac e o Sesc atendem uma parcela pequena de jovens, sendo que, ainda, quem frequenta os cursos oferecidos por esses órgãos precisam pagar por eles. Ou seja, é um público que é privado.

Os trabalhadores, através do movimento sindical, propõem: a) criação de Centros Públicos de Ensino Profissional⁸⁵ articulados em um sistema geral e público de ensino; b) defendem programas de Supletivos Públicos de qualidade; c) criação dos Conselhos Tripartites Paritários⁸⁶; d) institucionalização da Escola Pública, gratuita, laica, universal e de qualidade, responsável pela educação básica (1º. e 2º. graus) articulada com o ensino profissional; e) defendem uma política de formação profissional integrada à Política Nacional de Educação; f) que as Políticas Públicas de Educação e de Ensino Profissional sejam elaboradas com a participação dos trabalhadores; g) que as Políticas Públicas de Educação Básica e de formação profissional sejam direcionadas não só para atender às necessidades das empresas, mas, também, dos trabalhadores e, h) que seja implantado um Sistema Público de Emprego para atender às necessidades de qualificação, requalificação e reingresso do trabalhador no mercado de trabalho.

4.2.3 - O Discurso Governamental e os Programas Implementados

⁸⁴ A contribuição mensal compulsória é das empresas industriais e comerciais, no valor de 1% da folha de pagamento. Os órgãos representativos dos trabalhadores o consideram como fundo público.

⁸⁵ "Esses centros públicos devem tratar da qualificação de jovens e adultos desempregados através do ensino profissional para jovens em idade escolar (modalidades de ensino profissional e de atualização científica cultural); do ensino profissional como parte da educação continuada (alfabetização e pós-alfabetização de adultos, cursos de qualificação e requalificação profissional de empregados e desempregados, cursos de atualização científica, artística e cultural). (Pesquisa DIEESE, N.º 14, maio de 1998: 29/30).

A formação profissional está sendo implementada pelo governo nas três esferas: federal, estadual e municipal, através de órgãos públicos como as Escolas Técnicas e os Centros Federais de Educação Tecnológica. Esses programas têm sustentação legal através de leis, portarias, decretos específicos e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9394/96). As Universidades exercem um papel importante na preparação da força de trabalho de nível superior.

Desde os anos 50, o governo central desenvolveu modalidades de educação profissional, através dos Ministérios da Educação e do Trabalho e, também, acompanhou os programas da iniciativa privada.

Atualmente, os projetos desses Ministérios se materializam através de planos e programas que são desenvolvidos por meio de parcerias estaduais e junto aos municípios do país. Na maioria são projetos de âmbito nacional, com novas formas de financiamento, em geral fundos públicos, que propõem modelos de gestão multipartites, Organizações não-governamentais (ONGs) e outras instituições sociais.

As principais características das propostas atuais do governo para a formação profissional são: descentralização das atividades, utilização de recursos públicos, privados, de financiamento externo e a articulação entre as várias instâncias do poder público.

O Ministério do Trabalho implementa a formação profissional através do Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor), sistematizado em 1995, quando este ministério estava formulando sua política, estratégias e linha de

⁸⁶ Terão por objetivo gerir as agências de formação profissional, supervisionar as atividades do Sistema S (Senai, Senac, Sesi, Sesc, Senar e Senat) além das outras iniciativas complementares ao ensino regular, seja no âmbito federal, estadual ou municipal.

atuação para o período 1995/99, as quais foram apresentadas no documento Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado.

Nesse documento, a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (Sefor) é apresentada como um órgão ligado ao MTB, o qual é responsável pela modernização das relações trabalhistas e articulação da política de emprego, de trabalho e educação profissional no país. O objetivo é integrar a educação profissional a uma política pública de emprego, trabalho e renda, tendo como meta o desenvolvimento sustentável.

Junto com o Sefor também foi ativado o Sistema Nacional de Emprego (SINE) que está constituído em rede nacional (Estados e Municípios do país). O SINE, através das coordenações estaduais, desenvolve programas e atividades nos seguintes campos: Seguro-Desemprego; Intermediação de mão-de-obra; Qualificação Profissional; Pesquisa sobre Mercado de Trabalho; Programas de Apoio e Geração de Emprego e Renda⁸⁷.

Esses programas são financiados com os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e implementados pelas Comissões Estaduais de Emprego, que são órgãos tripartites e paritários com representantes dos empresários, dos trabalhadores e do governo.

A essas Comissões Estaduais de Emprego, de acordo com a Resolução n.º 126 do Codefat, de outubro de 96, cabe a homologação dos Planos Estaduais de Qualificação (PEQ), os quais devem desenvolver ações de qualificação e requalificação profissional.

Segundo o discurso governamental, essas estratégias almejam produzir avanços conceituais, articulando temas e questões relativas às transformações que

⁸⁷ Resoluções N.ºs 96 e 97 de outubro de 95 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat).

estão ocorrendo no mundo do trabalho; visam promover articulações institucionais com agências de ensino e formação profissional, apoiar a sociedade civil na questão da qualificação e requalificação profissional, priorizando desempregados e populações excluídas, principalmente os grupos considerados críticos, como os jovens e as mulheres.

Essas metas, segundo o governo, devem ser consolidadas através dos programas de educação profissional nacionais, estaduais e emergenciais devido à crise atual e ao processo de reestruturação produtiva.

O Programa⁸⁸ Reforma da Educação Profissional (Proep), do Ministério da Educação e em acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), está sendo implementado e executado pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec) e, também, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego.

O objetivo do Proep, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, é a expansão, modernização, melhoria da qualidade e contínua atualização da Educação Profissional no país, via: a) ampliação e diversificação da oferta de vagas; b) adequação dos currículos e cursos às necessidades do mundo do trabalho e, c) qualificação, reciclagem e reprofissionalização de trabalhadores.

Estes pontos independem do nível de escolaridade e da formação e habilitação de jovens e adultos, tanto no nível técnico quanto no tecnológico. A atuação se dará nos seguintes aspectos:

⁸⁸ "O Projeto foi criado em 1997, a partir de um contrato de empréstimo entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Trata-se de um Projeto de US\$ 500 milhões, dos quais US\$ 250 milhões são provenientes do próprio BID e os outros US\$ 250 milhões são recursos da contrapartida do Brasil, oriundos do orçamento do Ministério da Educação e do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador". (Folder do PROEP, MEC, 1998).

- 1- Reforma ou ampliação das instituições federais de educação profissional – trata-se de adequar as instituições federais de educação profissional às novas diretrizes estabelecidas pela legislação, com o objetivo de transformá-las em centros de referência para o desenvolvimento dessa modalidade “complementar” de educação no país;
- 2- Reordenamento dos sistemas estaduais de educação profissional – visa compatibilizar a oferta com a demanda do mercado de trabalho, evitando ações em duplicidade das diversas instituições que atuam no setor; assim os papéis de cada uma serão definidos. O reordenamento tem como objetivo o fortalecimento institucional e técnico dos sistemas estaduais de educação profissional.
- 3- Expansão e atendimento do segmento comunitário – refere-se ao apoio às iniciativas de entidades que representam a sociedade civil organizada, que atuam ou que pretendam atuar na área de educação profissional, como: sindicatos patronais ou de trabalhadores, de qualquer área profissional; instituições privadas sem fins lucrativos, de preferência articuladas em parcerias, com a participação ou não do poder público⁸⁹.

O Proep financia Projetos de Infra-Estrutura, de Gestão da Educação Profissional, Desenvolvimento Técnico-Pedagógico e Capacitação de Recursos Humanos.

⁸⁹ No Seminário Paranaense de Educação Profissional, ocorrido em Curitiba nos dias 21 e 22/10/99, a Prof.^a Magda Rejane Araújo Soares (Mec/Sentec/Proep) apresentando o “Proep – financiamento da Educação Profissional” informou que os projetos já enviados esgotavam os recursos e que a preferência na aprovação dos mesmos seria para os Projetos Escolares do Segmento Comunitário ou Associações de Direito Privado.

Os projetos de infra-estrutura referem-se à construção, reforma ou ampliação de escolas ou centros de educação profissional, bem como aquisição de equipamentos técnicos e pedagógicos, administrativos e materiais pedagógicos.

Quanto à Gestão da Educação Profissional, visa conceber e implementar os Conselhos de Administração e Ensino; desenvolver e implementar sistemas de informação sobre a educação profissional e de modelos de gestão escolar articulando escola e comunidade.

Os projetos de Desenvolvimento Técnico-Pedagógico devem ter como objetivo o estudo local do mercado de trabalho possibilitando a construção e atualização de currículos adequados às novas exigências do mundo do trabalho e a capacitação de Recursos Humanos refere-se a cursos de capacitação de docentes e dos profissionais das áreas técnico-pedagógica e administrativa.

Em 1996, o MEC apresentou o Projeto de Lei N.º 1.603/96 sobre Educação Profissional, cujo objetivo geral foi a reforma do ensino técnico e a reestruturação das escolas técnicas federais e estaduais. Este projeto causou grande polêmica, gerando debates entre os trabalhadores na área da educação, o governo e especialistas em política educacional. O projeto foi aprovado como Decreto N.º 2.208/97 e propõe uma sintonia entre a escola e o mercado de trabalho.

A atual reforma da educação, imposta pelo governo, tende a mudar o ensino, sacrificando os aspectos qualitativos da ciência, da tecnologia e do exercício da cidadania. A recente reforma do Ensino Técnico explicita claramente a separação entre teoria e prática e a dissociação dos conhecimentos geral e específico. A educação está sendo colocada a serviço dos processos de modernização do país, a fim de atender às novas exigências do mercado de trabalho, derivadas da necessidade de produtividade e competitividade. Neste meio, o ensino, um patrimônio nacional, é subordinado aos interesses do capitalismo, colocando em risco a própria soberania nacional (Nogueira, 1997:64).

O mentor do projeto foi Cláudio de Moura Castro, conselheiro do BID, que, entre outras sugestões, propôs a separação progressiva entre a parte acadêmica e a técnica no 2.º Grau⁹⁰.

Outra iniciativa do governo federal é o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI). Desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP); estes órgãos constituíram uma comissão tripartite para discutir os problemas da educação no país e apresentar propostas. O resultado foi o documento “Questões críticas da Educação Brasileira”, sistematizado em 1995. Nele, apontam diagnósticos e propostas sobre a educação e suas relações com a tecnologia, a qualidade e a produtividade em consenso entre as três partes.

Como pudemos mostrar, existem inúmeras iniciativas na área da educação profissional; algumas antigas, outras ainda em implantação; portanto, sem condições de serem avaliadas, porém, entre os dados disponíveis pode-se verificar o desempenho dos mesmos.

Indicadores da Educação Profissional – Brasil – 1996

Educação Profissional	Escolas Técnicas	Sistema “S”	PLANFOR	TOTAL
Usuários (em mil)	700,0	3.000	1.193,1	4.893,1
Gastos (em mil R\$)	1.000.000,0	2.000.000,0	269.000,0	3.269.000
Total de Horas /				
usuário	n.d.	83,7	102,8	
Gasto usuário (R\$)	1.428,57	666,67	225,5	

FONTE: MTB apud Pochman, “O Trabalho sob Fogo Cruzado”, p. 125, 1999, Contexto.

⁹⁰ O Parecer N.º 16/99, sobre a educação profissional, aprovado em 05/10/99, “atendeu” esta proposta do Conselheiro do BID.

4.3.- Os Planos Nacionais de Educação: um jogo de forças entre progressistas e conservadores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9394/96) no seu artigo 87, parágrafo 1.º, estabelecia até 23/12/97 o prazo limite para ser encaminhado ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação e a Constituição Federal (1988), no Artigo 214, atribuía à sociedade a tarefa de elaboração do PNE, o qual deveria estar imbuído dos princípios contidos na Declaração Mundial da Educação para Todos.

Com o objetivo de propor e consolidar no país um projeto de educação democrático que retomaria direitos que constam da Constituição Federal (1988), já abandonados pelo governo, setores organizados da sociedade civil, através de suas entidades científicas, acadêmicas, sindicais, estudantis tanto em âmbito nacional como local, e de uma parcela da sociedade política representada por algumas administrações municipais e alguns parlamentares se organizaram e promoveram um amplo debate para construir um PNE.

Essas entidades programaram diversos eventos, sendo um deles o I Congresso Nacional de Educação (I Coned – 1996), além de Seminários Temáticos Nacionais e Locais e debates viabilizando discussões sobre a educação brasileira com a participação de toda a sociedade civil organizada. Essa primeira etapa possibilita a organização do II Coned (1997), que, através das discussões ocorridas nas mesas redondas, conferências, apresentações de trabalho, comunicações, plenárias temáticas e final fornecem subsídios para a sua comissão organizadora sistematizar os resultados dos debates, o que dá origem ao Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira.

Como se vê, foram dois anos de discussões; resgatou o método democrático de construção de um plano nacional ouvindo os mais diversos setores com amplos debates. Este, portanto, não é um projeto de gabinete.

...é um documento referência que contempla dimensões e problemas sociais, culturais, políticos e educacionais brasileiros, embasado nas lutas e proposições daqueles que defendem uma sociedade mais justa e igualitária e, por decorrência, uma educação pública, gratuita, democrática, laica e de qualidade, para todos, em todos os níveis. (PNE- Soc. Bras., Apres., 1997).

O PNE-SB⁹¹ apresenta-se como uma alternativa ao modelo vigente, o governamental, constituindo-se num projeto político-pedagógico para a educação brasileira, pautado na ética e na participação de todos; opõe-se às propostas privatistas que estão sendo implementadas, com enfoques economicistas, pois vinculam educação e desenvolvimento com o objetivo de formar recursos humanos. Portanto, não concebem a educação como um instrumento a que todos devem ter acesso, propiciando o crescimento da probabilidade da criação científica, artística e cultural com o objetivo de emancipação social e política do ser humano.

As visões que subjazem a este Plano indicam seu referencial maior: mudar o modelo social vigente, transformar a sociedade, tornando-a de fato democrática. Tal transformação requer um projeto de desenvolvimento nacional que tenha como centro, em suas dimensões econômica, social, cultural e política, o aperfeiçoamento e a dignificação do homem, não do mercado. (PNE-SB, Intr., s.p.)

Tendo exata perspectiva como parâmetro, coloca-se como meta a busca do desenvolvimento auto-sustentado, sendo que o Estado deve ser o referencial de articulação e indicação para o fortalecimento do mercado interno, para uma política econômica que fortaleça a geração de empregos e de renda, a reforma agrária, uma efetiva política agrícola, uma política de Ciência e Tecnologia, sempre de acordo com as necessidades do país.

⁹¹ Utilizaremos PNE - SB para indicar que estamos nos referindo ao PNE- Proposta da Sociedade Brasileira e PNE-MEC ao nos referirmos a proposta do governo.



O Estado, de acordo com essa proposta, deve ter uma visão crítica sobre a questão do processo de globalização econômica e cultural. Trata-se de entender as situações de competitividade dos Blocos Econômicos e do mercado mundial, mas de não aceitar esse processo como inevitável, ao qual só restaria ao país inserir-se de forma subalterna, ou seja, para servir aos interesses do capital.

Nessa visão, a educação escolar é um instrumento de suma importância para se atingir o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do Brasil e de sua população; ela é que deve possibilitar a garantia dos direitos básicos de cidadania e da liberdade pessoal.

A educação é aqui entendida como um instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país. (PNE – SB, Intr., s.p.)

Partindo dessa citação traço os conceitos-chave da proposta de forma resumida, que são: qualidade social, inclusão, homem, escola, mundo e construção social.

- 1- qualidade social – significa propiciar educação escolar com padrão de excelência e adequada aos interesses da maior parcela da população; com essa formulação coloca-se como necessidade desenvolver os valores de solidariedade, justiça, honestidade, autonomia, liberdade e cidadania. É imprescindível, para o desenvolvimento desses valores, que a consciência moral e a ação (agir) também sigam padrões éticos; portanto, esses valores também precisam ser desenvolvidos;
- 2- inclusão – a inclusão é uma consequência da educação de qualidade social; através dela os brasileiros tornam-se aptos ao questionamento, à problematização e à tomada de decisões.

Incluir significa possibilitar o acesso e a permanência, com sucesso, nas escolas, significa gerir democraticamente a educação, incorporando a sociedade na definição das prioridades das políticas sociais, em especial, a educacional. (PNE-SB – Intr., s.p.)

3- homem – é concebido como ser ativo, crítico, que constrói sua cultura, a história e, portanto, a sociedade em que vive. Assim, necessita de uma ampla educação que lhe propicie formação ampla, desenvolvendo valores e atributos próprios da cidadania e não só indivíduos consumidores e competitivos;

4- escola – é redefinida como o local democrático onde são elaborados valores, “a tolerância e respeito às diferenças, de produção e disseminação de conhecimento e de convivência humana e social, cultural e política” tendo como parâmetro a realidade das relações sociais e de trabalho.

Deve ser garantida e financiada pelo Estado e construída pela comunidade (alunos, pais, professores, técnicos-administrativos e funcionários); é o espaço comum de trocas e elaboração de experiências visando articular ações necessárias para solucionar os problemas da comunidade, propiciando o desenvolvimento de todos.

5- mundo/sociedade – meio no qual ocorre a formação para a cidadania, “devem ser forjados através da solidariedade que busca incessantemente a inclusão”, deve abarcar todos os setores sociais excluídos (crianças pobres, jovens e adultos trabalhadores e desempregados, pessoas que precisam de educação especial) e as minorias (negros, índios e homossexuais);

6- construção coletiva – refere-se à formulação do currículo, que deverá ser atualizado constantemente, pois deve incorporar “os avanços da ciência e da tecnologia aos programas e práticas escolares”.

Com estrutura multidimensional (ética, histórico-filosófica, político-social, étnica, cultural e técnico-científica), incorporando

todo o conhecimento elaborado pela humanidade, é um instrumento de desenvolvimento e mudança das pessoas, tendo em vista a interpretação da realidade e a articulação das ações coletivas necessária à solução dos problemas. (PNE – SB – Intr., s.p.).

No processo de construção coletiva, a proposta para a avaliação é que esta se constitua em um processo contínuo, de acordo com os objetivos estabelecidos em cada etapa do trabalho pedagógico. Através dela todos os envolvidos com a questão educacional darão conta dos acontecimentos, apropriar-se-ão da situação, “reconhecendo a diversidade e a complexidade do problema educacional e referenciando o aperfeiçoamento constante dos sistemas e das práticas educacionais”(PNS-SB- Intr., s.p.).

Nessa perspectiva, só tem sentido uma gestão democrática que propicie a democratização do acesso e a permanência das crianças e jovens nas escolas, reconhecendo o valor do profissional da educação e da educação de qualidade para todos, organizando a sociedade e consolidando a cidadania, pois, “a escola pública pertence ao público, que decide sobre o projeto pedagógico com o qual todos se comprometem, desempenhando seu papel com competência e responsabilidade”. (PNE- SB- Intr.- s.p.).

O PNE-MEC, ao contrário do PNE-SB⁹², ficou limitado a discussões com alguns interlocutores da área educacional.

...não representou a exclusão de outros setores sociais, pois, ao deflagar o processo de formulação do PNE, o MEC explicitou o seu entendimento de que caberia ao Congresso Nacional, na etapa que agora se inicia, o papel de ampliar o debate, de forma a abranger o conjunto da sociedade brasileira. Desta forma, o Legislativo se constituirá no legítimo estuário das propostas e manifestações das diferentes correntes de opinião.(MEC/INEP, 1997:5).

⁹² O PNE-SB foi protocolizado em 1997 e a proposta do MEC no início de 1998. Assim, segundo Cury (1998:170), a proposta do Coned ganha status de proposta dirigente.

Ao Legislativo foi atribuída a responsabilidade de dar início a um processo, tendo por base dois projetos diferenciados e conflitantes. O PNE-MEC representa uma tentativa de composição; entende que dessa forma legitima a democracia representativa e viabiliza a concretização de um projeto cuja racionalidade é a financeira, pois,

...a partir de 1990 a "racionalidade financeira" é a via de realização de uma política educacional cujo vetor é o ajuste aos designios da globalização através da redução dos gastos públicos e diminuição do tamanho do Estado visando tornar o país atraente ao fluxo do capital financeiro internacional. (Saviani, 1998:92).

Já o PNE-SB, orientado pela democracia participativa, segundo Saviani, tem uma racionalidade de natureza social; assim, o horizonte dessa proposta em relação ao uso adequado dos recursos é a realização do valor social da educação. Com o intuito de mostrar os pontos básicos das duas propostas, resumimos os mesmos no quadro abaixo, fazendo uma comparação entre elas.

Síntese das duas propostas

PONTOS	PNE-MEC	PNE-SB
GESTÃO EDUCACIONAL	Concepção de gestão da década de 70. Ênfase na informatização, controle e gerenciamento profissional; as decisões são centralizadas no poder executivo e as tarefas são executadas pela sociedade	Descentraliza e democratiza o poder do Estado, fortalecendo a sociedade civil e responsabilizando o poder público pelas políticas e de atendimento aos direitos sociais.

²⁰ Na comissão de Educação da Câmara Federal foi aprovado substitutivo do relator deputado Nelson Marchezan com o percentual de 7%.

FINANCIAMENTO ⁹³ DA EDUCAÇÃO	Não prevê a origem dos recursos. Valor por aluno é de C\$315,00; ao final da década de 6,5% do PIB (sendo 1% do setor privado). Atualmente aplica-se 4,7% do PIB.	10% do PIB; US\$ 1.000 por a/a no ensino fundamental.
FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	Qualificação em massa, formação em serviço ou Educação à Distância. Cursos modulares (retomada das licenciaturas curtas)	A formação deve ser articulada com a produção do conhecimento e ocorrer nas universidades (licenciatura plena). Propõe a formação continuada com afastamento do trabalho.
EDUCAÇÃO BÁSICA	Não trata da educação básica e nem do ensino médio. A prioridade é o ensino fundamental (7-14 anos). Não discute a educação escolar de jovens e adultos e educação especial.	Engloba a educação infantil, o ensino fundamental, ensino médio, educação especial e educação de jovens e adultos.
EDUCAÇÃO INFANTIL	Não está assegurada; cabe aos municípios.	É um dever do Estado. Dos 0-3 anos em creches e de 4-6 anos nas pré-escolas.
ENSINO FUNDAMENTAL	Oferta aos alunos na idade própria e proposta de ampliação dentro de	A partir de 1998 deverá ser

⁹³ Na comissão de Educação da Câmara Federal foi aprovado substitutivo do relator deputado Nelson Marchezan com o percentual de 7%.

		cinco anos para as crianças a partir de 6 anos.	universalizado em dez anos.
ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL	E	Aumento das vagas só no diurno e vincula o acréscimo de vagas (80%) à conclusão do Ensino Fundamental. A educação profissional apresenta-se como educação tecnológica e formação profissional. Extinção do ensino técnico em cinco anos.	Deve ser universalizado (100%) em dez anos; é responsabilidade do poder público; deve atender em cinco anos a demanda reprimida. Formação integral; revogação do Decreto 2.208/97; educação profissional nos níveis fundamental, médio e superior. Nos sistemas públicos de ensino. Redefinição do sistema S.
EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS	DE E	Exames supletivos, Educação à Distância. Propõe aumentar em duas vezes em cinco anos e quatro vezes em dez anos o número de vagas nos cursos supletivos de ensino médio.	Está incluído na educação básica. Programas de erradicação do analfabetismo, ensino fundamental. Ensino médio, ensino supletivo e cursos profissionalizantes.
EDUCAÇÃO ESPECIAL		É responsabilidade de Estados e Municípios; recursos das Ongs;	Dever do Estado e integra-se aos

	parcerias; 1% a 5% dos recursos vinculados; deve ser uma modalidade de educação escolar no interior dos níveis de ensino.	diferentes níveis de ensino
EDUCAÇÃO INDÍGENA	Dever dos Estados, municípios e Ongs; as escolas são autônomas, porém o MEC estabelece as Diretrizes Curriculares. É uma modalidade de educação; dentro de dois anos as SEEDs devem criar um setor específico para elas.	Concebe a educação de forma ampla e democrática. Neste sentido, engloba todas as concepções, culturas, etnias, princípios e orientações de acordo com a Constituição de 1988.
EDUCAÇÃO SUPERIOR	Garante a manutenção das universidades de pesquisa; manter a proporção da oferta de vagas, sendo 40% no setor público e 60% no setor privado.	Cabe ao Estado financiar o ensino, a pesquisa e atividades de extensão nas universidades e instituições de ensino superior público e estatais; em dez anos aplicar 2,7% do PIB. Ampliar o n.º de vagas.

Elaborado pela autora com dados extraídos das duas propostas.

Fazendo uma análise superficial, nota-se que a proposta do MEC conta com o existente e, quando o amplia, o faz numa perspectiva conservadora; ou seja, “o plano guia uma ação já em curso cujos contornos estão construídos”.

(Cury, 1998:178). A proposta da sociedade brasileira para atingir suas metas necessita que a estrutura social do país seja reordenada.

O texto do CONED opera com convicções cujo quadro maior supõe uma mudança política, que se faria acompanhar de uma mudança legal. A mudança política possibilitaria, simultaneamente, a desoficialização da atual proposta do executivo e a oficialização de uma proposta que ainda não é oficial. A mudança política suposta contém dentro de si a substituição das autoridades hoje existentes e hegemônicas por outras de cujas ações resultarão alterações maiores nas esferas do sistema social e jurídico. Dessas ações gerar-se-iam resultados mais benéficos, mais valiosos e mais progressistas para todos do que os existentes, apoiados que estão no atual "bloco de poder". (Cury, 1998:178).

Vemos, assim, uma proposta que se identifica com o realismo conservador contrapondo-se ao de toda a sociedade; porém, esta depende de transformações políticas e legais que, neste momento, são de difícil realização, pois defronta-se com a continuidade de governo. Porém, não se pode esquecer que a educação ocupa uma posição hierárquica de dependência política, mas esta é o resultado do "jogo entre as forças políticas e as forças sociais como meio de democratização e cidadania". (Cury, 1998:179).

Não é um despropósito lutar, sob o capitalismo, para a consolidação de uma escola única, laica, pública e de qualidade. Conquistar, passo a passo, algumas reivindicações possibilita a conquista definitiva. O processo de construção de uma nova sociedade é longo e sua concretização depende de como o processo foi constituído.

Além de que, lutar pela transformação da escola e consolidação de uma educação pública de qualidade insere-se na luta global de transformação da sociedade, pois, a escola constitui-se em lugar de luta pela hegemonia de classe.

4.4- A Proposta para a Educação Profissional – o Parecer N.º 16/99

As discussões em torno da reestruturação da educação profissional tiveram início no Brasil em 1993. Como mostramos, de lá para cá, várias medidas foram tomadas pelo Ministério da Educação e órgãos a ele ligados. Inúmeros documentos foram produzidos, tanto por empresários, trabalhadores e organismos internacionais⁹⁴. Como se pode demonstrar, a formação profissional é ponto chave nas agendas do governo, empresários, sindicatos, agências de formação e outros interessados.

Ocorre que vivemos um momento em que em todo o mundo cresce o conhecimento e a capacidade de produzir riquezas mas, a cada dia cresce a incerteza sobre a própria sobrevivência do ser humano. As incertezas são muitas: como conseguir alimentos, onde morar e como, saúde, proteção, educação e trabalho ou desemprego?

A formação profissional, no contexto que procuramos desenvolver desde o início do trabalho, está sendo vista como uma resposta estratégica, porém desafiante, aos problemas oriundos da globalização econômica, pela reestruturação produtiva, a necessidade da qualidade e da competitividade, pelas transformações do mundo do trabalho e, o cada vez mais crescente, desemprego estrutural.

⁹⁴ Entre os documentos dos Organismos Internacionais destacamos: 1- Educacion y conocimiento: eye de la transformacion productiva com equidade (Cepal – Unesco, 1992); 2- Prioridades y estrategias para la educacion, Banco Mundial, maio 1995, versão preliminar; 3- Cómo lograr resultados: el programa del Banco Mundial encaminado a aumentar la eficacia del desarrollo. Banco Mundial/Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (BIRF), Washington D.C., 1993; 4- Informe Final da Quinta Reunión del Comité Regional Intergubernamental del Proyecto Principal de Educación em América Latina y el Caribe. Unesco, Santiago, 1994; 5- La educación como catalizador del progreso: la contribución del Banco Interamericano de Desarrollo. Este documento foi preparado por Claudio de Moura Castro et al da Unidad de Educación del Departamento de Desarrollo Sostenible em abril de 1998; 6- Estratégias de Capacitación para el BID – Claudio de Moura Castro – Reunión de la Comisión Técnica, Montevideo, 08 a 10/04/99.

A educação profissional é considerada fator essencial para o exercício da cidadania, em diversos documentos nacionais, como a Constituição Federal, a Lei Federal N.º 9.394/96 (LDB), o Parecer N.º 16/99⁹⁵ e o Decreto N.º 2.208/97. A Constituição Federal de 1988, a garante:

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na Lei 9.394/96, no Art. 36, parágrafo 2.º, garante-se que “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”; no Capítulo III, que trata da Educação profissional, afirma-se:

Art. 39 – A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.
Parágrafo Único – O aluno matriculado ou egresso no ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40 – A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41 – O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Parágrafo Único – Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art. 42 – As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à

⁹⁵ O Parecer 16/99 aprovado em 05/10/99 traça “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico”. A Comissão Especial que o relatou foi constituída pelos Conselheiros Fábio Luiz Marinho Aida (Presidente), Francisco Aparecido Cordão (Relator) e Guiomar Namo de Mello.

comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Com base na legislação que transcrevemos acima e entendendo a necessidade de reestruturação da educação profissional no país, o Conselho Nacional de Educação através da Câmara de Educação Básica instituiu uma Comissão Especial, em 23/10/98, para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional que foi aprovada, através do Parecer 16/99, em 05/10/99.

A comissão relata que o documento foi elaborado após serem ouvidos todos os interessados, como os profissionais da área da educação profissional, educadores, pesquisadores, sindicatos patronais e de trabalhadores, universidades e organizações do magistério. Também, afirmam, foram realizados debates, seminários tanto nos Conselhos Estaduais de Educação, quanto em eventos organizados por Secretarias Estaduais de Educação em várias cidades brasileiras.

Nas diretrizes⁹⁶, as premissas básicas são:

... possibilitar a definição de metodologias de elaboração de currículos a partir de competências profissionais gerais do técnico por área; e cada instituição deve poder construir seu currículo pleno de modo a considerar as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico com flexibilidade e a atender “as demandas do cidadão, do mercado e da sociedade” (grifos meus) (DCNEP, 1999:4/15).

Portanto, por mais que se argumente contra a tese de que este nível de ensino visa atender ao mercado, ele mesmo já coloca isto como uma das premissas. Uma inovação são as áreas e a flexibilidade curricular que vem ao

⁹⁶ “Estas diretrizes dizem respeito somente ao nível técnico da educação profissional, uma vez que o Decreto N.º 2.208/97 não dispõe sobre diretrizes para o nível básico, que é uma modalidade de educação formal e não está sujeito a regulamentação própria da educação superior”. (DCNEP, 1999:4)..

encontro das necessidades constantes de mudança nos cursos, devido às mudanças no mundo do trabalho.

A educação profissional, segundo o documento, pode ser desenvolvida em *articulação* com o ensino regular ou em modalidades que contemplem estratégias de educação continuada, podendo ser realizadas em escolas de ensino regular, em instituições especializadas ou nos ambientes de trabalho (empresas, indústrias, etc.). Os autores da proposta (DCNEP) esclarecem que

...o termo articulação, empregado no artigo 40 da LDB, indica mais que complementaridade: implica em intercomplementaridade mantendo-se a identidade de ambos; propõe uma região comum, uma comunhão de finalidades, uma ação planejada e combinada entre o ensino médio e o ensino técnico(DCNEP, 1999:24).

De acordo com o Decreto N.º 2.208/97, que regulamenta algumas das disposições fixadas na nova LDB (9.394/96), a educação profissional passou a ser organizada em três níveis:

- 1- Básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores independente de escolaridade prévia.
- 2- Técnico: objetiva proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio.
- 3- Tecnológico: corresponde a curso de nível superior na área tecnológica; destinam-se a egressos do ensino médio e técnico.

O nível básico é uma forma de educação não-formal, duração variável e não exige regulamentação curricular. Porém, os concluintes recebem certificados, ou seja, não são diplomados.

O nível técnico deverá ter organização curricular própria e independente do Ensino Médio; pode ser oferecido ao mesmo tempo ou em sequência, ou seja,

o aluno pode fazer os dois cursos simultaneamente, porém, para obter o diploma de Técnico deve primeiro concluir o Ensino Médio.

O ensino profissional também foi dividido em três setores pelo Decreto 2.208/97: setor primário (cursos na área de agropecuária, agricultura, pecuária...); setor secundário (cursos na área mecânica, eletromecânica, eletrônica, telecomunicações...) e setor terciário (cursos na área de administração, contabilidade, publicidade, comércio ...).

O nível tecnológico corresponde aos cursos de nível superior, estruturados no sentido de atender todos os setores da economia, em áreas especializadas e confere o diploma de Tecnólogo. Justificam a divisão em níveis afirmando:

Um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu com o desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas agregadas à produção e à prestação de serviços e pela crescente internacionalização das relações econômicas. Em consequência, passou-se a requerer sólida base de educação geral para todos os trabalhadores; educação profissional básica aos não qualificados; qualificação profissional de técnicos; e educação continuada, para atualização, aperfeiçoamento, especialização e requalificação dos trabalhadores. (DCNEP, 1999:7/8).

Esta nova configuração da educação profissional, afirma o documento, é o resultado das exigências apontadas por estudos realizados desde a década de 70; eles concluíram que agora são necessários “profissionais mais polivalentes, capazes de interagir em situações novas e em constante mutação”. (p. 8).

Uma maior qualificação passa a ser exigência das empresas. Além da agilidade normal, são necessárias novas competências, como inovação, criatividade, trabalho em equipe, autonomia; essas competências são mediadas pelas novas tecnologias da informação. Assim, “as mudanças aceleradas no sistema produtivo passam a exigir uma permanente atualização das qualificações e habilitações existentes e a identificação de novos perfis profissionais”. (p. 8).

Uma questão contraditória na legislação é quanto ao nível em que se situa a educação profissional; o Parecer 16/99 afirma que “são dois os níveis de educação escolar no Brasil – a educação básica e a educação superior”. (p.16).

A educação básica inclui o Ensino Médio; o aluno pode fazer o Médio e o Profissional ao mesmo tempo; porém, para se diplomar no Ensino Profissional ou Técnico exige-se que o aluno tenha o diploma do Ensino Médio.

O Ensino Médio⁹⁷ é concebido, na proposta aprovada, “como uma etapa de consolidação da educação básica, de aprimoramento do educando como pessoa humana, de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental para continuar aprendendo e de preparação básica para o trabalho e a cidadania”. (DCNEP, 1999:15). Ou seja, até o aluno ingressar no ensino médio deve ter sido desenvolvida nele a capacidade de continuar aprendendo as habilidades básicas e uma formação geral, que, até então não era preocupação, pois não era uma necessidade do sistema produtivo. E,

Após o ensino médio, a rigor, tudo é educação profissional. Nesse contexto, tanto o ensino técnico e tecnológico quanto os cursos sequenciais por campo de saber e os demais cursos de graduação devem ser considerados como cursos de educação profissional. A diferença fica por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária”. (grifos meus) (DCNEP, 1999: 15/16).

Uma conclusão a ser tirada é que um objetivo implícito é o de propiciar uma formação “flexível”, pois permite-se ao aluno/trabalhador fazer vários cursos técnicos ao invés de tentar o ingresso no curso superior. Na Legislação anterior,

⁹⁷ Na página 22, das DCNEP, os objetivos do Ensino Médio são assim definidos: “Objetiva a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos. Visa a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando. Capacita para continuar aprendendo e para adaptar-se com flexibilidade às novas condições de trabalho e às exigências de aperfeiçoamento posteriores”.

5.692/71 e 7.044/82, o ensino médio e o técnico profissionalizante eram equivalentes; agora, com a exigência do ensino médio para poder concluir o técnico, acabou-se a equivalência, porém, continua sendo 2.º grau, mas denomina-se pós-médio.

Os sistematizadores da proposta afirmam que isto significa “devolver ao ensino médio a missão e carga horária mínima de educação geral, que inclui a preparação básica para o trabalho, e direcionar os cursos técnicos para a formação profissional em uma sociedade em constante mutação”. (p. 22).

Como já afirmamos anteriormente, flexibilidade, adaptabilidade e mutação não devem ser vistos como processos que ocorrem apenas na sociedade e no mundo do trabalho, mas com a vida do indivíduo: flexibilidade de formação passa a ser “vários” cursos; adaptabilidade a ocupar várias funções e mutação é a constante mudança de emprego, que, em outros termos, na ideologia neoliberal, tem o nome de “empregabilidade”. O próprio texto do Parecer faz a seguinte afirmação:

O mundo do trabalho está se alterando continua e profundamente, pressupondo a superação das qualificações restritas às exigências de postos delimitados, o que determina a emergência de um novo modelo de educação profissional centrado em competências por área. Torna-se cada vez mais essencial que o técnico tenha um perfil de qualificação que lhe permita construir itinerários profissionais, com mobilidade (grifos meus), ao longo de sua vida produtiva. Um competente desempenho profissional exige domínio do seu “ofício” associado à uma sensibilidade e prontidão para mudanças e uma disposição para aprender e contribuir para o seu aperfeiçoamento. (Parecer da Resolução N.º 4, 1999: 20)

O “novo profissional” do curso técnico, além das vantagens já apontadas, terá uma escolaridade básica sólida e uma educação profissional “ampla e polivalente”, pois, a revolução tecnológica e o processo de reorganização do trabalho está exigindo, “dos trabalhadores, em doses crescentes, maior capacidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e

espírito empreendedor, bem como capacidade de visualização e resolução de problema”. (Parecer da Resolução N.º 4, 1999:20)

Como pudemos demonstrar no decorrer deste capítulo as novas exigências, no mundo do trabalho e na educação, ou seja, sobre as instituições formadoras, desde a escola básica quanto as diversas outras formas de educação profissional, na análise do Parecer 16/99, o discurso dos atores (patrões, sindicatos ...) permeia todo o documento.

Percebe-se que o Parecer 16/99, aprovado através da Resolução N.º 04/99, como a Lei 9.394/96, está legitimando um projeto de educação pensado e expresso “nos discursos” dos envolvidos com a atual visão do processo de globalização e, inclusive, por aqueles que, não tendo as condições para fazer a crítica, assumem o discurso como algo que não tem como ser mudado.

O momento presente, devido a todo o processo de mudanças, não permite uma clareza do real, impedindo, assim, que as saídas para o impasse em todos os setores da vida na sociedade sejam vislumbradas; porém, algo que está claro é a forma que a globalização assumiu, que nada mais é usar de todos os artifícios para a recomposição das perdas do capital, ou melhor, tentativas para impedir o agravamento da crise de acumulação. Uma das estratégias é voltar-se contra as duras conquistas, alcançadas ao longo do século, pela classe trabalhadora.

No caso brasileiro, as conquistas ficaram em grande parte, na letra da lei, pois, agora, em nome do ajuste à globalização e à competitividade econômica estão sendo revistos.

Com o bloco conservador no poder, por três vezes seguidas, articulou-se a reforma do Estado e, conseqüentemente, da educação em todos os níveis, ajustado à nova era: à do mercado. Com o apoio dos organismos internacionais, que incluíram a educação em seu campo de atuação, esses e o bloco conservador

constituem-se nos elementos formuladores da política educacional para os países que *precisam* realizar o ajuste estrutural, ditando as diretrizes da organização, as prioridades e os conteúdos.

Assim, o projeto educacional, da escola básica até a pós-graduação, direciona-se para uma concepção produtivista, cujo objetivo é o de desenvolver habilidades de conhecimento, de valores e atitudes e de gestão da qualidade, definidos no mercado de trabalho, visando formar nos alunos, futuros trabalhadores para o trabalho incerto, para um “quantum” de competências que lhes assegurem empregabilidade. No Parecer,

...ser competente é ser capaz de mobilizar conhecimentos, informações e até mesmo hábitos, para aplicá-los, com capacidade de julgamento, em situações reais e concretas, individualmente e com sua equipe de trabalho (...)Entende-se por competência profissional a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimento e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho(...)... alguém tem competência profissional quando constitui e mobiliza, de forma articulada, conhecimentos, habilidades e atitudes para a resolução de problemas não só rotineiros, mas também inusitados em seu campo de atuação profissional. (Parecer da Resolução N.º 4, 1999: 32/33)

O Parecer afirma que a educação profissional “se for eficaz para aumentar a laboralidade contribui para a inserção bem sucedida no mercado de trabalho, ainda que não tenha poder, por si só, para gerar emprego”. (p.28)

Portanto, não se pode negar que o ser humano, quanto mais formação tiver, mais chances terá de encontrar uma “ocupação”; porém, os empregos não passarão a existir apenas porque há mais pessoas com uma máxi educação ofertando sua força de trabalho no mercado.

O que vem ocorrendo com o ensino médio e técnico e com a formação e qualificação profissional de jovens e adultos, constitui-se numa mostra emblemática da diretriz mercantilista da educação

no Brasil. Com efeito, desde 1994, desencadeou-se uma grande bateria de proposições produzidas por técnicos brasileiros vinculados ao Banco Mundial e assessores diretos do Ministério da Educação com o intuito de virar de cabeça para baixo o ensino técnico de nível médio, retirando-lhe, por completo, sua perspectiva formativa e reduzindo-o a treinamento. (Frigotto, 1998: 226).

A atual proposta para o nível médio é uma regressão; legaliza a dualidade do ensino, o tecnicismo e a fragmentação. A divisão da formação técnico-profissional nos três níveis a confirma. Como entender pelo exposto no discurso dos atores da exigência de um trabalhador multiqualificado, que saiba pensar, agir, trabalhar em equipe, com uma formação básica de qualidade e a divisão da formação em níveis, sendo que o básico não exige escolarização anterior? Ou neste nível vão se situar os que serão “formados” para o desemprego?

Ou seja, na medida em que a responsabilidade social do Estado é deslocada para o plano individual; que não há política de emprego, nem de carreira, onde os indivíduos são adjetivados de empregáveis ou não, ou requalificáveis, pode-se entender que os não empregáveis, mas com possibilidade de requalificação resta a eterna procura por emprego. Sendo que esta, pelo que mostramos sobre a questão do desemprego atualmente, parece que será a condição da grande maioria dos trabalhadores caso persista a atual política econômico-social implantada no país.

O nível técnico, que traz uma proposta de currículo flexível, argumentam seus proponentes, que é para a constante adaptação às competências demandadas pelo mercado. Portanto, funda-se nas perspectivas das habilidades básicas e específicas de conhecimentos, atitudes e de gestão da qualidade, formando um indivíduo com competências polivalentes, o que possibilitaria a empregabilidade.

O nível tecnológico, na medida que tem como premissa básica a formação de tecnólogos nas diversas áreas/especialidades, retoma os ideais tecnicistas e instaura o dualismo e a fragmentação. Para justificar o desmantelamento e a

privatização neste nível de ensino, o Governo argumenta que o mesmo tem atendido a elite e que os custos são elevados neste nível de formação.

A natureza da grande indústria condiciona, portanto, variação do trabalho, fluidez da função, mobilidade em todos os sentidos do trabalhador (...) a grande indústria torna, por suas catástrofes mesmo, uma questão de vida ou morte reconhecer a mudança dos trabalhos e, portanto, a maior polivalência possível dos trabalhadores, como lei geral e social da produção (...) e (...) substituir (...) o indivíduo fragmento (...) pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para o qual diferentes funções sociais são modos de atividade que se alternam... (Marx, 1988:88).

Esta passagem, apesar das diferenças no encaminhamento da questão, ilustra as exigências feitas ao trabalhador pelo mundo do trabalho. Confirma que a produção capitalista, quando está no auge do avanço das forças produtivas, exige cada vez mais a polivalência do trabalhador; quando isto ocorre, existe a possibilidade de o trabalho constituir-se como fator da omnilateralidade, de desenvolvimento total, ou seja, completo e multilateral no aspecto das faculdades, necessidades e capacidades de satisfação humana.

Porém, por si só, o avanço das forças produtivas com a utilização da ciência e da tecnologia, base real e condição necessária para que a divisão do trabalho seja superada e ocorra o desenvolvimento integral do ser humano, não é suficiente para propiciar a omnilateralidade dos indivíduos.

No contexto atual, sob o processo de globalização econômica, o sistema produtivo encaminha a transformação da sua estrutura e de sua dinâmica organizacional, defendendo uma nova visão do trabalhador necessário; daí a questão de se fazer a apologia da necessidade de qualificação, requalificação, educação geral, etc.; pois estas são, na verdade, exigências concretas do atual estágio do processo de acumulação capitalista.

5. UMA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DAS RELAÇÕES HUMANO-SOCIAIS DO CAPITAL: É POSSÍVEL ?

A natureza da grande indústria condiciona, portanto, variação do trabalho, fluidez da função, mobilidade em todos os sentidos, do trabalhador (...) a grande indústria torna, por suas catástrofes mesmo, uma questão de vida ou morte reconhecer a mudança dos trabalhos e, portanto, a maior polivalência possível dos trabalhadores, como lei geral e social da produção (...) e (...) substituir (...) o indivíduo fragmento (...) pelo indivíduo totalmente desenvolvido, para o qual diferentes funções sociais são modos de atividade que se alternam... (Marx, 1988:88).

Esta passagem, apesar das diferenças no encaminhamento da questão, ilustra as exigências feitas ao trabalhador pelo mundo do trabalho. Confirma que a produção capitalista, quando está no auge do avanço das forças produtivas, exige cada vez mais a polivalência do trabalhador; quando isto ocorre, existe a possibilidade de o trabalho constituir-se como fator da omnilateralidade, de desenvolvimento total, ou seja, completo e multilateral no aspecto das faculdades, necessidades e capacidades de satisfação humana.

Porém, por si só, o avanço das forças produtivas com a utilização da ciência e da tecnologia, base real e condição necessária para que a divisão do trabalho seja superada e ocorra o desenvolvimento integral do ser humano, não é suficiente para propiciar a omnilateralidade dos indivíduos.

No contexto atual, sob o processo da globalização econômica, o sistema produtivo encaminha a transformação da sua estrutura e de sua dinâmica organizacional, defendendo uma nova visão do trabalhador necessário; daí a questão de se fazer a apologia da necessidade de qualificação, requalificação, educação geral, etc.; pois estas são, na verdade, exigências concretas do atual estágio do processo de acumulação capitalista.

... na atual crise do capitalismo, para serem recuperadas as taxas de acumulação de riqueza, deve-se mudar o padrão de exploração da classe trabalhadora. Tal mudança conduz a maiores exigências na preparação do trabalhador requerendo habilidades que não podem ser preparadas em treinamento de curto prazo dentro da empresa. São habilidades próprias de serem desenvolvidas dentro do sistema educacional regular. (Freitas, 1993:8).

Na perspectiva do mercado, as exigências da competência profissional, incluindo várias dimensões, ampliam a eficiência e a produtividade de acordo com a lógica do capital, que prescinde desse novo trabalhador para continuar obtendo lucros. Porém, será esta a necessidade do indivíduo enquanto ser humano? Será que a perspectiva dos trabalhadores e daqueles comprometidos com uma nova forma de sociedade é uma formação comprometida com o ajuste às necessidades do mercado de trabalho e do sistema produtivo?

Entendemos que a educação, que inclui a formação para o trabalho, deve integrar-se no processo de educação geral, formando uma síntese dialética entre a formação geral e a formação profissional. Dessa forma, a educação para o trabalho é parte integrante do processo global de educação formal, constituindo um conjunto articulado e interrelacionado, tendo como finalidade a formação multilateral do indivíduo, ou seja, incluindo a educação científica, moral, física, estética, tecnológica e política.

A separação da formação geral da profissional transforma-a em adestramento, em tecnicismo ou treinamento ocupacional. A formação geral deve objetivar o desenvolvimento dos conhecimentos científicos que formam e modificam a estrutura mental e os instrumentos de pensamento e de raciocínio lógico e científico, possibilitando, assim, que as capacidades cognitivas e operativas se desenvolvam. Portanto, ela desenvolve a cientificidade, a criticidade, através das quais os indivíduos compreendem o mundo tecnológico, tendo a possibilidade de nele se inserirem e atuarem.

Portanto, a união da educação básica e a formação profissional constitui a integração entre a formação cultural e científica e a tecnológica, possibilitando a educação de indivíduos críticos, capazes de entender os problemas humanos em sua gênese, os quais são oriundos de um modo de produção cuja finalidade é a exploração da força de trabalho para a obtenção do lucro.

A formação, segundo este entendimento, não fica restrita ao estrito mundo do trabalho, mas sim tem um sentido multidimensional; é um processo de conscientização, pelo qual o homem, através da realização de todos os seus aspectos (intelectuais, morais, físicos e estéticos) encontra seu lugar no conjunto da sociedade e da cultura, participando ativamente em todos os setores.

Neste sentido, é importante criar um espaço de crítica aos valores dominantes que preconizam uma política educacional e, portanto, uma formação técnico-profissional afinados com os interesses do mercado; defendendo uma política de qualificação e requalificação que tem como premissas básicas o desenvolvimento das habilidades básicas e das competências para a empregabilidade; que não levam em conta, pois não lhes interessa, as relações de poder e a crise do desenvolvimento industrial capitalista – fordista ou pós-fordista – que desencadearam um processo das bases materiais da existência humana, na medida em que gerou o desemprego estrutural com índices nunca alcançados.

Os processos educativos que interessam aos trabalhadores não podem ter no mercado e no capital seu horizonte conceptual e prático. Esta é apenas uma contingência história para aqueles que se colocam como tarefa permanente a de ir além da forma capital de relações humano-sociais, à criação de relações solidárias e socialistas. No plano das concepções e das teorias que as sustentam, o desafio é, pois o de continuar a crítica à fragmentação, ao dualismo, ao tecnicismo. No plano ético político, a crítica deve centrar-se no combate ao individualismo e às perspectivas biologistas que buscam atribuir componentes genéticos àquilo que resulta da desigualdade produzida pela relações sociais (Frigotto, 1998:231).

Atualmente, é uma necessidade que a reflexão sobre a relação trabalho e educação seja elevada a novos patamares; há que se ter a percepção de que a educação deve formar o cidadão – que inclui o trabalho – e deixar de vê-lo, “o trabalhador”, como mercadoria. A relação produtiva, vista de forma científica, é uma relação humana. Neste sentido, a educação necessária, a todos, tem que possibilitar a compreensão do todo social, objetivando a superação da visão do trabalho na forma capital.

É importante reafirmar que o trabalho, entendido como protoforma da atividade humana, não poderá jamais ser confundido como o momento único ou totalizante; ao contrário, o que aqui estamos procurando reter é que a esfera do trabalho concreto é ponto de partida sob o qual se poderá instaurar uma nova sociedade. O momento da omnilateralidade humana (que tem como formas mais elevadas a arte, a ética, a filosofia, a ciência etc.) transcende evidentemente em muito a esfera do trabalho (a realização das necessidades), mas deve encontrar neste plano a sua base de sustentação”. (Antunes, 1997:84/85).

A atual base tecnológica, sob as relações capitalistas, tem negado a possibilidade de vida, porém, possui também a possibilidade de melhoria da vida humana. Pois,

... a automação, a robótica, a microeletrônica, enfim, a chamada revolução tecnológica tem um evidente significado emancipador, desde que não seja regida pela lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias, mas sim pela sociedade do tempo disponível e da produção de bens socialmente úteis e necessários. (Antunes, 1997:85).

Infelizmente, a sociedade globalizante, com suas características excludentes, tornou um tormento o tempo livre dos seres humanos que estão na condição de subemprego, emprego temporário, precário, desemprego, e, até os empregados, pois a qualquer momento podem perder essa posição.

¹⁰ Ocorrida em Jontien, Tailândia, em 1996.

É preciso, dirá a Comuna de Paris, que o operário (braçal) possa escrever um livro, escrevê-lo com paixão, com talento, sem por isso se ver obrigado a abandonar o torno ou a bancada. É preciso que o artesão descanse de seu trabalho diário para se dedicar às artes, às letras ou às ciências, sem deixar por isto de ser um produtor. (Froumov, citado por Nosella, 1995:36).

A distância, no tempo, ainda permite que se aponte a atualidade da citação. Esta deve ser uma das premissas para a educação do homem para que ele se desenvolva omnilateralmente, e seja, integralmente, um ser humano e não apenas um trabalhador. Neste sentido, é que afirmamos:

A escola criadora é o coroamento da escola ativa: na primeira fase, tende-se a disciplinar, portanto, também a nivelar, a obter uma certa espécie de “conformismo” que pode ser chamado de “dinâmico”; na fase criadora, sobre a base já atingida de “coletivização” do tipo social, tende-se a expandir a personalidade, tornada autônoma e responsável, mas com uma consciência moral e social sólida e homogênea”. (Gramsci, 1982:124).

Esta é uma preocupação de estudiosos, profissionais da educação, políticos conscientes da importância da educação e muitos leigos. Um exemplo foi a reunião da Tailândia, que ficou conhecida como Conferência Mundial da Educação para Todos. O eixo articulador e a idéia central da Conferência Mundial sobre “Educação para Todos”⁹⁸ é a questão da noção de necessidades básicas de aprendizagem; nesta se fez um apelo para que o mundo todo se empenhasse para satisfazê-las através da *educação básica para todos*.

A educação básica, de acordo com o documento final da Conferência, assume uma visão ampliada, pois:

- 1) dirige-se às crianças, aos jovens e aos adultos;
- 2) ocorre dentro e fora da instituição escolar;

⁹⁸ Ocorrida em Jomtien, Tailândia, em 1990.

- 3) não é medida pelos anos de escolaridade, mas, pelo que realmente se aprendeu;
- 4) garante-se através da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem;
- 5) valoriza os diversos tipos e fontes de saber, inclusive os tradicionais;
- 6) inicia-se com o nascimento e é para a vida toda;
- 7) é diferenciada, pois atende as necessidades básicas de aprendizagem dos diversos grupos e culturas;
- 8) é dinâmica, pois acompanha as transformações que ocorrem;
- 9) envolve todas as instâncias governamentais responsáveis por ações educativas;
- 10) necessita de enfoques e políticas inter-setoriais e,
- 11) é responsabilidade do Estado e da sociedade, exigindo a construção de consensos e coordenação de ações.

Sobre as Necessidades Básicas de Aprendizagem (Nebas), no Artigo 1.º da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” afirma-se:

1. Toda pessoa – criança, jovem ou adulto – *deverá ter condições de aproveitar as oportunidades educativas oferecidas* para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades incluem tanto as *ferramentas essenciais para a aprendizagem* (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a resolução de problemas), quanto os *conteúdos básicos da aprendizagem* (conhecimentos teóricos e práticos, valores e atitudes), necessárias para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a forma de satisfazê-las *variam de acordo com cada país e cada cultura e mudam inevitavelmente com o decorrer do tempo*⁹⁹. (Unesco- Orealc, 1990:106)

⁹⁹ Esta definição é assim resumida na própria Declaração: “Necessidades básicas de aprendizagem: conhecimentos, capacidades, atitudes e valores necessários para que as pessoas sobrevivam, melhorem sua qualidade de vida e continuem aprendendo” (p. 106).

A educação é vista como uma solução para resolver a questão do bem-estar individual. Não se discute a situação real, os contextos de cada país, como a pobreza, o endividamento e a injustiça social. Os esforços são centralizados na educação básica, o que pode supor o nivelamento por baixo, tanto de pessoas como de países.

Entende-se como necessidades básicas de aprendizagem os conhecimentos necessários para orientar determinadas ações, às quais se referem às necessidades humanas e sociais “básicas”. Portanto, as Neba deverão instrumentalizar os indivíduos, na forma de proceder para satisfazer as necessidades de acordo com cada cultura.

As Nebas devem enfatizar a capacidade para responder às necessidades básicas das pessoas e devem ser o alicerce para a aquisição de conhecimentos avançados. Assim, devem possibilitar conhecimentos úteis para solução dos problemas cotidianos e, também, as perspectivas futuras das pessoas.

Propõe-se que sejam definidas através de um processo participativo, envolvendo a comunidade, como um todo, e as instituições tradicionais de aprendizagem. Os pontos principais da “Declaração...” são os seguintes:

- 1) Enfatiza a necessidade de se concentrar a atenção na aprendizagem. Isto porque a aprendizagem é considerada o ponto chave do processo educativo e não o ensino.

Porque se considera também que o ensino e a aprendizagem são uma unidade dialética; no conceito de ensino inclui-se a aprendizagem. Porém, argumenta-se, ensina-se e não se aprende. A crítica refere-se a idéia corrente de que se o programa foi cumprido ou se as horas-aulas foram dadas, os conteúdos

foram ensinados. A proposta, então, é de se restituir a unidade perdida entre ensino e aprendizagem. Dessa forma, pretende-se recuperar o valor e o sentido do aprender, não só pela utilidade prática, mas pelo prazer de aprender.

- 2) Entende a aprendizagem e o saber numa visão ampla que incorpore conhecimento e ação numa unidade (competência); assim, reconhece-se sua dimensão histórico-social, sua dinamicidade e diversidade cultural.
- 3) O aluno deve voltar a ocupar o lugar que lhe corresponde dentro do sistema educativo e do processo pedagógico. Neste sentido, é preciso que sejam definidas e explicitadas as visões e conceitos de aluno nas atuais práticas escolares.
- 4) Coloca os jovens e adultos no mesmo patamar das crianças, reconhecendo que todos tem necessidades básicas de aprendizagem a serem satisfeitas. Todos são sujeitos da educação básica e, assim, novas vias de articulação entre educação formal, não formal e informal devem ser abertas.
- 5) Retoma o saber como elemento chave de todo o processo educativo. O mesmo deve ser entendido numa visão ampla que incorpora o saber comum e o elaborado, os saberes do aluno e do professor, bem como os conteúdos e as formas de transmissão/construção de conhecimento.
- 6) Propõe a retomada da pesquisa da questão intra-escolar, enfatizando os aspectos pedagógicos e curriculares da teoria e da prática educativas, deixadas de lado na pesquisa, na discussão e na ação educativa.
- 7) Valoriza a educação permanente e o aprender a aprender, dando ênfase não à educação/ensino, mas à aprendizagem; a qual, nesta visão, não se limita ao ensino nem à escolarização e começa ao nascer e dura a vida toda.
- 8) Reconhece, de fato, a diversidade, a relatividade e a mudança no âmbito das necessidades de aprendizagem, bem como dos espaços, dos caminhos e formas de satisfazê-las.
- 9) Valoriza a dimensão do individual, na questão da motivação e interesses individuais, no conjunto do processo educativo, geralmente subordinado à dimensão do coletivo.
- 10) Repensa a educação sob a ótica da necessidade e da demanda – esta sempre foi abordada (problema e solução) sob a ótica da oferta – o que permite um contraponto para entender a questão educativa.
- 11) Vincula claramente os processos educativos aos processos sociais, como escola e vida, escola e lar, cultura escolar e cultura social, educação e

trabalho, currículo escolar e realidade local, teoria e prática, possibilitando novas articulações ou de novas possibilidades de compreendê-las.

Neste sentido, é que afirmamos: muitos, apesar das propostas contrárias, ainda entendem e apontam que a luta para a superação do capitalismo enquanto uma sociedade que tem como objetivo principal o lucro e vê o homem apenas como trabalho, implica, entre outras coisas lutar, no interior dessa sociedade exploradora, para criar possibilidades para o desenvolvimento do indivíduo integral.

É necessário que os indivíduos tenham acesso aos objetos, à linguagem, mas que não fiquem restritos a isto; é preciso que alcancem as formas superiores de socialização como a ciência, a arte, a filosofia, a moral e a política.

Para que a omnilateralidade seja atingida, é preciso que sejam desenvolvidas cinco categorias:

- 1- Trabalho: que é a capacidade criadora.
- 2- Consciência: que o homem passa a usar na medida em que se apropria da genericidade humana.
- 3- Socialidade: o trabalho é sempre social; o homem produz para o gênero humano. Inclui a sociabilidade, que são as relações com toda a sociedade.
- 4- Universalidade: significa ultrapassar as barreiras naturais do corpo orgânico (barreira biológica), utilizando o corpo inorgânico para fazer aquilo que não foi previsto para a sua espécie.
- 5- Liberdade¹⁰⁰: não significa fazer o que quer, mas apropriar-se das

¹⁰⁰ "... a liberdade humana significa essa faculdade de evolução que faz com que o homem se supere constantemente, que ultrapasse as definições e condições provenientes dos obstáculos e se libere delas; em segundo lugar, no sentido positivo, essa liberdade nada mais é do que "força criada pelo homem mesmo", ou seja, o desenvolvimento do controle e do poder humano sobre as forças naturais, tanto as da natureza exterior, quanto as de sua própria natureza íntima; o aperfeiçoamento ultrapassa todo o limite e medida, transformando-se um fim em si mesmo da faculdade criadora, das "forças essenciais do homem". (MARKUS, 1974:93).

objetivações genéricas de forma positiva, pois, “o homem rico é ao mesmo tempo o homem que necessita de uma totalidade de manifestações humanas; é aquele, cuja realização existe como urgência natural interna, como necessidade”. (MARX, 1989: 202).

Isto porque, “a pobreza é o laço passivo que induz o homem a sentir como necessidade a maior riqueza, os outros homens” (203). Os homens estão objetivados nos objetos, pois eles são realizações humanas; através deles todo ser humano se realiza, na medida em que deles se apropriam, não no sentido de “ter”, mas de utilizá-los; ele se apropria do objeto¹⁰¹ e das suas funções históricas e sociais e, quando tiver acesso a tudo e de tudo fazer uso, ele se torna um ser humano.

Neste processo, tem papel fundamental a educação; uma educação que não se preocupa em conhecer apenas a concreticidade imediata do indivíduo, mas com o que ele pode vir a ser: um indivíduo plenamente desenvolvido, que atenda não apenas aos interesses imediatos do capital, mas que ultrapasse as relações humano-sociais do capital.

O homem é uma criatura natural universal no sentido de que é potencialmente capaz de transformar todos os fenômenos naturais circundantes em objetos de suas necessidades ou de sua atividade e, pelo desenvolvimento de novas faculdades, de adaptar essa atividade a um círculo cada vez mais amplo de leis naturais. Ele é capaz, de maneira crescente, de transformar, essas leis em princípios de sua própria atividade e, conseqüentemente, de modificar cada vez mais profundamente seu meio sempre mais extenso, no ato mesmo em que toma posse, de maneira material e espiritual cada vez mais variada, dos objetos e fenômenos do mundo que o engloba. (Markus, 1974:93)

¹⁰¹ “Como vimos, só quando o objeto se torna objeto humano ou homem objectivo é que o homem não se perde nele. Tal só é possível quando o próprio se torna um objecto social, no momento em que se transforma em ser social e a sociedade para ele se torna ser no referido objecto”. (MARX, 1989:198).

Essas são as tendências evolutivas gerais, consequência das noções de universalidade e de liberdade, que fazem da história, enquanto processo coerente, um processo evolutivo real, identificado com o progresso técnico das forças de produção, que ocasiona a ampliação contínua do progresso, o crescimento das faculdades, necessidades, formas de contato e conhecimentos desenvolvidos pela totalidade da sociedade.

Entretanto, presenciamos a contradição entre a evolução social e a individual; ou seja, está ocorrendo uma oposição entre a riqueza criada pela totalidade da sociedade e a desvalorização do indivíduo.

A história, do ponto de vista do conjunto da sociedade, é um processo de universalização e de libertação do homem. Porém, o processo histórico até os dias atuais não significa o aparecimento de indivíduos cada vez mais universais e livres, pois tem se realizado num quadro das relações múltiplas dos indivíduos unilaterais, limitados, fragmentados e fortuitos.

Entretanto, com o desenvolvimento tecnológico, com a internacionalização do capital, o processo de reestruturação produtiva, como mostramos, tem colocado novas exigências às qualificações e, conseqüentemente, à educação. Este processo traz em si uma contradição, pois, a educação requerida para qualificar o trabalhador traz em si o potencial de elevar o nível educacional e, portanto, crítico, da classe que vive do trabalho.

Neste sentido é que entendemos que a educação ou formação orientada para o trabalho deve ter um conceito político-educacional abrangente, integrando educação geral, formação profissional e política.

A ciência é sob o capitalismo um dos fundamentos do poder burguês. Mas é também o seu contrário, pois ela contém em si a possibilidade do conhecimento da verdade, a possibilidade da

crítica e da contestação, que podem se voltar contra os próprios financiadores do seu desenvolvimento. (Machado, 1982:145).

A formação profissional inclui a construção de competências técnicas e intelectuais amplas; competências organizacionais e metódicas, comunicativas, sociais e comportamentais. A dimensão política, inseparável da dimensão profissional, possibilita a compreensão crítica da vida e das relações sociais, da evolução técnico-científica, a compreensão da história, da dinâmica, do conteúdo e das implicações sociais do trabalho humano.

Trata-se, portanto, de integrar os objetivos de qualificação profissional com a construção de uma identidade individual e coletiva, valorizando-se o desenvolvimento do sujeito e a formação de uma consciência coletiva crítica e emancipadora. (Deluiz, 1995:179)

Nessa perspectiva, a educação deve desenvolver competências para que o indivíduo reflita criticamente sobre as relações de produção, sobre sua posição e função no processo de trabalho, sobre o conteúdo do trabalho; tomar conhecimento sobre seus direitos e deveres como trabalhador e cidadão e reivindicá-los.

O indivíduo deve desenvolver competências para refletir e atuar criticamente no campo político, discutindo as formas de poder nos locais de trabalho e na sociedade, reivindicando a democracia real em todos os setores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal característica da globalização é o crescimento do sistema financeiro internacional, que se manifesta pela massa crescente de capital acumulado destinada à especulação propiciada pela desregulamentação dos mercados financeiros. Isto significa que, em um contexto de desemprego crescente, miséria e exclusão social, um volume cada vez maior do capital produtivo é destinado à especulação pelos investidores privados.

Não podemos, contudo, subestimar a importância das transformações sociais, econômicas e políticas produzidas pela globalização. O atual processo constitui uma fase particular da internacionalização da economia, chefiada pelos organismos internacionais, sob a tutela dos EUA, baseada em um novo padrão de acumulação possibilitada pela revolução tecnológica.

É um processo que está em curso e sua dinâmica e a forma de inserção das economias nacionais à globalização, como vimos, são diferenciadas e dependem em grande medida de opções políticas.

O crescimento da criação real do valor, na base da economia capitalista, chegou a um impasse, pois as forças produtivas técnico-científicas crescem com rapidez e produzem um descompasso entre o potencial produtivo e o poder de compra.

O capital monetário consegue simular crescimento virtual, via bolsa de valores, Internet e outros, antecipando uma criação de valor que, na verdade, é irreal, pois se manifesta no endividamento de consumidores, empresas, e Estados, os quais sobrevivem através da emissão de títulos sem o correspondente real de valor.

As inúmeras crises financeiras nacionais resolvem-se momentaneamente com a substituição da emissão de moeda da economia interna pela entrada de capital de outros países, principalmente após o dólar perder seu lastro em ouro, a partir da década de 70.

A partir daí, o capital monetário encontrou uma forma de se reproduzir sem ser investido no sistema produtivo: ser aplicado nos mercados financeiros transnacionais. Assim, livre de qualquer amarra, o capital deu início à “ciranda financeira”; passou a ser aplicado onde se pagava mais, com o objetivo de especular com as oscilações das taxas de câmbio de livre flutuação sem ter que se fixar em investimentos estratégicos de caráter imóvel.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) buscou administrar a crise financeira do capital, através da conversão de grande parte dos empréstimos estatais a longo prazo dos países devedores em títulos com descontos. O resultado foi o surto recessivo na maioria dos países do Terceiro Mundo, pois as “ajudas” do FMI não são mais do que créditos temporários para cobrir as dívidas imediatas; trata-se apenas de assegurar o pagamento das obrigações internacionais do país devedor.

A partir dos anos 90 a forma de financiamento muda, pois a “política” interna mudou, já direcionada para objetivos específicos. A moeda interna brasileira passou a ser ancorada no dólar e nas altas taxas de juros. Dessa forma, o capital internacional foi atraído para financiar a sua própria reprodução: foi investido na industrialização voltada à exportação e na infra-estrutura.

A inflação foi “controlada” através de meios político-monetários. As conseqüências foram o abandono do plano nacional de desenvolvimento, abertura do mercado, entrega irrestrita aos interesses dos fundos de investimentos transnacionais, as privatizações e a reestruturação produtiva.

As novas tecnologias de base microeletrônica e as novas formas de organização do trabalho colocam novas exigências aos trabalhadores. Eles são considerados os culpados por não “estarem aptos” a desempenharem as novas funções no sistema produtivo. Pois, o “Mundo do Trabalho” agora tem novas formas de produção e racionalização e exige maior sociabilidade, participação, criatividade entre outros, o que sinaliza o processo de transformação pelo qual passa o trabalho.

Assim, a relação educação-trabalho é hoje questionada e inúmeros autores colocam a dificuldade em se discuti-la num momento de indefinição do próprio trabalho. Isto porque a acelerada transformação dos processos produtivos faz com que a educação deixe de ser anterior ao trabalho e passe a ser dada concomitantemente com este.

A formação e o desempenho profissional tendem a fundir-se num só processo, tendo como conseqüências as exigências da educação permanente, da reciclagem, da reconversão profissional, requalificação, etc.

Isto ocorre porque, atualmente, o capital para se reproduzir, necessita do saber do trabalhador; ele demanda trabalhadores com um nível de capacitação teórica mais elevado; e esta deve ser dada na escola, implica maior escolaridade e uma educação de qualidade.

O novo padrão tecnológico usando sistemas informáticos são projetados mostrando o processo produtivo virtualmente, ou seja, não trabalham com o real, mas com a sua projeção. Por isso necessita de um trabalhador com elevada capacidade de abstração, polivalente, participativo, flexível.

Desvenda-se, dessa forma, que o discurso em prol de uma educação básica que objetiva a “valorização humana do trabalhador” é falaciosa, pois, na verdade a necessidade é do próprio capital, que, agora, procura readequar o sistema

educacional ao sistema produtivo. A escola é chamada a prestar contas sobre o que deixou de fazer.

Em torno da educação trava-se uma luta para redefinir novos significados do social, do humano, do político, do econômico, do cultural e, até, do que seja educativo. Este é um dos motivos da reforma da educação estar no centro dos esforços das políticas dominantes, que, inclusive, tenta transformar a educação em um produto. Hoje não é mais necessário os sociólogos, como Bordieu, denunciar que a escola é capitalista; os neoliberais admitem que a escola deve ser capitalista; e mais: ela deve funcionar como uma empresa capitalista e atender às necessidades e aos interesses do capital.

Neste sentido, pode-se afirmar que estamos alcançando o linear do processo de constituição da escola como a forma principal, dominante e generalizada de educação.

No Brasil, porém, os dados mostram que a educação não atinge todos os indivíduos com direito à educação, em todos os níveis. O governo afirma que atende 96% das crianças que estão na faixa do ensino fundamental, porém 2.700.000 crianças estão fora da escola.

A prática educacional, no Brasil, sempre fora um mecanismo de discriminação, de exclusão social, o que dificulta ainda mais a universalização do ensino. Entretanto, como já afirmamos, atualmente, a nova pedagogia da competitividade e da cidadania, centrada nos conceitos de competências e habilidades, defende e propõe um novo papel econômico à escola e aos processos de formação técnico-profissional; a escola deve capacitar para a empregabilidade ou “formar para o desemprego”.

O ensino fundamental dentro da proposta do ajuste global visa ao alívio da pobreza, além de, à formação técnico-profissional e aos processos de



requalificação, segundo orientações do Banco-Mundo e Banco Interamericano de Desenvolvimento, a tarefa de inserir o país no processo da globalização.

O Planfor e as demais medidas do atual governo na esfera educacional sustentam-se nas exigências do setor produtivo que afirmam a necessidade do trabalhador polivalente e participativo; reconhecem que há o desemprego e que o mesmo é crescente, que o mercado de trabalho está segmentado; porém, argumentam que estes são decorrentes das transformações tecnológicas e também os atribuem, aos baixos níveis de escolaridade da população trabalhadora que é, então, responsabilizada pela sua incapacidade de ser “empregável”.

Entretanto, as novas exigências da qualificação permitem o acesso a níveis educacionais mais elevados; neste sentido a sociedade organizada, comprometida com uma sociedade de novo tipo deve lutar e reivindicar uma formação profissional de base ampla que possibilite aos trabalhadores uma participação ativa no mundo do trabalho e lhes garanta, não apenas na letra da lei, o exercício pleno de cidadania.

Neste sentido, a nova Lei da Educação, 9.394/96, ao universalizar o Ensino Médio já aponta para a possibilidade de uma educação que desenvolva as potencialidades dos indivíduos, propiciando a eles o desenvolvimento pleno de suas faculdades espirituais-intelectuais, mesmo sendo uma exigência posta pelo desenvolvimento do processo produtivo.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGLIETA, Michel. *Regulación y crisis del capitalismo*. México, Siglo Veintiuno, 1976.
- ALVES, Giovanni. *A globalização como perversidade planetária do capital – Os novos desafios do Trabalho no limiar do século XXI*; s. d.; texto digitado.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e outros (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- APPEL, Michael W. O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILI, Pablo A. A. et al. *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: Visões críticas*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- ARTILES, Martin A. e LOPE, Andreu. Las relaciones entre formacion y empleo: que formacion, para que empleo? In: DESAULNIERS, Julieta B. P. (Org.). *Formação, trabalho e competência: questões atuais*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. Aonde vai o mundo do trabalho? In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 61-72.
- ARAÚJO, Alcione. Para onde vamos? Caderno 2, *O Est. de S.P.*, 20/04/96.D 8.
- ARISTÓTELES. *Política*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília, Ed. Univ. de Brasília, 1985.
- BARROS, Henrique M., BAILEY, Michael. *Para compreender e dialogar com Organismos Internacionais: um guia sobre o Banco Mundial no Brasil e no Mundo*. OXFAM/INESC, 1995.
- BARROSO, Sérgio. Desmonte e exploração da força de trabalho. *Revista Debate Sindical*. Ano 12, N.º 28, 1998.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo e STUMPO, Giovanni. A internacionalização da indústria brasileira: números e reflexões depois de alguns anos de abertura.

- In: BAUMAN, Renato (Org.). *o Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro, Campus: SOBEET, 1996, P. 167-194.
- BLASS, Leila Maria da Silva. Trabalho e suas metamorfoses. In: DOWBOR, Ladislau et al (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.
- BORGES, Altamiro. Desemprego, precarização e resistência sindical. *Revista Debate Sindical*. Ano 12, N.º 27, 1998.
- BRAGA, José Carlos de Souza. O espectro que ronda o capitalismo: globalização ameaça o sistema com uma crise sem precedentes. *Ponto Crítico, F. S. P.*, 01/09/96, Caderno Mais, p. 3.
- CARCANHOLO, Marcelo de, et al. *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo: Cortez, 1998.
- CARVALHO, Luiz C. F. de. Educação para o trabalho: novas exigências de aprendizagem. In: CASALI, Alípio et al. *Educação e empregabilidade: novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo, EDUC, 1997.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. de Iraci D. Poleti. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CATTANI, Antonio David. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo do fim de século. *Revista Economia e Sociedade*, IE/UNICAMP, Campinas, (5): 1-30, dez.1995.
- _____. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia e Política*, Rio de Janeiro, vol. 1, N. 1, 1997, p. 7-37.
- _____. Novo capitalismo intensifica velhas formas de exploração. Caderno Especial sobre Globalização. *F. S. P.*, 02/11/97. p. 4.
- _____. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 7-33.
- COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *globalização e socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro, Revan/UFRJ, 1994.

- CORTELLA, Mario Sérgio. O futuro e o risco da nostalgia. *Revista Educação*, Ano 25, N. 215, março de 1999, p. 66.
- CNE/CEB – Parecer 16/99 – 05/10/99
- CNE/CEB – Resolução N.º 04/99
- CURY, Carlos Roberto Jamil. O Plano Nacional de Educação: duas formulações. *Cadernos de Pesquisa*, N.º.104. jul. 1998, p.162-180.
- DELORS, Jacques e outros. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo, Cortez Editora/MEC/UNESCO, 1998.
- DEL ROIO, Marcos. A crise do movimento operário. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo*. São Paulo, Cortez, Bragança Paulista, S.P.: USF – IFAN, 1996.
- DELUIZ, Neise. *Formação do Trabalhador: produtividade e cidadania*. Rio de Janeiro, Shape Ed., 1995.
- DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos (Org.). *Formação, Trabalho e Competência*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.
- DIAS, Vivianne Ventura. O Brasil entre o poder da força e a força do poder. In: BAUMANN, Renato (Org.). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro, Campus: SOBEET, 1996, p. 55-73.
- FARIA, José Eduardo. O custo social da globalização. *O Est. de S. P.*, Caderno B6, 23/08/96.
- FERRETTI, Celso J. et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.
- FIORI, José Luís. Em busca do dissenso perdido. Caderno Mais, *F. S. P.*, 01/10/95, p. 5-8.
- _____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- Folha de São Paulo*, Caderno dinheiro. 11/07/99.
- _____. Caderno empregos. 22/09/96, pág. 6.
- _____. Caderno especial. Ano 2000. *O que vai acontecer com o Trabalho?* 30/05/99.

- _____. Caderno Mundo. "Miséria avança na Argentina". 27/01/99, pág. 15.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Globalização pode ameaçar a democracia*. F. S. P., 24/11/96. p. 17.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *Ensino de 1º grau: instrumento de recuperação econômica?* Caxambu, 1993. XVI Reunião Anual da ANPED. Texto datilografado.
- FREYSSINET, Michel. *L' invention du travail*. Futur antérieur (16), Paris, 1993.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A educação e formação técnico-profissional frente a globalização excludente e o desemprego estrutural. In: SILVA, Luiz Heron da. (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 218-238.
- _____. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- _____. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMES, Minayo et al. (Orgs.). *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1995.
- Gazeta do Povo*. Ricos cada vez mais ricos e Bill Gates lidera. Curitiba, 22/06/99, 22.º pág.
- _____. G - 8 quer da uma face mais humana à globalização. Curitiba, 21/06/99, 28.º p.
- GENTILE, Pablo. A crise da educação na perspectiva neoliberal. *Revista de Educação da CNTE*, N. 3, ano III, dez/96, p. 15-23.
- _____. *A falsificação do Consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- _____. e SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis: Vozes, 1997.

- GORZ, André. Por que a sociedade salarial tem necessidade de novos criados? In: MALAGUTI, Manoel Luiz e outro (Org.). *Neoliberalismo: a tragédia do novo tempo*. São Paulo, Cortez, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1982.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. 5^a. Rio de Janeiro, Instituto Liberal, 1990.
- _____. *Derecho, legislación y libertad*. México, Unión Editorial, 1985.
- HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: FERRETTI, J. C. et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis, R. J., Vozes, 1994.
- _____. Os mundos do trabalho: convergência e diversidade num contexto de mudança dos paradigmas produtivos. In: CASALI, Alípio et al. *Educação e empregabilidade: novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo, EDUC, 1997.
- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Trad. Wanda Caldeira Brant. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Informacut 257. Resoluções. 7.^a Plenária Nacional Zumbi dos Palmares. Set. 95. São Paulo.
- JOFFILY, Bernardo. Toyotismo e microeletrônica: uma revolução que desafia os sindicatos. In: *De Fato – Revista da Cut.*, Ano 1, N.º 2, dez. 93/fev. 94, 1994.
- JORDAN, Brigitte e Amigos. Do treinamento à aprendizagem na nova economia. In: CASALI, Alípio et al. *Educação e empregabilidade: novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo, EDUC, 1997.
- KANDIR, Antônio. Os desafios da modernização: as soluções dos problemas brasileiros exige uma transformação do Estado. Caderno Mais, F. S. P., 28/04/96, p. 3.

- KON, Anita. Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. In: DOWBOR, Ladislau e IANNI, O. (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- _____. A realidade irreal: simulação monetária inviabiliza o futuro do imaginário capitalista. *Caderno Mais, F. S. P.*, 03/09/95, p. 5-14.
- _____. Perdedores globais: internacionalização econômica está criando uma “guerra civil mundial”. *Caderno Mais, F. S. P.*, 01/10/95, p. 5-9
- _____. A síndrome do obscurantismo: avanço do irracionalismo ameaça transformar o século 21 em uma época de guerras religiosas. *Caderno Mais, F. S. P.*, 05/11/95, p. 5-12.
- _____. A virtualização da economia - mercados financeiros transnacionais e a crise da regulação. *Caderno Mais, F. S. P.*, 23/05/99, s.p./via Internet.
- LACERDA, Antônio Corrêa. *O impacto da globalização na economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- LAUGLO, John. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a Educação. In: ZIBAS, Dagmar M. L., et al, (Org). *Globalização e políticas educacionais na América Latina. Cadernos de Pesquisa*, n.100, São Paulo, ed. Cortez, 1997.
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. *Educação e Divisão Social do Trabalho*. São Paulo, Autores Associados/Cortez, 1982.
- MAMIGONIAN, Armen. América latina e a economia mundial: o caso brasileiro. *Revista Ciência Geográfica*. Bauru, IV, (10): maio/ agosto, 1998.
- MARKUS, Gyorgy. *Teoria do conhecimento no jovem Marx*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.
- MARX, Karl. A ideologia alemã. (Fewerbach). 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. Mais-valia absoluta e relativa. In: *O capital*. São Paulo: Abril cultural, 1984. v. 1.
- _____. *Miséria da filosofia*. São Paulo, Ed. Ciência Humanas, 1982.
- _____. *O capital*. Cap. VI (Inédito). São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

- _____. *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, Livro I, Vol. 1.
- _____. *O capital – Crítica da economia política*. São Paulo: Ed. Nova Cultural Ltda, 1988.
- _____. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo. In: *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. V. 1.
- _____. O trabalho alienado. In: *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- _____. Processo de trabalho e processo de valorização. In: *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. V. 1.
- _____. Propriedade privada e comunismo. In: *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MEC. *O que é o PROEP?* Brasília, s.d. , Ver. www.mec.gov.br/semtec/proep.
- MEC/INEP – Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação, 1998.
- MELLO, Guiomar Namó de. Magistério de 1.º Grau – Da competência técnica ao compromisso político. São Paulo, Cortez e Autores Associados, 1982.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. A contra-revolução-liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. In: TAVARES, et al. *Poder e dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 15-24.
- MESQUITA, Rodrigo Lara. Clique no futuro. *O Est. de S. P.*, 31/03/96, D7. Especial de Domingo.
- MÉSZAROS, István. *A necessidade do controle social*. São Paulo, Ensaio, 1989.
- MTB/SEFOR. *Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*. Brasília, 1995.
- MUSA, Edson Vaz. Prefácio. In: CASALI, Alípio.(Org.). *Empregabilidade e Educação: novos caminhos da aprendizagem*. São Paulo, EDUC, 1997.
- NASCIMENTO Neto, Antenor. A roda global. *Revista Veja*. 03/04/96, p. 80-93.
- NOGUEIRA, José Carlos Pereira. As reformas e a educação. In: Thema: homens e máquinas. *Revista Tecnológica da Escola Federal de Pelotas*, Vol. 1, N.º 1, junho/97.

- NOSSELLA, Paolo. Trabalho e educação. In: GOMES, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SAVIANI, Demerval. *Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA, Belo Horizonte-MG, 1997.
- PESQUISA DIEESE. *Formação Profissional: um novo espaço de negociação*. N.º 14, São Paulo, Maio de 1998.
- PFAFF, William,. Globalização, uma moda passageira. Caderno Economia, *O Est. de S. P.*, 31/03/96.
- PINTO, Aparecida Marcianinha. Globalização e educação. *Revista Universidade e Sociedade*, UEM/PR, N.º 13, n. 17, junho/98, p. 47-50.
- _____. Globalização, educação e qualidade. *Revista da aduem*, 1 (1) jul-dez/98, Maringá- PR, p. 11-14.
- _____. Questões do debate internacional sobre educação e formação de recursos humanos. In: SILVA, Rinalva C. (Org.). *Educação para o século XXI: dilemas e perspectivas*. Piracicaba, Ed. Unimep, 1999.
- _____. O papel da escola na formação do indivíduo na sociedade global. *Revista Acta Scientiarum*, Vol 21, N.º, Maringá - PR, Março, 1999.
- _____. Educação e trabalho: discutindo algumas questões. In: *Revista da Aduem*, 2 (1): Jan/Jun, 1999 – Maringá – PR; p. 17-20.
- PNBE, maio de 1998.
- POCHMAN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- Revista Veja*. A roda global. Seção de Economia e Negócios. 03/04/96, p. 80-93.
- _____. A vida globalizada: os perigos e as vantagens que a economia oferece aos países num mundo interligado. Ed. 1582, ano 32, N. 4, 27/01/99, p. 48-53.
- RODRIGUES, Neidson. *Da mistificação da escola à escola necessária*. São Paulo, Cortez, 1998.

- SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo, Cortez, 1997.
- SILVA, Luiz Heron da (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A escola cidadã no contexto da globalização: uma introdução. In: SILVA, Luiz Heron da. *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: vozes, 1998, p. 7-10.
- SIQUEIRA, Wagner. Mudanças à vista na administração. Caderno Empresas, *O Estado de S. P.*, 08/03/96, L2.
- SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: ZIBAS, Dagmar M. L. (Org.). Globalização e políticas educacionais na América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, n. 100. Ed. Cortez, 1997, p. 15-40.
- _____. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMAZI, Livia de e outros. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996, p. 15-41.
- SPINK, Peter. Empregabilidade. In: CASALI, Alípio (Org.). *Educação e Empregabilidade: novos caminhos da aprendizagem*. São Paulo, EDUC, 1997.
- TADDEI, Emílio H. "Empregabilidade" e formação profissional: a "nova" face da política social na Europa. In: SILVA, Luiz Heron da. (Org.). *A escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 340-368.
- TAVARES, Maria da Conceição e MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luiz. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: vozes, 1998, p. 55-86.
- TEIXEIRA, Francisco J.S. As novas formas de produção de mais-valia. In: *Revista Debate Sindical*. CES – SP, Ano 11, N.º 25, Jun/Jul/Agosto, 1997
- TEIXEIRA, Francisco J.S. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In: TEIXEIRA, Francisco J.S. e OLIVEIRA, Manfredo G. (Org.) *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva*. São Paulo, Cortez, 1998.

- TEIXEIRA, Francisco J. S. e OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1998.
- TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina. (Org.) *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo, Cortez, 1997.
- TOMASI, Livia de e outros (Org). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.
- ZINI Jr., Álvaro Antônio. Mercosul e globalização. Caderno Dinheiro, F. S. P., 29/09/96, s. d.

ANEXO

RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 04/99

Institui as diretrizes
curriculares nacionais para a
educação profissional de
nível técnico

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), de conformidade com o disposto na alínea "c" do § 1.º do artigo 9.º da Lei Federal n.º 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 39 a 42 e no § 2.º do artigo 36 da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), no Decreto Federal n.º 2.208, de 17 de abril de 1997 e com fundamento no Parecer CNE/CEB 16/99, resolve:

ANEXO

Art. 1.º A presente Resolução institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico.

Parágrafo único. A educação profissional, articulada com as diferentes formas de educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida social e produtiva.

Art. 2.º Para os fins desta Resolução, entende-se por diretriz o conjunto articulado de princípios, critérios, definição de competências profissionais gerais do técnico por área profissional e procedimentos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas escolas na organização e no planejamento dos cursos de nível técnico.

Art. 3.º São princípios nortecedores da educação profissional de nível técnico os enunciados no artigo 3.º da LDB, mais os seguintes:

- I - independência e articulação com o ensino médio;

RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º __04__ /99

Institui as diretrizes
curriculares nacionais para a
educação profissional de
nível técnico

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE), de conformidade com o disposto na alínea "c" do § 1.º do artigo 9.º da Lei Federal n.º 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 39 a 42 e no § 2.º do artigo 36 da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), no Decreto Federal n.º 2.208, de 17 de abril de 1997 e com fundamento no Parecer CNE/CEB _16_/99, resolve:

Art. 1.º A presente Resolução institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico.

Parágrafo único . A educação profissional, articulada com as diferentes formas de educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia, objetiva garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida social e produtiva.

Art. 2.º Para os fins desta Resolução, entende-se por diretriz o conjunto articulado de princípios, critérios, definição de competências profissionais gerais do técnico por área profissional e procedimentos a serem observados pelos sistemas de ensino e pelas escolas na organização e no planejamento dos cursos de nível técnico.

Art. 3.º São princípios norteadores da educação profissional de nível técnico os enunciados no artigo 3.º da LDB, mais os seguintes:

I - independência e articulação com o ensino médio;



- II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos;
- III - desenvolvimento de competências para a laborabilidade;
- IV - flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização;
- V - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso;
- VI - atualização permanente dos cursos e currículos;
- VII - autonomia da escola em seu projeto pedagógico.

Art. 4.º São critérios para a organização e o planejamento de cursos:

- I - atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade;
- II - conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade institucional da escola ou da rede de ensino.

Art. 5.º A educação profissional de nível técnico será organizada por áreas profissionais, constantes dos quadros anexos, que incluem as respectivas caracterizações, competências profissionais gerais e cargas horárias mínimas de cada habilitação.

Parágrafo único. A organização referida neste artigo será atualizada pelo CNE, por proposta do Ministério da Educação (MEC), que, para tanto, estabelecerá processo permanente, com a participação de educadores, empregadores e trabalhadores.

Art. 6.º Entende-se por competência profissional a capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

Parágrafo único. Consideram-se competências requeridas pela Educação Profissional as:



- I - competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio;
- II - competências gerais, comuns aos técnicos da área profissional;
- III - competências específicas de cada habilitação profissional.

Art. 7º Os perfis profissionais de conclusão de habilitação e de qualificação profissional de nível técnico serão estabelecidos pela escola, consideradas as competências definidas no artigo anterior.

§ 1.º Para subsidiar as escolas na elaboração dos perfis profissionais de conclusão e no planejamento dos cursos o MEC divulgará referenciais curriculares por área profissional.

§ 2.º Poderão ser criados cursos de especialização de nível técnico, vinculados à determinada qualificação ou habilitação profissional, para atender demandas específicas.

§ 3.º Demandas de atualização e de aperfeiçoamento de profissionais poderão ser atendidas por meio de cursos ou programas de livre oferta.

Art. 8.º A organização curricular, consubstanciada no plano de curso, é prerrogativa e responsabilidade de cada escola.

§ 1.º O perfil profissional de conclusão define a identidade do curso.

§ 2.º Os cursos poderão ser estruturados em etapas ou módulos:

- I - com terminalidade correspondente a qualificações profissionais de nível técnico identificadas no mercado de trabalho;

II - sem terminalidade, objetivando estudos subsequentes.

§ 3.º As escolas formularão, participativamente, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB, seus projetos pedagógicos e planos de curso, de acordo com estas diretrizes.

Art. 9.º A prática constitui e organiza a educação profissional, e inclui, quando necessário, estágio supervisionado realizado em empresas e outras instituições.

§ 1.º A prática profissional será incluída nas cargas horárias mínimas de cada habilitação.

§ 2.º A carga horária destinada ao estágio supervisionado deverá ser acrescida ao mínimo estabelecido para o respectivo curso.

§ 3.º A carga horária e o plano de realização do estágio supervisionado necessário em função da natureza da qualificação ou habilitação profissional deverão ser explicitados na organização curricular constante do plano de curso.

Art. 10. Os planos de curso, coerentes com os respectivos projetos pedagógicos, serão submetidos à aprovação dos órgãos competentes dos sistemas de ensino, contendo:

- I - justificativa e objetivos;
- II - requisitos de acesso;
- III - perfil profissional de conclusão;
- IV - organização curricular;
- V - critérios de aproveitamento de competências;
- VI - critérios de avaliação;
- VII - instalações e equipamentos;
- VIII - pessoal docente e técnico;

IX - certificados e diplomas.

Art. 11. A escola poderá aproveitar conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva habilitação profissional, adquiridos:

- I - no ensino médio;
- II - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico concluídos em outros cursos;
- III - em cursos de educação profissional de nível básico, mediante avaliação do aluno;
- IV - no trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno;
- V - mediante reconhecimento em processos formais de certificação profissional.

Art. 12. Poderão ser implementados cursos e currículos experimentais em áreas profissionais não constantes dos quadros anexos referidos no artigo 5.º desta Resolução, ajustados ao disposto nestas diretrizes e previamente aprovados pelo órgão competente do respectivo sistema de ensino.

Art. 13. As escolas devidamente autorizadas a funcionar expedirão e registrarão, sob sua responsabilidade, os diplomas de técnico, para fins de validade nacional, sempre que seus planos de cursos estejam inscritos no cadastro nacional de cursos de nível técnico, organizado pelo MEC.

§ 1º A escola responsável pela última certificação de determinado itinerário de formação técnica expedirá o correspondente diploma, observado o requisito de conclusão do ensino médio.

§ 2º O CNE, por proposta do MEC, fixa normas para o credenciamento de instituições para o fim específico de certificação profissional.

§ 2º Os diplomas de técnico deverão explicitar o correspondente título de técnico na respectiva habilitação profissional, mencionando a área à qual a mesma se vincula.

§ 3º Os certificados de qualificação profissional e de especialização profissional deverão explicitar o título da ocupação certificada.

§ 4º Os históricos escolares que acompanham os certificados e diplomas deverão explicitar as competências profissionais certificadas.

Art. 14. O MEC, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, promoverá processo nacional de avaliação da educação profissional de nível técnico, garantida a divulgação dos resultados.

Art. 15. O MEC organizará um cadastro nacional de cursos de educação profissional de nível técnico e promoverá sua divulgação em nível nacional.

Parágrafo único. Os planos de curso aprovados pelos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino serão por este incorporados a um cadastro nacional de cursos de educação profissional de nível técnico, organizado pelo MEC, para divulgação em âmbito nacional.

Art. 16. O MEC, conjuntamente com os demais órgãos federais das áreas pertinentes, ouvido o CNE, organizará um sistema nacional de certificação profissional baseado em competências.

§ 1.º Do sistema referido neste artigo participarão representantes dos trabalhadores, dos empregadores e da comunidade educacional.

§ 2.º O CNE, por proposta do MEC, fixará normas para o credenciamento de instituições para o fim específico de certificação profissional.

ABSTRACT

Art. 17. A preparação para o magistério na educação profissional de nível técnico se dará em cursos de licenciatura ou em outros programas de formação.

Art. 18. A observância destas diretrizes será obrigatória a partir de 2001, sendo facultativa no período de transição, compreendido entre a publicação desta Resolução e o final do ano 2000.

§ 1.º No período de transição, as escolas poderão oferecer aos seus alunos, com as adaptações necessárias, opção por cursos organizados nos termos desta Resolução.

§ 2.º Fica ressalvado o direito de conclusão de cursos organizados com base no Parecer CFE n.º 45, de 12 de janeiro de 1972, e regulamentações subsequentes, aos alunos matriculados no período de transição.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Parecer CFE n.º 45/72 e as regulamentações subsequentes, incluídas as referentes à instituição de habilitações profissionais pelos Conselhos de Educação.

Brasília, 04 de outubro de 19

Conselheiro Ulysses de Oliveira Panisset

Presidente Câmara de Educação Básica

Key- words: education- work, globalization, neoliberalism

ABSTRACT

The central concern of the research is the study of the internationalization process of the capital facilitated the technological development, as well as the transformations of the world of the work with the new put demands to the new worker, and consequently, the education. The several studies that focus the globalization process in its several aspects, as the economic, the political and cultural and the social consequences of the current technological innovations introduced in the work process, it facilitates to trace a new worker profile to assist the needs of the market in this context. The developed thesis is that internationalization process of the capital captained by the called "Washington Council", disseminated a new ideal – the neoliberalism – and resulted in the reorganizations of the states, the productive restructuring, imposing new demands the formation of by force of work, unchaining the process of educational in all levels. This direction mutilates the functions of the school, and its self-transformational potential, even so, these demands brings in itself its contradictory side, because when demanding more education with better quality, it allows that the individual's formations, be high to superiors landings of understanding. We show that, in Brazil, we intend to rebuild, in every aspect of the reality, the society, following as the model the junction of the technological optimism and the new demands reinforced in the economic-interprise thought aligned with the ideas of the International Organism. The direction of the study was in the sense of understanding the economic globalization process, the changes in the world of the work that brings like the consequences of reforms in the formations and human qualification process.

Key- words: education- work, globalization, neoliberalism



